



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JULIANA DE OLIVEIRA PONTES

**JORNALISMO POLÍTICO E O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO CÓDIGO
FLORESTAL NOS ANOS DE 2008 A 2012: DO ENQUADRAMENTO DA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA O CONFLITO POLÍTICO**

PALMAS – TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

PS14j Pontes, Juliana de Oliveira.

Jornalismo Político e o Processo de Aprovação do Código Florestal nos anos de 2008 a 2012: Do Enquadramento da Legislação Ambiental para o Conflito Político. / Juliana de Oliveira Pontes. – Palmas, TO, 2018.

163 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2018.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Código Florestal. 2. Campo Político. 3. Campo do Jornalismo. 4. Enquadramento. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JULIANA DE OLIVEIRA PONTES

**JORNALISMO POLÍTICO E O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO CÓDIGO
FLORESTAL NOS ANOS DE 2008 A 2012: DO ENQUADRAMENTO DA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA O CONFLITO POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto.

**PALMAS – TO
2018**

JULIANA DE OLIVEIRA PONTES

"JORNALISMO POLÍTICO E O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL NOS ANOS DE 2008 A 2012: DO ENQUADRAMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA O CONFLITO POLÍTICO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto

Aprovada em 29/06/2018


BANCA EXAMINADORA:



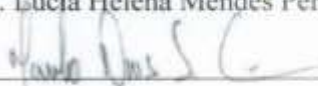
Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (Orientador)



Prof. Dr. Fernán Enrique Vergara Figueroa – UFT



Profa. Dra. Lúcia Helena Mendes Pereira – UFT



Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro - UFMA

Dedico este trabalho aos meus pais,
Cícero e Herlina.

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Antônio José Pedroso Neto, que foi a primeira pessoa a acreditar neste trabalho e em minha capacidade em executá-lo. Agradeço pela sua disposição, paciência e por todas as referências bibliográficas que indicou e disponibilizou.

À minha família que me apoiou na construção deste trabalho. Ao meu marido, Tanilson Dias dos Santos, que me ajudou nos momentos difíceis e, mesmo distante, me deu forças para concluir a pesquisa. À minha filha, Ana Flor de Lis, que me ajudou com seu sorriso e alegria, os quais tornaram os dias mais afáveis e os obstáculos menos difíceis, sendo minha zona de conforto nos dias difíceis. À minha mãe, Herlina Pontes e minha irmã, Laiane Pontes, que me apoiaram na concretização deste sonho. Elas foram grandes companheiras ao cuidar da minha filha nos momentos que precisei me dedicar um pouco mais. Ao meu pai, Cícero Pontes, por sempre acreditar na minha capacidade.

Aos amigos do Desenvolvimento Regional que, em momentos difíceis, sempre trouxeram palavras de conforto: Ana Lúcia Lino, Ana Lúcia Ferro, Eliene Campelo, Anne Caroline, Carine Oliveira, Maicon Ramos, Lucas Dantas e Willane Queiroz. Aos meus professores: Nilton Marques, Alex Pizzio, Mônica Rocha, Temis Parente e Manoel Pedrosa, os quais contribuíram na minha jornada acadêmica com as disciplinas ofertadas durante o curso. À Michele, a metódica Secretária Executiva do Mestrado em Desenvolvimento Regional, que sempre nos dizia: vai dar tudo certo! Obrigada pela força e paciência que sempre ofereceu a nós alunos.

Às minhas amigas Cleide Veloso, Lourrany Lindemberg, Jucelia Cordeiro, Chesy Coelho e Alessandra Lindemberg que demonstraram apoio nesta jornada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa que proporcionou minha dedicação exclusiva neste trabalho.

“O poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras”.

Pierre Bourdieu

RESUMO

O Código Florestal Brasileiro, legislação que dispõe sobre a proteção da vegetação nas propriedades rurais brasileiras, foi modificado em 2012 após anos de inúmeras discussões que envolveram o campo político, o setor produtivo agrícola, o campo científico e ambiental. Os agentes envolvidos no debate possuem visões e posicionamentos diferentes sobre a legislação ambiental que externam modos e maneiras de pensar com diferentes enquadramentos culturais sobre o Código Florestal. As propostas e alterações realizadas no texto desta Lei passaram pela agenda jornalística e as perspectivas das notícias realçam os aspectos culturais do acontecimento, produzem sentido e organizam interpretações sobre as modificações da legislação. Desse modo, utilizando o conceito de campo de Pierre Bourdieu, nosso intuito é compreender a relação do campo do jornalismo com o campo político e a construção de sentidos dado culturalmente à essa legislação a partir da identificação dos padrões de organização das notícias produzidas pelo campo do jornalismo ao retratar as discussões a respeito da referida legislação. O objetivo desta pesquisa foi identificar os enquadramentos das notícias sobre o Código Florestal Brasileiro entre os anos de 2008 a 2012 na mídia impressa brasileira, mais especificamente, na editoria de Política dos Jornais Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico e O Estado de São Paulo. Para isto, utilizamos o conceito de Análise de Enquadramento para identificar os padrões de apresentações e esquemas de organização das matérias publicadas nos veículos de comunicação. Portanto, neste trabalho procuramos verificar quais as classificações culturais foram associadas às modificações da legislação ambiental nos veículos de comunicação. Os resultados obtidos apontam um processo de discussão que partiu da legislação ambiental, com uma cobertura mais técnica, para o enquadramento de conflito político, uma cobertura mais jornalística e com a utilização de critérios e valores que obedecem aos princípios internos do jornalismo. O Código Florestal foi representado pelos jornais, quase que majoritariamente, por uma visão de conflitos, lutas e negociações políticas.

Palavras-chave: Código Florestal; Campo Político; Campo do Jornalismo; Enquadramento.

RÉSUMÉ

Le Code forestier brésilien, une loi qui prévoit la protection de la végétation sur les propriétés rurales brésiliennes, a été modifié en 2012 après des années de nombreuses discussions qui ont impliqué le domaine politique, le secteur productif agricole, le domaine scientifique et environnemental. Les acteurs impliqués dans le débat ont différents points de vue et positions sur la législation environnementale qui expriment diverses manières de penser avec différents cadres culturels au sujet de ce Code forestier. Les propositions et les amendements apportés dans le texte de cette loi à travers l'agenda journalistique et les perspectives de l'actualité mettent en évidence les aspects culturels de l'événement, produisent du sens et organisent des interprétations sur les changements de la législation. Ainsi, en utilisant le concept de "Champ" de Pierre Bourdieu, cette étude s'accroît sur la compréhension de la relation du champ journalistique avec le champ politique et la construction de significations données culturellement à cette législation à partir de l'identification des schémas d'organisation de l'information produite par le champ de journalisme en présentant les discussions sur la législation susmentionnée. L'objectif de cette recherche est d'identifier les cadres des nouvelles sur le Code forestier brésilien entre les années 2008 et 2012 dans la presse écrite brésilienne, en particulier dans les journaux Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico et O Estado de São Paulo. Pour cela, le concept d'"analyse du cadre" est utilisé pour identifier les modèles de présentations et les schémas d'organisation des textes publiés dans les canaux de communication. Par conséquent, cette recherche essaie de vérifier quelles classifications culturelles étaient associées aux modifications de la législation environnementale dans les canaux de communication. Les résultats obtenus indiquent un processus de discussion qui partait de la législation environnementale pour gérer les conflits politiques et, par conséquent, représenté par les journaux presque dans la majorité, comme une question de négociation et de lutte des agents sociaux de la politique.

Mots-clés: Code forestier; Champ politique; Champ du journalisme; Cadre.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado dos Enquadramentos Predominantes.....	105
Gráfico 2 – Resultado das Fontes.....	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Código Florestal gera Crise na Base Aliada do Governo.....	106
Figura 2 – Disputa por Controle de Comissão Impede Mudanças no Código Florestal.....	108
Figura 3 – Código Florestal: Nova Barganha de Ruralistas.....	110
Figura 4 – Ruralistas já tem prontas 50 emendas à MP 571.....	111
Figura 5 - Código Florestal ganha Apoio de Ruralistas na Internet	112
Figura 6 – Ruralistas Vencem a Primeira Batalha.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agentes dos Grupos Ambientalistas e Ruralistas.....	45
Quadro 2 – Composição do Campo do Jornalismo.....	65
Quadro 3 – Marcos Institucionais de Tramitação do Código Florestal	90
Quadro 4 – Meses Pesquisados.....	91
Quadro 5 – Critério para Análise da Amostragem de 25%.....	93
Quadro 6 – Resultados dos Eixos Temáticos e Enquadramentos.....	94
Quadro 7 – Categorias das Fontes.....	101
Quadro 8 – Relação de Agentes que aparecem nos Textos	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Enquadramentos: Resultado por Jornal.....	116
Tabela 2 – Enquadramento Primeiro Período: 2008 a 2010.....	121
Tabela 3 – Enquadramento Segundo Período: 2011 a 2012.....	124
Tabela 4 – Fontes: Resultado por Jornal.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ACB	Associação da Ciência Brasileira
APP	Área de Preservação Permanente
CF de 1934	Código Florestal de 1934
CF de 1965	Código Florestal de 1965
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
FSP	Folha de São Paulo
MP	Medida Provisória
NCFB	Novo Código Florestal Brasileiro
OG	O Globo
OESP	O Estado de São Paulo
PL	Projeto de Lei
RL	Reserva Legal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Valor	Valor Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. ORIGENS DAS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS	24
2.1. Preservação <i>versus</i> Produção Econômica.....	27
2.2. Instrumentos Normativos de Proteção ao Meio Ambiente no Brasil.....	29
2.3 O Código Florestal Brasileiro.....	31
2.4 Princípios e Interesses dos Ruralistas e Ambientalistas na Reforma do Código Florestal	42
2.5. O Código Florestal em Pesquisas de Comunicação	46
3. CAMPO DE PRODUÇÃO CULTURAL	51
3.1. Modo de produção e ação do Jornalismo	51
3.2. Poder Simbólico	53
3.3 Sobre o Conceito de Campo e Campo do Jornalismo	60
3.4 O Mercado de Bens Culturais.....	67
4. ENQUADRAMENTO: O OLHAR CULTURAL NOS PADRÕES DE APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA.....	75
4.1 O Enquadramento: a observação de um acontecimento pelo ângulo da cultura	75
4.1.1 Análise de Enquadramento	79
4.2. Vozes: o enquadramento estruturado com base em fontes e sua relação com a oferta de interpretações	82
4.2.1 Análise de Fontes	83
4.3. Enquadramento: O Campo Político Observado pelo Campo dos Jornalistas.....	84
5. A ANÁLISE DO CÓDIGO FLORESTAL NOS JORNAIS.....	87
5.1 Definição do <i>Corpus</i>	87
5.2. Recorte Temporal	89
5.3. Procedimentos para Análise de Enquadramento	92
5.4. Categorias de Enquadramentos	93
5.5. Procedimentos para identificação das fontes.....	100
5.6. Categorias de fontes.....	101
6. RESULTADOS: DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL AO CONFLITO POLÍTICO	104
6.1. Panorama Geral dos Enquadramentos Predominantes: 2008 a 2012	104
6.2. Enquadramento: Resultado por Jornais	115

6.3. Enquadramento: Resultado por Eixo	119
6.4. Enquadramento: Resultados por Períodos	120
6.4.1. Primeiro Período: 2008 a 2010	120
6.4.2. Segundo Período: 2011 a 2012	123
6.5. Panorama Geral das Fontes Presentes nos textos	127
6.6. As Fontes nos Jornais: Resultados por Veículos de Comunicação	131
7. CONSIDERAÇÕES	135

1. INTRODUÇÃO

Interpretar as coisas, criar definições, concepções e classificações para dar sentido aos acontecimentos culturais é materializar as vivências e relações sociais em conteúdos simbólicos. A criação de representações sociais se manifesta em relação a toda experiência humana ao dar sentido à vida social e material. Essa construção simbólica acontece de forma coletiva, baseada em estruturas, mapas de significados e mapas culturais. Assim, ao retratar os acontecimentos sociais e o mundo material, os agentes se utilizam de conteúdos simbólicos coletivos aos quais acreditam e foram expostos em seu campo social. Deste modo, as manifestações sociais e o mundo material dependem de conceitos, dos sentidos que são absorvidos e compartilhados por cada grupo, que dão a cada evento, circunstância, acontecimento ou fato, um enquadramento específico.

Partimos do pressuposto que todos os acontecimentos perpassam pela significação, pela representação social, baseando-se em interpretações que refletem uma experiência fundamentada na cultura, dado que a linguagem, os gestos e os símbolos criados fazem parte de uma interface simbólica. Assim, ao retratar a realidade ajuizamos ideias, interpretamos o mundo a partir das estruturas sociais definidas pelo grupo, campo ou posição social. Sendo, então, as descrições de um acontecimento dependentes das representações sociais e culturais. Com isso, a partir do que é construído socialmente, propomos estudar o campo de produção cultural, o qual produz representações simbólicas e interpreta o mundo dos fatos por meio de narrativas construídas em jornais impressos. Mais especificamente, escolhemos grandes jornais impressos brasileiros para estudar o processo de discussão da reforma do Novo Código Florestal Brasileiro (NCFB) nos anos de 2008 a 2012. Isso porque a reforma na legislação envolveu representações sociais diferentes de grupos pertencentes ao campo político, ao setor produtivo agrícola, ao campo científico e ambiental. Cada um com modos e maneiras distintos de pensar sobre a natureza e a produção agrícola.

As alterações na referida legislação estiveram nos espaços de discussões da mídia. Os debates, os posicionamentos e as disputas que envolveram o NCFB foram apresentadas de forma direta ou indireta, com maior ou menor destaque, nas publicações feitas pelo campo do jornalismo. Assim, os veículos de comunicação de massa foram espaços com disposições simbólicas a respeito do Código Florestal.

A imprensa é um agente que produz conteúdos culturais e age em relação aos diferentes grupos sociais tomando posição, alinhando pensamentos, reforçando estruturas e, às vezes, contrapondo o *modus operandi* do campo de produção do jornalismo. Isto é, como toda relação social, suas posições dependem dos agentes, grupos de interação e contexto relacional do momento, compondo uma relação com os outros campos sociais que podem variar entre independência e dependência.

Sobre a legislação ambiental, de forma sumária, o Código Florestal foi criado em 1965 por meio da Lei n.º 4.471 para normatizar a proteção das florestas. Em seu artigo 1º o texto estabelecia que “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País [...]” (BRASIL, 1965). Esta lei instituiu as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), duas definições jurídicas que não obtiveram aplicabilidade na prática (GARCIA, 2012; SAUER e FRANÇA, 2012; BRACALION *et al.*, 2016; PEREIRA, 2013; PERES, 2016).

A respeito do debate relacionado às modificações no Código Florestal, faz-se necessário dispor que este foi colocado em pauta no Congresso Nacional em 1999, mas as discussões tomaram forma mais densa em 2008 quando o ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, editou um decreto prevendo multa para quem estivesse descumprindo a legislação ambiental. A medida que deveria entrar em vigor em 2008 nunca foi sancionada, sendo adiada por diversas vezes. Como indica Sauer e França (2012), neste período, a Bancada Ruralista e o setor patronal rural iniciaram uma movimentação para que o decreto não fosse sancionado e a legislação vigente (Código Florestal de 1965) fosse modificada. E, em 2012, após 12 anos de tramitação no Congresso, a redação da Lei n.º 12.651/12 foi sancionada pela Presidência da República. Em outubro do mesmo ano, o texto que regulamenta o tamanho da área de preservação ambiental nas propriedades foi modificado e a lei sofreu novamente alterações por meio da Medida Provisória (MP) n.º 571/12.

Assim, foi criada "A Lei atual, intitulada oficialmente Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN) [...] popularmente conhecida como Novo Código Florestal" (BRANCALION *et al.*, 2016, p. E3). Após ser sancionado pela Presidência da República no ano de 2012, o texto da legislação ambiental continuou sendo alvo de proposições e questionamentos no Congresso Nacional¹. As discussões para modificações

¹ Ao pesquisar no site da Câmara dos Deputados na aba Projetos de Lei e Outras Proposições, e no Senado Federal, na aba Projetos e Matérias usando a palavra-chave <Código Florestal> foi possível encontrar

nesta lei foram conduzidas por vários agentes sociais e permeadas por divergências e conflitos que externam interpretações diferentes sobre a natureza, a produção agrícola e a proteção ambiental. Deste modo, o debate expôs motivações simbólicas que fazem parte da visão de cada grupo social.

É nesta estrutura complexa, de uma legislação que foi foco de debates e demorou anos para ser modificada, mediada por inúmeras discussões e ajustes que pretendemos estudar o que foi reproduzido pelos veículos de comunicação. Destacando que os jornais reproduzem conteúdos simbólicos, não necessariamente experiências, fatos e acontecimentos de forma transparente e real, mas constroem representações sociais de acordo com crenças e valores sociais. Assim, não escrevem notícias de forma manipulada, mas de forma relacional, influenciando e sendo influenciado pelos campos político, econômico, científico, ambiental, dentre outros.

Neste sentido, as propostas e alterações realizadas no texto da lei que versa sobre a legislação ambiental passaram pelo debate construído nos veículos de comunicação, e as perspectivas criadas nos jornais não podem ser desconsideradas no mundo social, pois estas podem realçar o campo da disputa e as estruturas simbólicas envolvidas no conflito.

A literatura afirma que a discussão ficou polarizada entre os que eram contra as mudanças na legislação: governo e ambientalistas, que tinham como visão a proteção ao meio ambiente; e, os que defendiam as alterações no Código Florestal, Políticos Ruralistas e agentes ligados ao agronegócio, que se pautavam na necessidade da produção agrícola e o desenvolvimento econômico. Nesta constante, havia um debate que girava em torno da defesa da manutenção da legislação ambiental de 1965, sobretudo da proteção das APPs e RLs, e outro que argumentava sobre a inviabilidade de produção dentro dos parâmetros exigidos pelo Código Florestal de 1965 (PERES, 2016; SAUER e FRANÇA, 2012; GARCIA, 2012; MARTINELLI *et al*, 2010).

Sobre o *corpus* desta pesquisa, este é formado por grandes jornais brasileiros que se situam de forma central na esfera midiática, sendo: O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Valor Econômico. O período pesquisado foi definido a partir de marcos institucionais, entre os anos de 2008 a 2012. Foram nesses anos que houveram proposições legislativas no Congresso Nacional para modificação da legislação.

O suporte teórico se fundamenta a partir de uma perspectiva em que a mídia reproduz as estruturas vigentes de poder, com base em Schudson (1981), Bourdieu

processos em curso sobre a referida legislação, o que demonstra que o assunto ainda é alvo de questionamentos no Congresso Nacional.

(1997), Hall *et al.* (1999), Hackett (1999) e Tuchman (2002). A partir desses autores observou-se as perspectivas de mundo reproduzidas pela mídia, por isso não abordamos a ideia de que os meios de comunicação manipulam ou não seguem os Códigos de Ética e deontológicos da profissão, mas que fazem parte de um complexo arranjo social que se manifesta a partir de sentidos, de relações de poder e estruturas sociais. Entende-se que as formas de dar sentido ao mundo são produtos da cultura, são maneiras e modos partilhados exercidos por um poder cultural que não é essencialmente manipulador, mas que depende das situações relacionais entre os agentes e campos sociais. Questões como prestígio social, capital cultural, econômico e social pesam nos definidores das visões e interpretações de mundo.

Os princípios da profissão do jornalismo, tais como neutralidade, objetividade, imparcialidade e equilíbrio, neste trabalho são entendidos como imperativos criados para dar profissionalismo, competência, responsabilidade e credibilidade ao campo do jornalismo (SCHUDSON, 1981). Nesta pesquisa entendemos que estes princípios do campo do jornalismo são tentativas de um controle racional da produção da notícia. Entendendo-se, assim, que não passam de crenças em procedimentos e protocolos que tentam ser exercidos, mas que objetivamente podem ou não ser executados pelos jornalistas.

Os agentes do jornalismo compartilham crenças que movem este campo. De acordo com Bourdieu (1997) a busca pelo alcance do furo de reportagem, a informação exclusiva, a conquista pela audiência e o reconhecimento dos pares são objetivos incorporados pelos profissionais da área. Miguel (2002) adiciona aos princípios que estruturam as relações do campo do jornalistas a formação de um portfólio de fontes fiéis que lhe garantam a informação em “primeira mão”. No que se refere à observação do campo político pela imprensa, segundo Miguel (2002), os jornalistas dão ênfase ao escândalo, à ação espetacular, ameaças, denúncias, ao inusitado, à conquista de poder e confrontos. Estes princípios do campo do jornalismo são compartilhados por todos os agentes dispostos neste espaço.

Em qualquer controvérsia pública, a cobertura típica de imprensa tende a destacar as manobras de bastidores, as negociações entre grupos partidários, a formação de alianças e o impacto presumível nas eleições seguintes (MIGUEL, 2002, p. 174-175).

Partindo de tais arcabouços teóricos, tanto de informações sobre o NCFB como as fundamentações da lógica de produção do campo do jornalismo e do campo político, podemos levantar: Quais foram as representações da mídia durante o debate relacionado

às mudanças no Código Florestal Brasileiro? Pretende-se, assim, verificar quais as visões/interpretações sociais foram noticiadas pela imprensa e qual grupo obteve maior força nesta relação de disputas e posicionamento das crenças sociais.

Para Azevedo (2001) a mídia tem força para definir enquadres e oferecer interpretações. Com capacidade de ser o principal ator político em um acontecimento, ou seja, aquele que classifica e configura os temas. Contudo, como explica Miguel (2002) essa não é uma via única, “[...] *mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla*” (MIGUEL, 2002, p. 165).

O objetivo desta pesquisa foi identificar os enquadramentos construídos nas notícias sobre o NCFB entre os anos de 2008 a 2012 na mídia impressa brasileira, mais especificamente, na editoria de Política dos Jornais Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico e O Estado de São Paulo e, assim, verificar as representações deste tema. Por meio do conceito de campo de Pierre Bourdieu, nosso intuito é compreender a relação da mídia com o campo político e a construção de sentidos dado culturalmente ao Código Florestal. Para isso, foram necessários:

- Extrair os enquadramentos, ou seja, as ideias centrais, padrões de apresentação e organização das notícias;
- Verificar as fontes presentes nas matérias jornalísticas, por meio da identificação dos agentes sociais entrevistados nos textos (ex.: políticos, acadêmicos, produtores rurais e outros);
- Relacionar o que foi construído socialmente pelos jornais com o que a literatura diz sobre as mudanças no Código Florestal.

É preciso destacar que, inicialmente, este trabalho conduziu a pesquisa nas editorias de Economia e Política dos jornais citados, entretanto, a coleta de matérias jornalísticas nos anos de 2008 a 2012 demonstraram pouco volume de notícias na editoria de Economia, somente 32 matérias em detrimento de 332 na editoria de Política. Por isso, optou-se em estudar apenas as matérias da editoria de Política.

A importância deste trabalho está na análise do que foi evidenciado pela mídia durante o período de modificação da redação do texto do Código Florestal até a aprovação da lei que dispõe sobre as normas ambientais para a proteção da vegetação nas propriedades privadas do país.

A definição da notícia não parte da neutralidade e da imparcialidade, mas tem razões e objetivos definidos por uma relação cultural a partir da produção de sentido e perspectivas construídas em coletividade, em grupo, dependendo, assim, de um complexo arranjo social. Constatar o sentido dos textos, o enquadramento e as vozes presentes nas notícias publicadas irá conferir o enfoque dado à questão das discussões do NCFB.

As discussões acerca das divergentes opiniões dos grupos de interesse envolvidos na disputa do NCFB foram publicadas por diferenciados veículos de comunicação que apresentaram um recorte das discussões, com percepções e enquadramentos definidos a partir de seus pontos de vista e perspectivas. Estas, interpretações e concepções, por sua vez, baseiam-se nas crenças compartilhadas por cada grupo envolvido na questão. Deste modo, a polêmica em torno das mudanças no NCFB movimentou governo, parlamentares, sociedade científica e sociedade civil. Entende-se que o campo do jornalismo definiu de forma direta ou indireta interferências no ajuste do texto da lei do NCFB, afetando os campos da disputa, estruturando ou reforçando perspectivas e visões de mundo.

As discussões publicadas pela mídia não podem ser ignoradas no mundo das representações sociais, principalmente por se tratar de uma legislação que sofreu mudanças estruturais nas suas regulamentações.

Os atores envolvidos neste processo sugerem que o debate para aprovação do NCFB foi norteado por modos e maneiras de pensar, sendo uma disputa simbólica. Daí a importância de se pesquisar o que foi construído socialmente pelos noticiários de grandes jornais brasileiros. Ressaltando que, por serem veículos de grande circulação, possuem força de disseminar ideias e reforçar opiniões. Além disso, seus posicionamentos na esfera midiática os colocam como propagadores de conteúdo, que muitas vezes são reproduzidos por outros campos ou outros grupos sociais.

Pesquisas anteriores sobre o tema sugerem que cada grupo envolvido na disputa atuou na “*difusão e defesa de suas propostas*” (PEREIRA, 2013). E, uma vez que um assunto foi estruturado socialmente, defendido ou atacado por campos diferentes e apresentado pela mídia com diversidade de posicionamentos ou não, ao ser publicado, cria esquemas de percepções. O que para nós desperta indagações e questões a respeito do que foi construído socialmente sobre este tema no campo do jornalismo.

Nesta dissertação apresentamos os seguintes capítulos:

O capítulo 2 deste trabalho buscou aprofundar o conhecimento sobre o Código Florestal Brasileiro. Para isso, foram abordadas as origens das preocupações com o meio

ambiente e suas divergências com a produção econômica, as normas jurídicas ambientais brasileiras que precederam o NCFB, seu histórico, evolução e mudanças legislativas. Serão demonstrados também resultados de pesquisas na área da comunicação relacionados ao tema Comunicação e o Código Florestal². A revisão sobre a legislação ambiental revelou que a aprovação do Código Florestal aconteceu em meio a intensas disputas entre dois grupos, ruralistas e ambientalistas. O primeiro, preocupado com a expansão da produção agrícola e com o desempenho econômico; e o segundo, com a preservação da natureza, pautando-se pela defesa do desenvolvimento sustentável (PERES, 2016; GARCIA, 2012; SAUER e FRANÇA, 2012).

No capítulo 3 apresenta-se uma contextualização do campo do jornalismo, sua posição no campo de produção cultural, sua estrutura e ordem de funcionamento. Dessa forma, foram abordados os conceitos de poder simbólico, sua relação com a construção da realidade e influência sobre o indivíduo, ao inculcar formas de expressões, de conhecimento, classificações, definições, diferenciações, ou seja, visões de mundo. Visando demonstrar os mecanismos de poder, foram expostas as relações de forças que estão diretamente vinculadas ao efeito de dominação sobre as interpretações e significações das coisas do mundo social. Foi apresentado também o campo de produção de bens simbólicos que compreende os universos das artes, da comunicação e da ciência. Para isto, foram amplamente utilizadas a literatura, os conceitos e os estudos de Pierre Bourdieu no que se refere ao campo de produção cultural.

No Capítulo 4 apresentamos o que são enquadramentos e como estes revelam modos de pensar a partir de estruturas organizadoras do mundo social. De acordo com Entman (1993, p.52), podendo indicar problemas, causas, soluções e julgamentos morais. São a partir de enquadramentos que organizamos hierarquicamente o mundo, a forma como entendemos as coisas, ou seja, mostramos como o enquadramento faz parte do processo de representação, da construção dos fatos e acontecimentos no mundo por parte dos agentes sociais e da construção das notícias por parte dos agentes do campo do jornalismo. Além disso, discorreremos sobre a presença das fontes nos textos e sobre o jornalismo político.

No Capítulo 5 está disposto os passos e procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. De modo geral, o trabalho realiza Análise de Conteúdo para extrair sentido das notícias, por meio dos enquadramentos, presentes nos textos das notícias analisadas.

² A pesquisa foi feita nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Banco de Teses e Dissertações da Capes e do Scielo.

Esses passos metodológicos irão demonstrar os contextos e o enfoque predominante nas matérias, além das perspectivas de mundo carregadas nas matérias. Com essas análises vamos encontrar as representações da mídia no que se refere a produção de sentido feitas a partir das classificações, valores e crenças que estão manifestos e reproduzidos nos meios de comunicação.

O capítulo 6 demonstra os resultados obtidos neste trabalho. Abordamos as vozes presentes no texto e os enquadramentos com análise e descrições.

E, por último, apresentamos as considerações finais na qual dispomos os objetivos atingidos, os principais resultados da pesquisa e sua conexão com a literatura.

2. ORIGENS DAS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS

As questões relacionadas à preservação do meio ambiente foram discutidas pela primeira vez de forma internacional com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson³, o Clube de Roma⁴, em 1968, e a reunião de representantes de vários países do mundo na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo – Suécia (LEFF, 2008). Segundo Sachs (2002) os debates relacionados ao uso dos recursos naturais são marcados por posicionamentos opostos desde as primeiras demandas relacionadas ao tema. Um exemplo disso são as posições que emergiram em Estocolmo, na qual foram expostas perspectivas divergentes ao se relacionar meio ambiente e o crescimento econômico. De um lado estavam os que previam a abundância (*the cornucopians*) e do outro os catastrofistas (*doomsayers*).

De forma resumida, seguem os posicionamentos explicados por Sachs (2002):

Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo a industrialização. Do lado oposto, os pessimistas anunciavam o apocalipse, caso o crescimento demográfico e o consumo não fossem estagnados (SACHS, 2002, p. 51).

Segundo Medeiros (2006), a participação do Brasil na Conferência de Estocolmo ficou marcada pela defesa do desenvolvimento econômico mesmo que este causasse poluição ao meio ambiente. Dean (1996) descreve que os militares agiram com arrogância diante das orientações e temas levantados na primeira Conferência em Estocolmo. Isso porque o Brasil vivia um momento em que o desenvolvimento econômico e a industrialização eram os principais objetivos do Governo Militar. Segundo Dean (1996), o crescimento econômico justificava a negligência com o meio ambiente.

O desenvolvimento econômico era a expectativa de melhoria de qualidade de vida em vários aspectos, principalmente na geração de emprego e renda. Segundo Dean (1996), o milagre econômico fez com que a população experimentasse momentaneamente esses fatores de prosperidade: “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois” (DEAN, 1996, p. 307). O Governo Militar não poderia parar seus projetos desenvolvimentistas, além disso, acreditava-se que as ideias preservacionistas eram

³ De forma resumida, alertava sobre o uso e efeitos de produtos químicos aplicados nas produções agrícolas.

⁴ O Clube de Roma reuniu intelectuais de diferentes áreas do conhecimento para discutir temas que abordavam o futuro do planeta e os limites do crescimento econômico.

obstáculos criados pelos países desenvolvidos para que países como o Brasil, em desenvolvimento, não alcançassem o desenvolvimento (DEAN, 1996): “O representante do governo na conferência apresentou uma fórmula populista dissimulada a qual constantemente seria repetida: “A pior forma de poluição é a pobreza” (DEAN, 1996, p. 307)”.

Entretanto, de forma contraditória ao pensamento defendido pelos seus representantes na Conferência de Estocolmo, segundo Medeiros (2006), o Governo Militar se alinhou à agenda internacional de cuidados ao meio ambiente ao definir suas políticas internas no País (MEDEIROS, 2006).

Se por um lado, na Conferência de Estocolmo, em 1972, a delegação brasileira defendeu posições polêmicas, como a de que a poluição seria bem-vinda desde que trouxesse crescimento e desenvolvimento para o país, por outro, de forma ambivalente, o governo acabou adotando internamente um comportamento preventivo mais alinhado à tendência internacional de criar e/ou reforçar instituições específicas para tratar e conduzir a questão ambiental. (MEDEIROS, 2006, p. 53)

Os debates realizados na Conferência motivaram a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973 e posteriormente, outros órgãos ambientais (MEDEIROS, 2006). Dean (1996) tem um posicionamento mais crítico do período militar no que se refere às ações preservacionistas, mesmo verificando alguns esforços neste período com a criação de parques e instituições voltadas ao meio ambiente. Dean (1996) descreve vários episódios em que o uso das florestas para extração de madeira ou o desmatamento para construção de hidrelétricas foram feitos de maneira indiscriminada sem obrigação com o reflorestamento.

De acordo com Sachs (2002), um dos caminhos encontrados na Conferência de Estocolmo foi à instituição de reservas naturais e uma nova abordagem do conceito de desenvolvimento, com autossuficiência, voltado para as necessidades do mercado em harmonia com a natureza e aberto a mudanças institucionais, chamado de desenvolvimento sustentável. Desta maneira, foi sugerido aos países formas de atuação produtivas menos agressivas à natureza.

Dean (1996) aponta que várias reservas e parques de preservação ambiental foram instituídos no período militar, entretanto, a legislação criada na época restringia-se aos documentos oficiais. “Algumas reservas criadas na época não passavam de pronunciamentos conscienciosos de autoridades estaduais ou municipais, apenas encontrados nas páginas amareladas do Diário Oficial” (DEAN, 1996, p. 325).

José Augusto Drummond, que estudou as reservas do Rio de Janeiro, chamou diversas delas de “misteriosas”, carecendo de determinação de limites, localizações ou áreas. Algumas reservas não possuíam qualquer jurisdição legal identificável. Às vezes, decretos sucessivos reafirmavam ou reatribuíam o status protegido de uma reserva, um sinal da ineficácia do decreto original ou da intenção de administrações posteriores de obter crédito sem qualquer custo orçamentário (DEAN, 1996, p. 325)

De acordo com Dean (1996), a ditadura militar chegou ao fim em 1985 sem que a meta de desenvolvimento econômico fosse cumprida, com aumento da concentração de renda e riqueza e um enorme contingente de população nas cidades. Neste período houve uma grande saída de pessoas da zona rural, que sem recursos se acomodavam em regiões sem infraestrutura e equipamentos públicos.

A retirada dos militares – na verdade, um fenômeno continental – colocava em questão o modelo de desenvolvimento econômico adotado durante trinta anos e instigava o debate sobre suas consequências ambientais. O restabelecimento dos direitos civis, uma imprensa sem censura e a liberdade de associação possibilitaram o reexame de tais políticas, inclusive de suas dimensões ambientais inerentes. A cidadania estava reassumindo, efetivamente, responsabilidade plena por seu patrimônio nacional. (DEAN, 1996, p. 333)

Após esse período, com a abertura política e a posse de um presidente civil, em 1988, foi criada a Constituição Federal Brasileira de 1988 que, a partir de uma perspectiva de preocupação com meio ambiente, dispôs um capítulo para tutelar a preservação dos recursos naturais. Para Sparovek *et al.* (2011) a Constituição Federal desenhou princípios jurídicos baseados nos direitos fundamentais humanos, que por sua vez, encontram-se estritamente ligados às questões do meio ambiente, no qual avançou juridicamente ao incluir a relação de interesse produtivo do homem e a natureza.

“A constatação de que o meio ambiente assume papel de destaque na crfb/88 não deve levar ao tratamento da legislação ambiental de modo isolado, ou seja, sem considerar os demais direitos fundamentais também reconhecidos no âmbito dessa Constituição” (SPAROVEK, 2011, p. 112-113).

De forma sumária, as preocupações ambientais assumidas na Constituição de 1988, seguem uma tendência de discussões da década de 70, que impulsionaram mudanças no pensamento sobre o uso dos recursos naturais, assim como uma forte sensibilização da consciência ambiental em vários países do mundo, inclusive no Brasil, no qual esse sentido foi expresso na CF de 1988. Nesta foi expressa uma perspectiva ambiental aberta para uma interpretação mais rigorosa em relação ao uso dos recursos naturais, que ganhou força com a criação de outros dispositivos regulatórios no final daquela década e na década de 1990, como será descrito neste trabalho.

Além de Estocolmo, outros marcos sobre a preocupação mundial com o meio ambiente foram: o Relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado em 1983; a Eco-92, no Rio de Janeiro, que congregou a Conferência das Nações Unidas e o Fórum Global, em 1992; a Cúpula Mundial para Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo – África do Sul, em 2002; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável RIO + 20, que aconteceu em 2012.

2.1. Preservação *versus* Produção Econômica

Como será visto adiante, as mudanças do Código Florestal convergem para representações sociais diversas sobre o meio ambiente que envolvem desenvolvimento econômico e sustentável, crescimento econômico, preservação do meio ambiente e produção agrícola. Por isso, faz-se necessário uma explanação sobre estes temas.

O crescimento da economia foi relacionado aos problemas do meio ambiente quando se percebeu que as atividades produtivas ligadas ao uso demorado das terras e florestas diminuía as fontes de recursos naturais. Esses fatores foram relacionados a partir do processo acentuado de industrialização após a II Guerra Mundial que intensificou a poluição, gerando problemas de saúde e diminuição de vegetação (OLIVEIRA, 2002; SOUZA, 2002; DEAN, 1996). Segundo Oliveira (2002), a partir deste período foram abertas discussões que provocaram reflexão e levaram à estratégias de economia de recursos. As indicações feitas na Conferência de Estocolmo foram para formas de produção com a implementação de atividades econômicas direcionadas à “reciclagem, aproveitamento do lixo, conservação de energia, água e recursos, manutenção de equipamentos, infraestruturas e edifícios visando a extensão do seu ciclo de vida” (SACHS, 2002, p. 55).

Já o desenvolvimento econômico, segundo Souza (2012), foi colocado em evidência a partir das flutuações econômicas do século 19. Neste período, as disparidades entre os poucos países industrializados tornaram mais evidente o problema do desenvolvimento entre as regiões ricas e pobres. No pós-guerra, o pensamento que prevalecia era a vontade de se livrar dos problemas que assolaram os países após o conflito bélico, “[...] guerra, desemprego, fome, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais” (OLIVEIRA, 2002, p. 38). Assim, tornou-

se mais evidente e necessário o investimento do Estado agindo diretamente na economia com a finalidade de reduzir o desemprego e amenizar problemas sociais.

Para Veiga (2010) e Souza (2012), o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico, pois os resultados nem sempre beneficiam a economia e a população como um todo. Por exemplo, quando há crescimento econômico, acúmulo de capital, e este fica apenas entre os proprietários dos fatores de produção, não há melhoria nos padrões de vida da população. Já quando há desenvolvimento econômico, acontecem mudanças estruturais que beneficiam a sociedade, com melhorias nos padrões sociais e econômicos, com efeitos diretos na educação, saúde, transporte, segurança e meio ambiente. “O desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e ambientais” (SOUZA, 2012, p. 7). Souza (2012), ao discorrer sobre o desenvolvimento, observa que a busca pelo crescimento da economia sem levar em consideração fatores de preservação ambiental e indicadores sociais e humanos podem “provocar o desmantelamento de florestas, a exaustão de reservas minerais” (SOUZA, 2012, p.7).

A atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontravam florestas. A urbanização explosiva resultante tem provocado o esgotamento das fontes de água potável. A atividade produtiva pode também poluir os mananciais de água, infestar o ar atmosférico interferindo no próprio clima e no regime de chuvas, o que afeta a saúde da população (SOUZA, 2012, p. 7).

O conceito de desenvolvimento sustentável está baseado, segundo Sachs (2002), na preservação do meio ambiente, em utilizar os recursos de forma racional, diminuir as disparidades sociais e econômicas, equilibrar a ocupação urbana e rural. Mais precisamente, o “[...] desenvolvimento sustentável está focado na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura” (OLIVEIRA, 2002, p. 42). Ao discorrer sobre desenvolvimento, Oliveira (2002) associa este conceito diretamente a fatores sociais e ambientais. “Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

O tema meio ambiente possui estreita ligação com o cenário da economia. Por isso, o discurso de políticas voltadas para preservação ambiental encontra divergência quando se coloca a necessidade de desenvolvimento da economia. Segundo Oliveira (2002), encontrar uma integração entre desenvolvimento econômico e a preservação do

meio ambiente é um desafio na atualidade, sobretudo pelo fato de que não se pode frear o alcance de melhores condições econômicas para países que se encontram em situação de pobreza, mas também, não se pode utilizar de forma inconsequente os recursos escassos do planeta diante das incertezas sobre a disposição de recursos no futuro e desastres ambientais. Oliveira (2002) e Sachs (2002) apontam para a necessidade da utilização de práticas de produção e formas de manejo na agricultura que atuem na manutenção dos recursos naturais.

Na próxima seção serão expostas as raízes do Código Florestal, ou seja, as normas jurídicas ambientais que o antecederam, desde o Brasil Colônia até as legislações mais recentes no que se refere ao uso das florestas. Veremos que desde os primeiros instrumentos normativos criados para manutenção dos recursos naturais, a ideia central foi conter os usos das florestas para garantir estoques para exploração econômica da natureza.

2.2. Instrumentos Normativos de Proteção ao Meio Ambiente no Brasil

Os instrumentos normativos que regulamentam a utilização dos recursos naturais no Brasil remetem ao período colonial, quando a Coroa Portuguesa proibia o corte do Pau Brasil e previa pena de morte para quem descumprisse a norma jurídica. Apesar das sanções pesadas, “[...] esses comandos legais não estavam direcionados à preservação e à manutenção da flora nativa; ao contrário, tinham por objetivo garantir o monopólio da Coroa portuguesa na exploração da madeira extraída” (SPAROVEK, 2011, p. 90). Entretanto, com uma visão utilitarista, os instrumentos normativos e jurídicos que regularam o uso das florestas no período colonial tinham o intuito de controlar o desmatamento para garantir a continuidade da exploração dos recursos naturais.

Como exemplo de que a natureza, neste caso as florestas, eram vistas como fonte de recursos à serviço da economia, Castro (2013) dispõe sobre uma norma que delimitava reservas ambientais para manter a produção nos engenhos de cana-de-açúcar:

Interessante notar que em 1681 no Brasil havia uma política do governo português de que nenhum engenho de cana-de-açúcar poderia estabelecer-se a menos de meia légua (3,3 km) de outro, para que a reserva florestal de cada engenho fornecesse a quantidade suficiente de lenha ao seu funcionamento. Aqui fica bem clara a noção de uma reserva florestal como área destinada ao fornecimento de madeira para a geração de energia nos engenhos (CASTRO, 2013, p. 139-140).

Esta visão da natureza como fonte de recursos em uma lógica unicamente financeira segue a linha de pensamento dos Estados da Europa da época. Segundo Medeiros (2006), com uma mentalidade puramente econômica, desde o século XV o Velho Mundo intervinha no controle e no manejo de seus recursos naturais para garantir a disposição de matéria-prima para produção de produtos/mercadorias de forma contínua. Deste modo, a gestão de proteção aos bens naturais foi um processo iniciado com uma visão utilitarista que também foi repassada para as colônias do Novo Mundo.

Como indica Medeiros (2006):

Desde o século XV, vários Estados europeus intervinham diretamente na proteção, no controle e no acesso de recursos naturais como, por exemplo, a madeira, esta última representando um importante recurso militar (construção de embarcações) e econômico (construção de residências e combustível para aquecer os palácios e castelos da nobreza) (MEDEIROS, 2006, p. 43).

Sobre a história política da legislação ambiental brasileira, Ahrens (2009) considera o seguinte:

Tendo em vista a importância histórica da madeira, seja do ponto de vista estratégico, econômico ou social, as florestas têm caráter de utilidade pública e, em razão disso, sempre existiu alguma forma de intervenção, por parte do poder público, sobre a matéria. Assim, quer como colônia, primeiro e segundo impérios, ou república, o poder público regulou, em diferentes momentos, por diversos meios e com variável intensidade, o livre acesso ao patrimônio florestal brasileiro e o uso de seus componentes, dentre os quais, em especial, a madeira (AHRENS, 2009, p. 3).

Entretanto, é preciso levantar que não só a necessidade econômica fez erguer cuidados com o meio ambiente. Ainda, segundo Medeiros (2006), nesta época já havia estudos e pesquisas na Europa relacionando, por exemplo, o uso desenfreado dos recursos naturais ao empobrecimento do solo. Medeiros (2006) explica que no Brasil Império surgiram preocupações nesta mesma vertente, quando se relacionou o desmatamento com o comprometimento dos recursos hídricos, quando no século XIX, D. Pedro II com o intuito de levar água dos rios para uso urbano, percebeu que a reserva hídrica estava prejudicada devido ao desmatamento e ação da produção de cafezais no Rio de Janeiro. Assim, decidiu pela desapropriação de fazendas e reflorestamento da Floresta da Tijuca. *“A desocupação dessas áreas pelo Governo Imperial começou em 1844, com a decisão inédita e histórica de replantar toda a vegetação local segundo recomendação de D. Pedro II”* (MEDEIROS, 2006, p. 44).

Ainda conforme Medeiros (2006), nos finais do século XIX e início do século XX, inspirados em uma tendência mundial de valorização do meio ambiente, foram

criados alguns parques estaduais e até mesmo nacionais⁵. Somente em 1876 “[...]inspirado na criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872 – que houve a primeira iniciativa para a criação de um Parque Nacional no Brasil” (MEDEIROS, 2006, p. 44).

Outro movimento importante, foi a concretização no Brasil, em 1911, do primeiro grande esforço em favor do já internacional movimento de criação de áreas naturais protegidas: a publicação do “Mapa Florestal do Brasil”. Esta obra, cujo responsável foi o cientista brasileiro Luís Felipe Gonzaga de Campos, é o primeiro estudo abrangente feito em nosso país com uma descrição detalhada dos diferentes biomas e seus estados de conservação. Ele tinha a expressa intenção de subsidiar as autoridades brasileiras para a criação de um conjunto de Parques Nacionais (MEDEIROS, 2006, p. 45).

Além da criação de parques foram criadas instituições administrativas com intuito de fazer a gestão de conservação do meio ambiente, entretanto, todos os instrumentos criados batiam de frente com uma forte classe ruralista que dominava a produção e economia do país.

A fragilidade dos instrumentos e das instituições da recém-estabelecida República brasileira, ainda dominada pelas elites rurais, não eram suficientes para garantir a manutenção de tão ambicioso projeto de criação de áreas com regimes especiais de proteção em função dos seus recursos naturais. Foram necessários que mais de 20 anos se passassem até que um instrumento robusto fosse enfim editado e, finalmente, criasse plenas condições para garantir a existência do primeiro Parque Nacional brasileiro em 1937 (MEDEIROS, 2006, p. 45, grifo nosso).

A primeira Constituição Federal do Brasil, de 1891, na primeira República, não versou sobre a proteção ao meio ambiente. “Aquela Constituição eximiu-se de tratar de questões florestais e delegou aos estados a competência legiferante sobre a matéria” (AHRENS, 2009, p. 3). Assim, segundo Ahrens (2009), sem uma regularização nacional, naquela época cada Estado tinha poder de decidir sobre a manutenção da flora e fauna nativa de sua região.

2.3 O Código Florestal Brasileiro

Para Medeiros (2006), foi na década de 1930 que o Brasil iniciou um marco de ações conservacionistas, isso porque, neste período, criou-se um ambiente político-econômico favorável para essas ações. Sob o governo de Getúlio Vargas, o país começou a diversificar a economia ao iniciar seu processo de industrialização e urbanização.

⁵ Segundo Medeiros (2006) por meio de decreto foram criados dois parques no Acre, em 1911, entretanto, o instrumento não foi aplicado e caíram no esquecimento.

Medeiros (2006) aponta que, apesar de algumas mudanças institucionais, o Brasil ainda permaneceu sendo dominado por uma elite rural que dominava os processos e instituições do país.

O conteúdo normativo da legislação ambiental brasileira com a finalidade de conservação foi criado neste período, em 1934, por meio do decreto n.º 23.973/34⁶.

Ao tratar a questão da proteção da natureza como responsabilidade da União e dos Estados, mesmo que de maneira resumida e pouco precisa, a Constituição de 1934 outorgava à natureza um novo valor, isto é, ela passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado. Com isso, sua proteção adquire novo sentido e status, consistindo em tarefa ou dever a ser cumprido e fiscalizado pelo poder público. Proteger a natureza entra na agenda governamental republicana, passando a configurar um objetivo em si da política desenvolvimentista nacional. É neste cenário que os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas, são criados contemporaneamente no Brasil: o Código Florestal (Decreto 23793/1934), o Código de Águas (Decreto 24643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/1934) e o decreto de proteção aos animais (Decreto 24645/1934) (MEDEIROS, 2006, p. 50).

Medeiros (2006) observa que dos dispositivos citados acima, o “Código Florestal foi o instrumento mais importante, pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país” (MEDEIROS, 2006, p. 50). Para Milaré (2014) a Constituição de 1934, a Carta de 1937, a Constituição de 1946 e 1967 indicavam proteção à natureza, mas sem tratar o assunto de forma exclusiva e ampla, isto é, o assunto sempre foi conduzido de forma correlata à outras questões.

Sobre a criação do Primeiro Código Florestal, Alton e Mueller (2007) afirmam que sua concepção foi baseada no plano New Deal e seu alto nível de regulação da atividade econômica. A intenção da legislação seria manter reservas de suprimentos em momentos econômicos de escassez.

O Código estabelece que cada agricultor deve reter pelo menos 25% de suas terras em floresta, incluindo a área ao longo de qualquer porção de água. O objetivo do Código Florestal era garantir que os agricultores mantivessem uma quantidade suficiente de terra na floresta para fornecer um suprimento adequado de combustível. A floresta, por sua vez, fornece habitat para a vida selvagem, que, em condições econômicas de depressão, poderiam ser caçadas

⁶ Lei sancionada pelo presidente Getúlio Vargas. Dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>>

para fornecer subsistência. (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29, tradução nossa)⁷.

Faz-se necessário destacar que esta legislação nunca foi cumprida, sendo assim, não causou nenhum impacto na produção dentro das propriedades privadas do país. “Por trinta anos a lei permaneceu em efeito, mas não aplicada e, portanto, não afetou a quantidade de terra desmatada para a produção agrícola⁸ (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29, tradução nossa)”.

O Código de 1934 foi modificado com a criação do Código Florestal de 1965. A edição da lei instituiu a criação de duas áreas que nunca foram cumpridas, as APPs e RLs, por meio da Lei n.º 4.771, juntamente com a Constituição Federal daquele ano. “Em 1965, o recém-investido governo militar aprovou a Lei nº 4.771, que passou a ser conhecida como o Novo Código Florestal. A legislação agora distingue três áreas em todas as propriedades⁹ (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29, tradução nossa)”. Alton e Mueller (2007) explicam sobre as áreas de proteção que deveriam ser criadas dentro das propriedades rurais:

As primeiras eram áreas de preservação permanente que simplesmente não podiam ser cortadas ou usadas economicamente. Estas incluem as margens de rios e outras massas de água, encostas íngremes, topo de colinas e montanhas, entre outros. A segunda área era a reserva legal, com novos limites sendo fixados em 20% da propriedade nas regiões sul e sudeste do país, 50% na região norte (Amazônia) e na parte norte do centro-oeste, e sem limites para o nordeste. Neste ponto, apenas as florestas eram protegidas e não outros tipos de vegetação, como as savanas. A área da reserva legal poderia ser explorada sem a remoção da floresta, mas isso exigia autorização do serviço florestal. A terceira área era o restante da terra e poderia ser usado livremente (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29-30, tradução nossa)¹⁰.

⁷ The Code established that each farmer must retain at least 25% of his land in forest, including the area along any body of water. The purpose of the Forest Code was to ensure that farmers retained a sufficient amount of land in forest to provide an adequate fuel supply. The forest in turn provided habitat for wildlife which in depressed economic conditions could be hunted to provide subsistence. For thirty years the law remained in effect but not enforced and therefore it did not impinge on the amount of cleared land for agricultural production⁷(ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29).

⁸ For thirty years the law remained in effect but not enforced and therefore it did not impinge on the amount of cleared land or agricultural production (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29).

⁹ In 1965 the recently empowered military government passed Law No. 4,771 which came to be known as the New Forest Code. The legislation now distinguished three areas in all properties (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29).

¹⁰ The first were areas of permanent preservation which simply could not be cut down or used economically. These include the margins of rivers and other bodies of water, steep slopes, top of hills and mountains, among others. The second area was the legal reserve, with new limits being set at 20% of the property in the south and southeast region of the country and 50% in the north region (Amazon) and the

Para Medeiros (2006), a criação dessas duas tipologias de proteção as florestas dentro das propriedades privadas era uma “*tentativa de conter os avanços sobre as florestas*”. Segundo Garcia (2012), as APPs e RL só foram regulamentadas nas décadas de 1980 e 1990, demorando assim, 20 anos para normatizar seus dispositivos legais sobre as propriedades privadas. Mesmo quando foram formalizadas as regras quanto à criação de APPs e RL dentro das propriedades privadas, os limites nunca foram cumpridos pelos donos de grandes propriedades, como evidenciaram os estudos de Sparovek *et al.* (2011), Arheins (2009), Sauer e França (2012) e Bracalioni *et al.* (2016).

Ainda sobre a criação do CF em 1965 e a relação do Governo Militar diante das questões ambientais, Medeiros (2006) aponta que apesar das transformações no sistema político neste período, o governo permaneceu com as políticas de preservação que já vinham sendo trabalhadas no país.

No ano seguinte ao estabelecimento do novo regime, em 1965, um novo Código Florestal foi apreciado no legislativo, sancionado pela Presidência da República e instituído através da Lei nº 4771 de 15/09/1965. Basicamente, seus objetivos seguiam a mesma linha do seu antecessor. No entanto, ele extinguiu as quatro tipologias de áreas protegidas antes previstas na versão de 34, substituindo-as por quatro outras novas: Parque Nacional e Floresta Nacional (anteriormente categorias específicas), as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) (MEDEIROS, 2006, p. 52).

Reiterando que, apesar da promulgação da legislação ambiental, assim como o CF de 1934 não era cumprido, o Código de 1965 também não foi efetivado no período militar. Segundo Dean (1996), a perspectiva ambiental encontrava barreiras no programa desenvolvimentista da época. Este cenário foi modificado após o período militar, em 1985, pois os anos que se seguiram foram marcados por várias alterações no texto da Lei, que intensificaram as políticas de proteção à natureza. Como por exemplo, alterações que aumentavam o tamanho de faixa de vegetação a ser preservada:

Por exemplo, a Lei 7.511, de 1986, aumentou a largura da mata ciliar, após os desastres naturais que ocorreram na época. Passados três anos, a largura das APPs ripárias (matas ciliares) foi novamente alterada pela Lei 7.830, de 1989, consolidando as faixas de mata ciliar em vigor no Código Florestal. (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 287).

Em 1991 foi sancionada a Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171 de 1991). “Esse dispositivo merece atenção, pois pela primeira vez a recomposição da Reserva Legal foi

northern part of the center-west, with no limits for the northeast. At this point only forests were protected and not other types of vegetation, such as savannahs. The area in the legal reserve could be explored without removing the forest, but this required authorization from the forestry service. The third area was the remainder of the land and this could be used freely (ALSTON e MUELLER, 2007, p. 29-30).

exigida. No entanto, essa obrigação nunca foi regulamentada” (PERES, 2016, p. 59). A legislação passou por diversas modificações nas décadas de 1990 e 2000, por meio de vários dispositivos normativos, como resoluções e medidas provisórias, tornando-se cada vez mais restritiva e defensiva em relação à proteção e conservação do meio ambiente. Segundo Peres (2016), foi em meados da década de 90 que os dispositivos do Código Florestal começaram a ser questionados por representantes dos setores ligados à produção agrícola. Os argumentos estavam em torno da inviabilidade de produção dentro dos parâmetros exigidos pela Lei.

Em decorrência dos altos níveis de desmatamento e as recentes preocupações mundiais relacionadas ao meio ambiente que causaram uma mobilização internacional, “[...] em agosto de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou a MPv. 1.511/1996 (que foi reeditada 67 vezes até 2001) que alterava o Código Florestal” (PERES, 2016, p. 29). Curiosamente, a MP n.º 1.511/96, inicialmente, previa reduzir as exigências em relação às áreas de preservação dentro das propriedades privadas, mas acabou sendo modificada com o passar dos anos e, em 2001, se tornaria a Medida Provisória n.º 2.166/67, que prevê o aumento da área de RL.

Essa medida provisória foi reeditada mês a mês, com a inserção em seu texto de novas alterações na lei florestal. Seu relator, o deputado Moacir Micheletto, um dos líderes da bancada ruralista, apresenta seu parecer à matéria no final de 1999. A proposta trazia uma série de disposições voltadas a reduzir a rigidez das regras então em vigor relativas às APPs e à reserva legal e, de forma geral, a atenuar as obrigações ambientais impostas aos proprietários rurais, por meio de indenizações, compensações e outros instrumentos. (ARAÚJO, 2007, p. 130).

Essa mudança em relação à matéria proposta no congresso surge devido reações da comunidade internacional (ARAÚJO, 2007). Para Cunha (2013) *apud* Peres (2016, p. 29) esta matéria foi o motor propulsor das discussões referentes ao CF de 1965 que levaram às mudanças da lei em 2012. Sobre a movimentação internacional em relação à matéria legislativa, Araújo (2007) considera que o governo brasileiro é bastante sensível a opinião internacional. “A imagem do país no exterior parece ter um papel forte em certas decisões governamentais relacionadas à questão ambiental” (ARAÚJO, 2007, p. 130).

A Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, deu nova redação à Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal) e prevê, no mínimo, 80% da área florestal da propriedade rural mantida intocada a título de reserva legal no bioma Amazônia e porcentagens variando de 20 a 50% em outros biomas (MIRANDA *et al.*, 2008, p. 27).

Com esta medida, em 2001, a área destinada à reserva legal na Amazônia deveria aumentar de 50% para 80% na região amazônica.

Em 1998 foi sancionada a Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98. De acordo com Bracalioni *et al.* (2016), com a publicação desta lei as instituições de proteção ambiental passaram a fiscalizar os crimes ambientais, e o CF de 1965 passou a ser utilizado para aplicação de medidas administrativas e penais. Assim, com a lei em vigor, surgiram tentativas de regularizar as propriedades. Entretanto, uma provável criminalização aos que estavam fora dos parâmetros da legislação contrariou os produtores rurais. Estes, ainda segundo Bracalioni *et al.* (2016), procuraram exercer influência no Congresso Nacional por meio de entidades como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para que fossem feitas mudanças no CF de 1965.

Em 1999 foi proposta a reforma do CF de 1965 com o PL n.º 1.876 do Deputado Federal Sérgio Carvalho - PSDB/RO. Segundo Peres (2016), o referido projeto tinha como objetivo modificar o Código Florestal de 1965, "[...] propunha revogar (ou seja tirar a validade da antiga norma e fazer uma nova), e não apenas modificar o Código Florestal em vigor" (PERES, 2016, p. 61). Este projeto ficou "adormecido" até o ano de 2008.

Com intuito de proteger o meio ambiente e frear o desmatamento, o governo editou novas legislações que favoreciam a proteção ambiental em 2001. "Foram editadas as Lei de Gestão das Florestas, a Lei da Mata Atlântica e a Regulamentação das infrações e sanções ao meio ambiente (PEREIRA, 2013, p. 12)".

Apesar do pedido de revisão do Código Florestal ter entrado na agenda legislativa em 1999, foi em 2008 que as discussões ficaram mais densas. Isto porque, segundo Sauer e França (2012), dois instrumentos normativos passaram a exigir maior rigor no cumprimento do CF/65, "A primeira foi a edição da Resolução n.º 3.545, de 2008, do Banco Central, que passou a exigir documentação para comprovar a regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma Amazônia" (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 287-288). A segunda medida foi um decreto prevendo multa a quem descumprisse os índices de reserva legal nas propriedades rurais¹¹. Assim, "[...] a edição do Decreto n.º 6.514, de 2008, que passou a exigir a regulamentação da Reserva Legal e definiu multas para o caso de não efetivação da averbação" (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 287-288).

¹¹Informação disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/433399-APROVACAO-DO-CODIGO-FLORESTAL-FOI-UM-DOS-DESTAQUES-DO-LEGISLATIVO-EM-2012.html>>.

Segundo o Relatório de autoria do Deputado Aldo Rebelo (2010) sobre a reforma do CF/65, a entrada em vigor do segundo decreto colocaria na irregularidade mais de 4 milhões de propriedades rurais¹² que não vinham cumprindo a norma da Reserva Legal estabelecida em lei. O problema colocado em jogo por parte dos ruralistas é a implementação da legislação e não o fato de que existia uma norma jurídica que vinha sendo descumprida há pelo menos quatro décadas. “[...] o problema era a aplicação da lei 4.771/65 que segundo os empreendedores políticos ruralistas que buscavam alterá-la, além de ser muito rígida, não condizia com a realidade atual do campo brasileiro, o caminho era flexibilizá-la” (PERES, 2016, p. 67).

Nesta conjuntura, aumentaram os debates no legislativo para novas definições na redação da Lei do CF/65, pois os setores ligados à produção agrícola se organizaram para que não entrasse em vigor o Decreto n.º 6.514 de 2008. O cumprimento das multas para quem estava desrespeitando a reserva legal nunca foi aplicada, sendo adiada por diversas vezes por meio de decretos¹³. A data para entrada em vigor do referido decreto foi prorrogada até aprovação do “novo” Código Florestal em maio de 2012.

Sobre a efetivação da lei, Pereira (2013) explica que não havia antes do Decreto n.º 6.514 de 2008, controle do Estado nas propriedades privadas quanto ao cumprimento da legislação que exigia área destinada para as APPs e RLs:

Por mais que houvesse a lei de crimes ambientais que trata de sanções penais e administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente, a regulamentação dispondo sobre infrações e multas só foi estabelecida em 2008 pelo decreto 6.514. Dessa forma, até 2008 as atividades prejudiciais ao meio ambiente não estavam sendo efetivamente punidas [...].esse decreto buscaria, finalmente, tornar efetiva a legislação ambiental (PEREIRA, 2013, p. 35).

Assim, como demonstra Sauer e França (2012, p. 288):

O Decreto 6.514 estabeleceu as sanções penais e a data para o início dessas medidas (art.55). O prazo, inicialmente previsto para 22 de julho de 2008, foi prorrogado algumas vezes, sendo que a penúltima alteração estabelecia a data de 11 de junho de 2011 (Decreto n.º 7.029, de 2009). Essa data-limite tencionou sobremaneira o processo e foi usada para apressar a tramitação da matéria no Parlamento, especialmente devido ao argumento de que os pequenos agricultores seriam responsabilizados criminalmente caso o Decreto entrasse

¹²A citada informação também consta em notícia no site da Câmara dos Deputados, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/433399-APROVACAO-DO-CODIGO-FLORESTAL-FOI-UM-DOS-DESTAQUES-DO-LEGISLATIVO-EM-2012.html>>.

¹³ Caso fosse sancionado o decreto n.º 6.514 de 2008, que previa multa a quem estivesse descumprindo os índices de Reserva Legal, mais de 4 milhões de propriedades rurais com alguma pendência ambiental estariam na ilegalidade. Cerca de 80% do total de propriedades do Brasil, conforme indica o Relatório de autoria do Deputado Aldo Rebelo (2010) e notícia do site da Câmara dos Deputados. <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/433399-APROVACAO-DO-CODIGO-FLORESTAL-FOI-UM-DOS-DESTAQUES-DO-LEGISLATIVO-EM-2012.html>>.

em vigor. Esse foi o argumento utilizado para pressionar o Governo Federal, levando à edição do Decreto n.º 7.640, em 2011, prorrogando a vigência do Decreto 6.514, de 2008, para 11 de abril de 2012, novamente prorrogada para 11 de junho de 2012, por meio do Decreto n.º 7.719/2012 (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 288).

Em 2009 foi criada a Comissão Especial para analisar os projetos de lei que pediam a atualização do Código Florestal. Como relator do projeto foi nomeado o Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Aldo Rebelo, membro do Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Foram realizadas audiências públicas em várias cidades do país com forte produção agropecuária (GARCIA, 2012; REBELO, 2010). O parecer foi publicado em junho de 2010. “Quanto ao seu relatório, antes mesmo de ser apresentado, já ocorriam debates, de um lado estavam os ruralistas, comprometidos com atividades produtivas e do outro, os ambientalistas, defendem a proteção do meio ambiente” (GARCIA, 2012, p. 58). Segundo Garcia (2012), alguns dos principais pontos expostos no Relatório sobre o CF de 65 eram “conflitos” entre o setor rural e ambiental. Após a publicação do referido relatório, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se manifestou acusando o relator do projeto, o Deputado Aldo Rebelo, de conduzir o texto para os interesses pessoais de latifundiários. Segundo a comunidade científica, não foram dispostos temas e estudos que abordavam problemas ambientais, como a excessiva exploração agrícola e as mudanças climáticas.

Ferragini (2013) descreve os principais pontos considerados polêmicos no relatório do Deputado Aldo Rebelo: mudanças no percentual de mata nativa dentro da RL, a diminuição das áreas de matas ciliares e anistia dos crimes ambientais.

Reserva Legal (RL) – percentual de mata nativa que deve ser mantido na propriedade rural, cuja exigência legal varia de 20% a 80%, conforme a região. Com a proposta de Rebelo, pequenos proprietários (imóveis rurais de até quatro módulos fiscais) que estejam produzindo na área tornam-se isentos dessa obrigação; Mata Ciliar (pertinente às Áreas de Proteção Permanente - APPs) – faixa de mata a ser preservada nas margens dos rios (...). A proposta reduz de 30 metros para 15 metros a exigência de preservação; Permissão da manutenção de atividades consolidadas nas APPs antes de 22 de julho de 2008 (antes da criminalização da não averbação da RL) e, assim, a anistia (das multas e penalidades administrativas) a esses proprietários rurais (FERRAGINI, 2013, p. 12).

Nas palavras de Sauer e França (2012), o conflito partia de uma perspectiva econômica de desenvolvimento que não se alinhava às preocupações e manutenção dos recursos ambientais:

[...] a base ou a motivação central para as mudanças propostas não está relacionada à preocupação com a sustentabilidade ambiental ou com as mudanças climáticas, temas fundamentais na agenda política mundial e pautas da Rio+20. Ao contrário, todas as propostas de alteração, como, por exemplo,

a redução das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou da Reserva Legal – quando não de sua total supressão – partem do princípio de que a natureza (a floresta ou a mata) é um empecilho ao desenvolvimento, entendido apenas como crescimento econômico (SAUER e FRANÇA, 2012, p.2 85 -286).

O deputado Aldo Rebelo assinalou no documento do relatório do NCFB, em 2010, que as alterações que a Lei sofreu nas últimas décadas, colocaram diversas atividades agrícolas à margem da lei e submetidas às pressões dos órgãos ambientais que inviabilizavam a produção agrícola. “*Homens do campo, cumpridores da lei, que nunca haviam frequentado os tribunais ou delegacia de polícia, viram-se de repente, arrastados em processos, acusações e delitos que não sabiam ter praticado*” (REBELO, 2010, p. 9). Em contraposição a essa posição de Rebelo, de que os produtores se viram de repente com processos judiciais, o mapeamento das modificações da legislação feito por Pereira (2013) revela que alguns dispositivos da legislação levaram até 20 anos para serem regulamentados. Infere-se que houve tempo hábil para que os produtores se ajustassem a legislação.

Sobre as discussões de reformulação do NCFB, no qual havia a dicotomia ou preservamos ou produzimos. Martinelli *et al.* (2010) afirmou em pesquisa científica que a ameaça a produção de alimentos no Brasil não existia. Martinelli analisou a ocupação das terras brasileiras com base em dados censitários. “O Brasil tem área suficiente para a preservação de nosso patrimônio biológico e para também continuar aumentando a produção de alimentos para o consumo interno e exportações” (MARTINELLI, 2010, 324).

Os maiores entraves para a produção de alimentos no Brasil não se devem a restrições supostamente impostas pelo Código Florestal ou de outra forma de conservação da vegetação natural, mas, sim, à enorme desigualdade na distribuição de terras, a restrição de crédito agrícola ao agricultor que produz alimentos de consumo direto, a falta de assistência técnica que o ajude a aumentar a sua produtividade, a falta de investimentos em infraestrutura para armazenamento e escoamento da produção agrícola, a restrições de financiamento e priorização do desenvolvimento e tecnologia que permita um aumento expressivo na lotação de nossas pastagens, na pouca ênfase da pesquisa dos setores públicos e privados no aumento da produtividade de itens alimentares importantes para o mercado nacional, e no direcionamento dos investimentos e pesquisas para o modelo industrial da produção agrícola desconsiderando a importância da pequena agricultura tradicional em questões de segurança alimentar, geração e distribuição de renda e ocupações (MARTINELLI *et al.*, 2010, p. 329)

Além de Martinelli 2010, Sparovek 2011 *et al* também indicaram em pesquisa, que o Código Florestal de 1965 não comprometia a produção agrícola no País no que se refere a ter área suficiente para produção de alimentos.

Sobre os pensamentos dispostos a respeito das discussões do NCFB, Sauer e França (2012) demonstra o posicionamento da Bancada Ruralista:

Ao enfatizar que a lei brasileira traz sérias restrições à expansão do agronegócio e, conseqüentemente, à produção de alimentos, eles advogam não só o direito de propriedade (privada) de terra, mas também o direito da propriedade, ou seja, domínio total e apropriação absoluta, sem nenhuma restrição à exploração de seus recursos. Conseqüentemente, negam que o meio ambiente e a natureza são bens comuns e não individuais ou privados (art.225, da Constituição Federal) e que sua preservação é também uma exigência constitucional (art.186) (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 286).

O autor também expressa o pensamento dos ambientalistas, segue:

No pólo oposto, militantes ambientalistas, lideranças agrárias e pesquisadores – a exemplo dos que produziram estudos para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e para a Academia Brasileira de Ciências (ABC) – defendem que não há contradição séria entre a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente no arcabouço legal brasileiro. Nesse sentido, advogam que a terra não é só um meio (tradicional) de produção, mas nela estão incluídos seus recursos (água, subsolo, florestas, fauna etc.). Portanto, ela constitui um bem comum, que não pode ser apropriado e utilizado apenas por interesses privados (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 286).

Os ambientalistas que seguiam contrários a várias medidas da aprovação do texto apontavam para os riscos da diminuição das áreas nativas protegidas, embasados na possibilidade de um desenvolvimento econômico sustentável. Em carta, a SBPC e a Academia Brasileira da Ciência (ABC) se manifestaram contrárias às mudanças na legislação. “A reforma do Código Florestal brasileiro, tal como foi processada no Congresso representou a desregulação do setor do agronegócio com sérios riscos para o meio ambiente e para a própria produção agrícola” (CARTA, 2012, p. 19). No documento, a SBPC e ABC apresentam um detalhamento dos artigos da lei modificados com os temas relativos ao meio ambiente que, na visão deste grupo, precisavam ser abordados e não poderiam ser negligenciados nas mudanças da lei, tais como a preservação e a conservação ambiental. Sobre os pontos polêmicos do projeto de lei que modificava o Código Florestal, Garcia (2012) enumera os seguintes: “[...] a regulação sobre Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal; as atividades produtivas permitidas em áreas protegidas; a definição de competências em matéria ambiental; e os incentivos visando à recomposição de APP e áreas de reserva legal” (GARCIA, 2012, p. 61).

O texto do “novo” Código Florestal foi sancionado em 25 de maio de 2012. “[...] A presidente Dilma Rousseff, em maio de 2012, fez 12 vetos e 32 modificações na lei 12.651 e posteriormente na medida provisória 571/12” (PERES, 2016, p. 31).

Sobre o texto da lei aprovado, a SBPC (2012) considerou que houve alguns avanços na redação da legislação no que se refere ao reconhecimento de áreas de preservação ambiental. Entretanto, a entidade aponta perdas, pois haveria tendência a se regularizar normas em benefício do setor do agronegócio. “A aprovação do referido projeto de lei representa interesses econômicos imediatos de grupos dentro da Câmara dos Deputados, os quais não consideram as peculiaridades de uma região gigantesca como a Amazônia e dos demais biomas do País” (CARTA SBPC, 2012, p. 19).

Ainda, segundo Sauer e França (2012), o texto do “novo” Código Florestal, ao dispor sobre o conceito Área Rural Consolidada, deu anistia àqueles produtores que não estavam cumprindo a legislação de 1965. “[...] a definição de “Área Rural Consolidada” possibilita legitimar desmatamentos ilegais e degradações ambientais ocorridos até julho de 2008, incluindo desrespeito às APPs e à Reserva Legal” (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 289). Na mesma linha de pensamento, a SBPC compartilhou em carta a mesma ideia sobre a aprovação da Lei. “Privilegia aqueles que desrespeitaram a legislação ambiental oferecendo anistia pelos ilícitos praticados e, principalmente, não concilia a produção agrícola com a sustentabilidade ambiental” (CARTA SBPC, 2012, p. 19).

Presente em vários dispositivos do texto em discussão, sua aplicação representa a materialização da anistia, pois o que está “consolidado” não é passível de sanção, mesmo que esteja fora dos parâmetros legais em vigor. Além disso, ele irá esvaziar o mandato constitucional referente ao cumprimento da função social da propriedade rural que, entre outras, consiste na utilização adequada dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente (SAUER e FRANÇA, 2012, p. 290).

Para Peres (2016) e Garcia (2012), as alterações sancionadas pela Presidência da República não atenderam totalmente nenhum dos grupos envolvidos na disputa. “A posição do governo ficou no meio do caminho entre os interesses dos produtores e a pressão dos grupos denominados de ambientalistas” (GARCIA, 2012, p. 65). Peres (2016) dispôs que a publicação da Lei contrariou os dois grupos de tal forma que foram apresentadas centenas de emendas à legislação recentemente aprovada. “Já no início de junho de 2012, existiam mais de 400 propostas de emendas” (PERES, 2016, p. 88).

Pode-se perceber que o ponto de discórdia das regulamentações da legislação são os limites que se referia às APPs e RLs que despertaram posições diametralmente opostas entre os setores ligados à produção agrícola e os grupos preocupados com questões ambientais. Com o primeiro grupo proferindo um discurso pautado na produção agrícola e desenvolvimento da economia; e o segundo, com um debate na perspectiva de

preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Esta polarização do debate foi apontada em diversos estudos (SPAROVEK *et al.*, 2011; PEREIRA, 2013; GARCIA 2012; SAUER e FRANÇA, 2012; BRANCALION, *et al.*, 2016; PERES, 2016) nos quais foi possível perceber que o debate acerca das definições da lei esteve polarizando entre as perspectivas dos grupos alinhados ao pensamento ambientalista e dos grupos relacionados ao setor produtivo agrícola - Ruralista.

As discussões sobre o NCFB não se fecharam em 2012, ano da modificação da legislação, em março de 2018¹⁴, o Supremo Tribunal Federal julgou as alterações do Código Florestal. O judiciário considerou constitucional a anistia (perdão das multas até julho de 2008) para os produtores que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Nem todos os artigos foram considerados legais, o Supremo julgou inconstitucional aqueles relativos às nascentes e olhos d'água intermitentes.

Na próxima seção serão expostos os princípios e interesses do setor produtivo e os ambientalistas.

2.4 Princípios e Interesses dos Ruralistas e Ambientalistas na Reforma do Código Florestal

O conflito entre os que acreditavam que a lei deveria ser atualizada e os que acreditavam que as mudanças seriam um retrocesso na legislação estava polarizado entre dois grupos: o setor produtivo, sendo representado pela bancada ruralista no congresso nacional, que contavam com o apoio de representantes do setor patronal rural; e os ambientalistas, que somavam grupos de várias origens, como cientistas e a sociedade civil organizada (PERES, 2016; PEREIRA, 2013). Apesar das discussões estarem polarizadas nesses dois grupos, Pereira (2013) aponta que as duas coalizões acomodavam grupos menores com interesses diversos que estavam diretamente ligados ao tema por questões econômicas, ou pensamento preservacionista ou por serem diretamente afetados pela legislação. “De fato, os debates foram polarizados por esses setores. Contudo, a análise dos interesses defendidos na reforma florestal demonstra a existência de heterogeneidade entre esses segmentos” (PEREIRA, 2013, p. 18).

¹⁴ As informações sobre o julgamento das ações do novo Código Florestal estão disponíveis no site do Supremo Tribunal Federal. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370937>. Acessado em 04 de maio de 2018.

Além das divergências internas, tanto a coalização ruralista como a ambientalista envolveu, por exemplo, defensores da agricultura familiar, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e atores que até então não tinham ligação com o tema. Como durante o processo de deliberação a união fez-se necessária para que houvesse uma soma de forças, as grandes lideranças buscaram construir suas coalizões, acomodando as representações menores. (PEREIRA, 2013, p. 18)

Faz-se necessário esclarecer que a Bancada Ruralista não é um grupo institucional, ou seja, não é uma organização oficial de políticos com regras estabelecidas, os agentes não estão reunidos por uma coligação, por um partido, em comissões na Câmara ou no Senado. Assim, não estão necessariamente próximos, formando grupos dentro do campo político. Estes atores estão dispersos no ambiente político e o que determina sua proximidade são seus interesses. Pereira (2013) destaca que as bancadas não precisam de procedimentos formais para existirem. O INESC¹⁵ (2007), para determinar em seus relatórios se um ator político pertence à Bancada Ruralista, verifica sua relação de profissão, se tem vínculo com o setor agropecuário, fonte de renda relacionada ao segmento do agronegócio e a relação familiar. Vigna (2001) denominou que a terminologia que representa bem a formação da Bancada Ruralista é “*grupo de interesse*” (VIGNA, 2001, p. 13). “Ao conceituá-la a partir da sua atuação, é importante compreender que os ruralistas não compõem uma bancada partidária, mas um grupo de parlamentares suprapartidários” (VIGNA, 2011, p. 14).

Como qualquer outra bancada ou grupo de interesse dentro do Congresso Nacional, os ruralistas não possuem uma ligação partidária, mas uma conexão relativa a seus interesses, como explica Vigna (2001):

O grupo ruralista não se submete, necessariamente, a nenhuma regra, senão a da fidelidade aos seus interesses. Vota unificado somente nas proposições que possam afetar seus negócios no mercado. Nas votações que não envolvem seus interesses, cada deputado é “liberado” para seguir ou não as indicações das lideranças partidárias, invertendo a lógica do processo legislativo. (VIGNA, 2001, p. 14)

Peres (2016) buscou caracterizar o perfil do grupo dos ambientalistas no que se refere ao Código Florestal, nos anos de 2008 a 2012, e percebeu uma grande pluralidade de atores oriundos de diversos espaços sociais como o campo científico, movimentos sociais, organizações ambientalistas e etc. A autora percebeu que no movimento ambiental, de forma geral, há várias divisões sobre a defesa das pautas de proteção à natureza e que não há uma visão única sobre a questão ambiental. “No caso do Código Florestal, no entanto, foi possível unificar diversas organizações, movimentos sociais e

¹⁵ Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC.

instituições sob um mesmo discurso: ‘ser contra as alterações do Código Florestal’, principalmente em nome da ‘defesa das florestas’” (PERES, 2016, p. 132).

Peres (2016) levantou como acontece a mobilização por parte dos ambientalistas:

Diferente do que aconteceu com os ruralistas, que possuem uma Frente Parlamentar e uma Bancada bastante forte, os ambientalistas, apesar de estarem articulados junto à Frente Parlamentar Ambientalista e outras frentes relacionadas à temática ambiental, não possuem a mesma força dentro do Congresso Nacional. Por isso, mesmo utilizando estratégias como o diálogo corpo a corpo com os parlamentares e manifestações durante as votações nas duas casas, os ambientalistas se focaram na mobilização social e na realização de eventos, visto que a pressão popular e a opinião pública eram seus principais recursos (PERES, 2016, p. 133).

Ainda sobre o segmento ambiental, Pereira (2013) dispõe que o grupo lida com uma diversidade de atores o tornando um grupo difuso e por isso sem unificação dos agentes. “Uma das características do movimento ambientalista que merece destaque é a dificuldade de lidar com sua diversidade de atores e práticas” (PEREIRA, 2013, p. 34).

Faz-se necessário levantar que dentro do Congresso Nacional existem os grupos denominados Frentes Parlamentares, as quais são disciplinados pelo Regimento Interno da Casa de Leis através do Ato da Mesa da Câmara dos Deputados n.º 69, de 10/11/2005¹⁶. “[...] considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” (Art. 2º). Portanto, uma Frente Parlamentar é uma associação institucional de deputados para desenvolver propostas e defender um determinado segmento. No que se refere ao Código Florestal, temos a Frente Parlamentar Agropecuária e a Frente Parlamentar Ambiental. Entretanto, conforme observou Peres (2016), é difícil considerar que todos os integrantes de cada grupo compartilham os mesmos interesses, uma vez que é possível encontrar agentes da bancada ruralista dentro da Frente Parlamentar Ambientalista.

De acordo com Pereira (2013), a participação de um parlamentar em uma Frente Parlamentar não implica que ele seja defensor do tema representado por aquele grupo legislativo. “Sendo assim, a participação em frentes parlamentares está diretamente associada às atividades de expertise e de politização de interesses organizados” (PEREIRA, 2013, p. 19). Assim, podemos diferenciar a Bancada Ruralista da Frente Parlamentar Agropecuária da seguinte forma: o primeiro grupo não é uma organização

¹⁶ Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acessado em 12/04/2017.

institucional, mas um grupo social ligado pelos seus princípios, interesses e relações econômicas; o segundo grupo é institucional, com uma figura clara dos interesses ruralistas, entretanto, como a associação é livre, dentro do mesmo, podem existir atores com interesses diversos. No caso da Frente Parlamentar Ambiental, Peres (2016) observou que há uma diversidade de atores que defendem a pauta ambiental, assim como membros que parecem não ter ligação de forma imediata ao assunto, ou por vezes, nenhuma adesão ao tema relacionado. Desse modo, pode-se inferir que existam atores que façam parte de um grupo ou de outro apenas por se sentir mais sensível a pauta defendida ou para se infiltrar dentro de uma arena no qual possa interferir nos processos de acordo com seus interesses.

Dentro do quadro exposto, iremos considerar neste trabalho as divisões ambientalistas e ruralistas, conforme o Quadro 1 elaborado por Peres (2016).

Quadro1 – Agentes dos grupos Ambientalistas e Ruralistas

Ambientalistas	Ruralistas
ONGs nacionais e internacionais	Bancada Ruralista
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Confederação Nacional da Agricultura - CNA Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e outras entidades
Ordem dos Advogados do Brasil/ MPF	Empresas do Agronegócio
Grupos da Sociedade Civil	Frente Parlamentar Agropecuária
Frente Parlamentar Ambientalista	

Fonte: Peres, 2016, p. 131 e 143

Iremos também adicionar ao nosso trabalho, o governo, que é um agente importante nesta situação, mesmo tendo sua pauta mais alinhada às questões ambientais, como já foi mencionado neste trabalho. Este agente social esteve à frente das tomadas de decisões e foi o fio condutor que impulsionou toda a agenda criada em volta das discussões da reforma do NCFB. Esta definição foi possível uma vez que é perceptível verificar as decisões do governo alinhadas a um recente pensamento internacional de proteção ao meio ambiente. Assim, entendemos que os agentes do governo são os órgãos que estão aparelhados ao Estado nas esferas federais, estaduais e municipais, como por exemplo, o Ministério Público Federal – MPF, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e

demais secretarias ou autarquias ambientais. Neste contexto, temos o setor produtivo, grandes, médios e pequenos produtores rurais que possuem interesse direto na legislação ambiental.

Este capítulo buscou fazer uma revisão da literatura sobre o Código Florestal, contextualizando as origens das preocupações ambientais, os fundamentos da legislação ambiental no Brasil e a evolução histórica na estrutura jurídica da Lei. Desta revisão podemos concluir que as razões para a revisão do Código Florestal foram determinadas a partir dos interesses de uma elite rural, quer como Brasil Colônia, Império ou República sempre procurou advogar seus interesses dentro do meio político. Podendo-se notar, assim, que os interesses de preservação ambiental, mesmo quando possuem um cunho utilitarista, sempre estiveram alinhadas às decisões do governo desde o período colonial.

Pode-se perceber também que a partir da evolução das normas que regulamentaram o Código Florestal, que a sua aprovação aconteceu em meio a intensas disputas entre ruralistas e ambientalistas. O primeiro preocupado com a expansão da produção agrícola e o desenvolvimento econômico; e, o segundo com a preservação da natureza, pautando um desenvolvimento sustentável.

Na próxima seção serão expostas investigações científicas relacionadas ao Código Florestal e ao campo da comunicação e jornalismo.

2.5. O Código Florestal em Pesquisas de Comunicação

As pesquisas sobre o Código Florestal estão concentradas nas áreas das ciências naturais e da terra, contudo, as investigações não se reduzem a estes campos do conhecimento, pois existem também trabalhos nas ciências humanas. Seguem os estudos relacionados à comunicação¹⁷:

Um dos estudos que se encontra na perspectiva da comunicação e Código Florestal é o trabalho de Luz (2012), que usou como objeto de investigação as matérias da agência de notícias do Congresso Nacional no ano de 2011. O objetivo da pesquisa foi investigar as mudanças propostas pelo Projeto de Lei n.º 1876/99 no Código Florestal de

¹⁷ Ao que se refere à área da comunicação, relacionamos os estudos encontrados nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Scielo. As palavras chaves usadas para a busca nos acervos foram: Código Florestal/Mídia, Código Florestal/Jornalismo e Código Florestal/Comunicação. As buscas com as palavras-chave <Código Florestal> no Portal da Capes resultou em 171 trabalhos e no Scielo, 54. Contudo, são pesquisas direcionadas a campos de estudos que não se referem à comunicação, mas que são interessantes para demonstrar como as pesquisas na área vêm se desenvolvendo.

1965, de modo a realizar uma análise crítica da cobertura midiática realizada pelos sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal, afim de refletir sobre o direito à informação.

Os resultados da pesquisa demonstraram que houve inclusão de temas no Código Florestal, aprovado em 2012, que não existiam no código de 1965. “Questões que diminuem as áreas protegidas, e conseqüentemente, a proteção ao meio ambiente” (LUZ, 2012, p. 147). Luz (2012) ainda concluiu que as mudanças também alteraram a porcentagem de reserva legal e suspendeu as multas e punição de crimes ambientais que estavam sendo cometidos antes da sanção do novo Código Florestal. Sobre a cobertura jornalística, Luz (2012) considerou que a informação não foi transmitida de forma clara, causando confusão entre os termos abordados nas matérias, sendo transmitida de forma superficial, sem dar ao leitor a capacidade de compreender o assunto de uma forma mais ampla. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, realizando-se uma análise quali-quantitativa das matérias jornalísticas.

Ferragini (2013) pesquisou a retórica de ruralistas e ambientalistas nos artigos de opinião do Correio do Estado, por meio da Teoria Retórica do Discurso (TRD), como se deu a argumentação desses grupos frente às discussões relacionadas à referida legislação ambiental. Assim, o trabalho tinha como objetivo “[...] compreender o ponto de vista adotado pelos grupos e sua justificação naquele período [...]”, por meio de análise de oito artigos de opinião publicados no ano de 2011 no Jornal Correio do Estado de Mato Grosso do Sul. Nas palavras de Ferragini (2013), segue a questão de pesquisa que norteou a investigação científica:

Diante do contexto, interessa saber: como argumentaram aqueles que discursaram em relação ao novo Código Florestal no jornal Correio do Estado em 2011, com vistas à persuasão do leitor? Isto é, como os autores justificaram a opinião (contrária ou favorável) publicada? Com uma argumentação mais técnica, mais sensibilizadora ou mais legitimadora? (FERRAGINI, 2013, p. 15)

A hipótese de Ferragini (2013) que foi confirmada no trabalho era de que o discurso dos ruralistas teria um viés para sensibilizar o leitor, mais emotivo com intenção de comovê-lo, com argumentos de fundamentação *pathos*, “[...] pois afirmam que somente com as alterações na lei será possível garantir a alimentação para a população que está em constante crescimento(...)” (FERRAGINI, 2013, p. 15). Já os ambientalistas teriam um discurso mais racional, apoiados em trabalhos científicos e estudos para defender suas ideias. Mesmo com um viés sensibilizador, a autora parte de uma perspectiva que este grupo teria argumentos de ordem *logos*.

A pesquisa de Bonato (2013) apresenta um estudo dos discursos sobre a reforma do NCFB nos Jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo no período de maio de 2011 a junho de 2012. A questão da pesquisa tinha como pano de fundo o debate entre os produtores rurais e os preservacionistas:

Esse embate entre produtores rurais e preservacionistas se revelou uma oportunidade para avaliar o papel da mídia, que deve se pautar na busca pela verdade, independência em relação aos poderes e agir no interesse dos cidadãos, cujo o direito à informação está garantido pela constituição. E o que dizem os diversos códigos de ética de jornalismo. Teria isso acontecido na cobertura dos jornais sob análise? (BONATO, 2013, p. 11)

Bonato (2013) concluiu que os dois veículos tomaram partido em defesa dos produtores rurais e se alinharam aos interesses da classe dominante. Esta constatação foi confrontada ao Código de Ética dos Jornalistas: “Manuais de ética prescrevem que as redações não devem se alinhar ao pensamento das empresas. Devem ser independentes e dar vozes aos setores não concordam com o discurso hegemônico” (BONATO, 2013, p. 78). Este trabalho ainda verificou que a Folha de São Paulo não concedeu espaços para o campo científico se manifestar sobre o assunto. Já o Estadão teria dado vozes aos mais diversos setores da sociedade. “Houve independência dos repórteres que ouviram sistematicamente a opinião dos especialistas em meio ambiente das academias de ciência e de representantes do movimento ambientalista” (BONATO, 2013, p. 79). Este trabalho gerou um artigo de autoria de Gonçalves e Bonato (2012) encontrado na plataforma Scielo cujos resultados apresentados sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro foi apenas a da Folha de S. Paulo. Assim como na dissertação, este trabalho expõe o fato da mídia não ter dado voz ao campo científico nas matérias relacionadas ao Código Florestal.

A dissertação de Ribeiro (2014) pesquisou a construção do discurso ambiental em dois jornais: O Liberal, do Estado do Pará e, A Crítica, do Estado do Amazonas. Esta pesquisa analisou as edições do ano 2011 dos veículos regionais, na qual chegou aos seguintes resultados:

Verificamos, a partir da discussão teórica e das análises que: 1) A divulgação debate no jornal O Liberal foi a que mais favoreceu o debate social, pois, diferentemente do A Crítica, contou com a participação dos âmbitos social e jurídico; 2) As consequências do desmatamento divulgadas pelo A Crítica sempre se relacionaram com o Código Florestal, o que não aconteceu em O Liberal; 3) Em relação aos posicionamentos, muitas vezes, a problemática ‘desmatamento’ é atenuada; 4) Quanto às estratégias divulgativas, a abordagem divulgada do evento, por se tratar de suas causas, resultou no emprego de linguagem acessível, por ser uma questão mais própria da realidade social do grande público; 5) Quanto ao papel das ideologias nas relações de controle de poder, a divulgação é influenciada pelos diversos atores que participam dela, já que percebemos que o enfrentamento da problemática aparece atrelado a questões de ordem econômica, inclusive no discurso —ecológico. Com base nessas constatações, entendemos que a divulgação

debate é um instrumento que pode ajudar na construção de perspectivas mais democráticas a respeito de questões ambientais tão importantes na atualidade. (RIBEIRO, 2014, p. 7)

A dissertação de Medeiros (2012) pesquisou os fluxos de comunicação em mídias sociais, em plataformas da internet, na qual procurou discorrer sobre o papel das novas mídias dentro do debate ambiental. A hipótese que norteou o trabalho foi a de que “[...] as novas mídias estão promovendo uma maior pluralidade de vozes e discursos acerca de questões ambientais”. O período estudado foi o ano de 2011, “[...] formado pelas publicações no Twitter que continham os termos “Código Florestal” durante uma semana artificial, composta a partir de datas sorteadas no período de sete semanas entre 11 de setembro de 2011 e 29 de outubro de 2011[...]” (MEDEIROS, 2012, p. 15). A autora concluiu que “houve sim um pluralismo no que diz respeito à participação de diferentes atores no debate sobre o Código Florestal no Twitter, mesmo que o grau de visibilidade e influência de cada um seja bastante distinto (MEDEIROS, 2012, p. 144)”.

Um ponto interessante nas considerações de Medeiros (2012) foi a possibilidade das ONGs e movimentos sociais poderem construir na plataforma digital uma representação social diferente daquelas formada pelos jornalistas.

“Ao usarem as novas mídias como ferramenta, além de conquistarem espaços que quase sempre não estão disponíveis nas mídias de massa, nas quais o controle da emissão de informações é limitado, as ONGs e os movimentos sociais ainda ganham autonomia ao escapar de terem sua imagem construída exclusivamente a partir das interpretações dos profissionais das mídias tradicionais (MEDEIROS, 2012, p.145)”.

Uma outra pesquisa vinculada ao tema foi a de Teixeira (2014), trabalho que verificou os valores notícia mais utilizados nas matérias no período de março de 2012 a maio de 2013, no Jornal Nacional da emissora de televisão Rede Globo. Tendo o seguinte problema como questão de pesquisa: “Como interesses econômicos desviaram o foco ambiental no processo de votação do novo Código Florestal Brasileiro?” (TEIXEIRA, 2014, p. 15). De modo geral, a pesquisa demonstrou que a questão ambiental, social e econômica foi deixada de lado na produção das notícias e que o jornal restringiu o tema a questão política, abordando o debate com foco na votação que acontecia na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Após o levantamento de pesquisas que também abordaram o Código Florestal e os meios de comunicação de massa, pudemos definir alguns aspectos que diferenciam este trabalho de pesquisa aos trabalhos relacionadas acima, nos seguintes aspectos:

- O *corpus* não é formado por jornais regionais ou dois jornais nacionais, mas quatro grandes jornais brasileiros que se situam de forma central na esfera midiática, sendo, O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Valor Econômico;
- O período a ser pesquisado não se refere a um período limitado nos anos que a lei foi votada ou sancionada, respectivamente 2011 e 2012, pois foi utilizado nesta pesquisa uma série histórica para compor o período analisado, apoiado em mudanças institucionais. Neste trabalho, propôs-se a escolha do material a partir de marcos institucionais que colocaram em tramitação a reforma do Código Florestal de 2008 a 2012, com uma análise que compreendeu 332 matérias;
- O suporte teórico se fundamenta a partir de uma perspectiva em que a mídia reproduz as estruturas vigentes de poder (SCHUDSON, 1981; BOURDIEU, 1997; HALL *ET AL.* 1999; HACKETT, 1999; e TUCHMAN, 2002). Desse modo, a mídia não foi abordada como um agente que toma partido (escolhe um lado para defender), manipula, ou não segue os Códigos de Ética e deontológicos da profissão, mas observados a partir das perspectivas de mundo reproduzidos pelos jornais. Os quais produzem conteúdos, formas de dar sentido ao mundo, maneiras e modos partilhados, exercidos por um poder cultural, que já existem na sociedade e, de uma forma ou de outra, alguns possuem mais força simbólica de estabelecer e atingir estruturas sociais mais amplas do que outros. Desse modo, não é uma reprodução manipuladora, mas o compartilhamento de produtos simbólicos que já existem no meio social.
- A forma como são entendidos os princípios de neutralidade, objetividade, imparcialidade e retratar a verdade, são imperativos criados para dar profissionalismo, competência, responsabilidade ao jornalismo em uma época em que o campo perdeu a credibilidade (SCHUDSON, 1981). Porto (2004) prefere entender essa tentativa de controle racional da construção da notícia como “*orientação estruturada*”. Entendendo-se, assim, que não passam de crenças em procedimentos e protocolos que tentam ser exercidos, mas que, objetivamente, podem não ser executados.

No próximo capítulo abordamos o campo de produção de bens simbólicos e sua relação com a construção da realidade.

3. CAMPO DE PRODUÇÃO CULTURAL

As razões para a revisão do Código Florestal ficaram no âmbito de um balanço de poder entre os interesses de cada setor da sociedade, no qual a mídia participava demarcando os temas e narrativas específicas que seriam as consideradas relevantes para publicação. Partindo deste princípio, será apresentado o campo de produção cultural para contextualizar como funciona o campo do jornalismo e os mecanismos das relações de poder no seu campo social, para que, posteriormente, seja realizada análise do que foi construído socialmente nos principais jornais impressos do país a respeito da matéria ambiental.

3.1. Modo de produção e ação do Jornalismo

Desde períodos remotos o homem faz uso de signos linguísticos para codificar e decodificar o mundo. Além de dar significação ao mundo social, esse sistema de conteúdos simbólicos é utilizado para comunicação, permitindo a troca de informações e conhecimentos. Assim, as trocas simbólicas estão amplamente relacionadas com todos os aspectos da vida humana, com tal força que as interações sociais são orientadas pelas formas simbólicas¹⁸ que, por meio da comunicação, estabelecem moldes e contornos à existência e ao agir dos agentes sociais.

Os conteúdos simbólicos são comumente reproduzidos pela palavra escrita ou falada, mas além da interação face a face, o homem desenvolveu técnicas de reprodução cada vez mais aperfeiçoadas para a transmissão e divulgação dos produtos de ordem cultural. A criação de instrumentos físicos (prensa de Gutenberg no século XV), depois as revoluções industriais a partir do século XVIII, e a criação de instituições de comunicação a partir do século XIX, possibilitaram a concepção de instrumentos de difusão cada vez mais sofisticados para a transmissão de bens do sistema simbólico, tais como: as esculturas, a música, a pintura, a fotografia, os livros, as revistas, os jornais, o cinema, os aparelhos de audiovisual e etc.

¹⁸ Bourdieu (1989) assenta na concepção de Durkheimer ao utilizar o termo formas simbólicas. “Com Durkheimer, as formas de classificação deixam de se formas universais (transcendentais) para se tornarem (como implicitamente em Panofsky) em formas sociais, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas (BOURDIEU, 1989, p. 8)”.

No que se refere aos bens de dimensão simbólica, os jornais estão no campo de produção do jornalismo. Este bem possui uma esfera de ação particularmente importante, pois cria conteúdos que possuem fácil inserção no mundo social.

Os jornalistas – preciso dizer o campo jornalísticos – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através destes instrumentos, sobre o acesso aos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (BOURDIEU, 1997, p. 65).

Essa ação real lhe confere inúmeras possibilidades ao produzir e publicar conteúdos simbólicos, com poder de transformar estruturas culturais e legitimar ou deslegitimar esquemas de percepções do mundo.

Quanto ao produto do jornalismo, em particular as notícias, são narrativas e histórias construídas a partir de percepções e comercializadas pelas instituições de comunicação. Estas relatam os mais diversos acontecimentos sociais, políticos, econômicos, manifestações populares, conhecimento do campo científico e fenômenos excepcionais que fogem à “normalidade”. Assim, o jornalismo produz informações que se referem ao âmbito da esfera pública, com um produto elaborado para ser socializado com o maior número de pessoas (consumidores), tornando-se, assim, uma mercadoria que obedece às leis de produção do mercado, tendo como objetivo alcançar audiência.

Ao produzir conteúdo que estão no plano da vida pública, isto é, que são de interesse público, o jornalismo lida com assuntos que ocupam o centro da vida social: a troca de conteúdos simbólicos, ou melhor, comunicação, informações, fofocas e opiniões. Com um leque vasto de informações disponíveis, não é qualquer fato que se torna notícia, que se transforma em conteúdos de difusão que podem ser altamente reproduzidos pelas instituições de comunicação. Para esta decisão, o jornalismo não segue receitas ou critérios a título de instrução, por mais que se tente evidenciar o contrário, mas segue uma estrutura que define o quê, como, e com que destaque, a informação será noticiada.

Utilizando a noção de *campo* de Pierre Bourdieu, pode-se descrever essa estrutura da seguinte forma: a informação e o enquadramento da notícia dependem da política da empresa (posição no espaço social), sua linha de pensamento em relação aos mais diversos assuntos (*habitus* dos jornalistas e editores e chefes de redação construído a partir da posição e trajetória no espaço social), sua posição de vendas no mercado (tomadas de posição) e também, do crivo do repórter (escolhas e disposições relacionadas ao *habitus*).

Sobre a atuação dos profissionais do jornalismo, é preciso frisar que este grupo compartilha crenças em relação a sua ação em que afirmam que o produto dos jornais - as notícias - são responsáveis por buscar informação de interesse público, transmitir a verdade, neutralidade, dar voz as mais divergentes opiniões, tentando cumprir critérios de objetividade e imparcialidade. Entretanto, Schudson (1981), Bourdieu (1997), Hall (1999), Hackett (1999) e Tuchman (2002), verificaram em suas pesquisas que entre a teoria e a prática na produção jornalística há um grande hiato. Na *práxis* o jornalismo lida com conteúdo altamente selecionado, a partir de critérios que dependem da posição dos agentes ou da instituição de comunicação no espaço social; narrativas criadas a partir de pontos de vista, cheias de subjetividade, no qual reproduzem a ideologia do veículo da imprensa; e reproduz a ordem social vigente (SCHUDSON, 1981; BOURDIEU, 1997; HALL, 1999; HACKETT, 1999). Desse modo, as regras e roteiros criados para definir e produzir os assuntos que merecem visibilidade e conhecimento do público servem para cumprir o ritual da crença, dar legitimidade e conferir credibilidade aos conteúdos produzidos pelos jornais.

Bourdieu (1989) considera que para entender um campo é preciso buscar a gênese social do mesmo, “[...] apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram[...]” (BOURDIEU, 1989, p. 69). Buscando cumprir este princípio, para entender o campo jornalístico, o presente capítulo irá apresentar, a partir de uma perspectiva sociológica, o sistema de produção simbólica, o mercado de bens simbólicos, as crenças compartilhadas pelo campo jornalístico, e discorrer como este reproduz e reforça a ordem social.

Na próxima seção, inicialmente, serão abordados o poder simbólico, o sistema de produção simbólica, a noção de campo e o mercado de bens simbólicos, sempre abordando as questões da comunicação, do jornalismo e da imprensa como um campo de produção simbólica. Para isso, será amplamente utilizada a literatura, os conceitos e os estudos de Pierre Bourdieu no que se refere ao campo de produção cultural.

3.2. Poder Simbólico

A produção cultural integra o universo de símbolos criados para significar as coisas, construir a realidade e dar sentido ao mundo. Nesta concepção, Bourdieu (1989) explica que os instrumentos simbólicos, a língua, as artes e a religião, fazem parte das estruturas de representações do mundo social. Estes sistemas simbólicos possuem uma

forte influência sobre o indivíduo, ao inculcar formas de expressão, de conhecimento, de classificações, definições e diferenciações, ou seja, visões de mundo, conferindo a alguns indivíduos e algumas instituições um poder de dominação sobre o indivíduo, formando o que Bourdieu (1989) indicou como poder simbólico. O jornalismo integra este sistema de produção cultural ao fazer conteúdo de natureza simbólica. Por meio dos *mass media* produzem e reproduzem informações que possuem força e abrangência de disseminar ideias, multiplicar conhecimento e opiniões, que podem se inserir no modo de pensar e maneira de agir das pessoas.

Ao discorrer sobre o poder simbólico e evitar caminhar por interpretações precipitadas, sobre situações de coação, manipulação, ou como citou Bourdieu (1989), *illocutionary force*, é preciso buscar na origem como se constitui conteúdos simbólicos. Os instrumentos simbólicos ou culturais são transmitidos pelas interações sociais, desde as mais remotas sociedades. Por meio da comunicação os símbolos são cambiados, remodelados e convergidos gradativamente nas civilizações e incorporados em forma de conhecimento. E como observou Geertz (2008), devem ser melhor compreendidos como programas¹⁹, ou seja, “*regras, receitas, instruções que controlam o comportamento*”. Em suma, o homem cria símbolos para representar as coisas, nomear, significar, dar lógica ao real e assim, produzir formas de percepções de mundo. Bourdieu (1989) lembra que esse modo de classificação social, assim como já assinaladas por Durkheim como “*formas sociais*”, são internalizadas e socialmente determinadas.

Dada a natureza fundamentalmente simbólica da vida social, é pertinente considerar o pensamento de Geertz (2008), no qual dispõe que o homem é homem por conta da sua formação cultural, dos símbolos criados para significação das coisas e do próprio homem. Desse modo, é um ser dependente da cultura, ou seja, depende das interações simbólicas para existir, para significar-se, significar as coisas, tomar posição e fazer escolhas. “Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam” (GEERTZ, 2008, p. 37).

De acordo com Bourdieu (1989), o poder simbólico é o efeito de dominação invisível do sistema de significação de uma cultura, que só possui eficácia por meio dos

¹⁹ Geertz (2008) em seus apontamentos sobre a cultura, a define como um programa, um conjunto de mecanismos de controle, ou seja, configurações traçadas pelo próprio homem para significar o mundo, fazendo, assim, analogia com os programas criados por engenheiros da computação.

sistemas de crenças compartilhados pelo grupo, sendo necessário que os agentes estejam ligados pela mesma estrutura de códigos, compartilhando os mesmos conteúdos simbólicos, para que este possa exercer uma relação de força e domínio. É necessário enfatizar que esta relação não é imposta por força física ou coação, mas é um *consensus gentium*, uma aceitação do sentido ou verdades já estabelecidas para as coisas. Nesta constante, os instrumentos da cultura em geral e, de forma mais específica, da comunicação jornalística, reproduzem a realidade dentro de uma lógica já determinada.

Bourdieu (1989) identifica o poder simbólico a uma “ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. Por exemplo, as sociedades desde as mais antigas civilizações criaram formas de comunicação, símbolos ligados a linguagem escrita ou oral, expressões visuais ou sonoras, que fazem parte das formas simbólicas criadas para codificar e decodificar o mundo. Simultaneamente, estas formas de comunicação também criaram interpretações, percepções de mundo, como por exemplo, as divisões: quente/frio, branco/preto, forte/fraco²⁰.

Neste aspecto, é relevante destacar mais uma vez que as formas de ver as coisas, de pensar o mundo, são repassadas por conteúdos, por meio de trocas simbólicas, isto é, a linguagem, e reforçada pela educação, assim a circulação de informação penetra na vida social de forma que é internalizada por todos os agentes. Pode-se inferir, portanto, que os produtos dos meios de comunicação, devido sua fácil inserção em várias camadas sociais, ao desenvolver produtos informativos na linguagem escrita ou falada, podem ajudar a criar consciências e inclinações na forma de ver e entender as coisas.

Bourdieu (1989) utiliza o conceito de solidariedade orgânica de Durkheim para demonstrar que as interações simbólicas fazem parte da estrutura social e que promovem as condições de integração e coesão social, estando inseridas na vida social de forma a ocupar todas as interações humanas, enfatizando que estão no cerne da vida social, profundamente ligados ao agir, ao pensar e as formas de socialização.

Neste sentido, Bourdieu (1989) explica:

Os símbolos são instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Desta forma, os assuntos publicados pelas instituições de comunicação referem-se a contextos simbólicos com bases profundas na cultura estabelecida de uma sociedade,

²⁰ Bourdieu (2004) aponta o esquema como o sistema de significação imediato do mundo.

classificações sociais amplamente partilhadas, reproduzindo, assim, a ordem social vigente. Portanto, não são produtos de manipulação ou conspirações, mas resultado das convenções sociais já determinadas, ideias já pactuadas pelos agentes como a forma “verdadeira” ou “correta” de perceber ou pensar o mundo e suas coisas.

Entretanto, a mesma cultura que integra é a mesma que afasta os atores sociais criando formas de diferenciação entre os indivíduos. Tendo novamente como exemplo a língua, para os nativos²¹ da língua portuguesa no Brasil, é de fácil reconhecimento entre si aqueles que possuem este idioma como primeira língua, ao mesmo tempo em que se reconhecem e identificam pela forma de falar, seu sotaque ou códigos linguísticos. Logo, estes mesmos nativos conseguem fazer diferenciações de acordo com o regionalismo, com os dialetos, usos formais ou populares da língua falada. Para Bourdieu (1996) isto implica em contrastes que “impõem uma hierarquia de usos linguísticos”, tendo a escola e o mercado de trabalho como sistema que normatiza a língua, legitima e acompanha o sistema de dominação simbólica que “desvaloriza os modos de expressão populares” e cria distâncias entre os agentes ao definir as formas corretas de falar e expressar firmando uma cultura dominante.

Esta forma de estabelecer posições diferentes de um espaço social é o que Bourdieu determinou como campo social. Usando o exemplo do idioma, esta estrutura compreende a relação entre o que é a língua formal, legítima, correta, diante das expressões populares. Um dado determinante no campo de relações de poder é a definição do que é dominante e o que é dominado; as distâncias, a criação de códigos de refinamento da língua que só fazem sentido e são inteligíveis para aqueles que operam dentro da lógica de determinada classe. Mesmo assim, a língua que estrutura a forma de pensar e agir ainda é a mesma, unindo e separando as pessoas. Assim, “[...]a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas subculturas) [...]” (BOURDIEU, 1987, p. 11).

Por ser um tipo de poder de ordem cultural, o qual é transmitido em uma relação determinada pela coletividade e reproduzido amplamente, Bourdieu (1989) coloca que seus efeitos são “naturalizados”, institucionalizados, sendo usados como instrumento de dominação e distinção até por interesses particulares. Neste aspecto, Bourdieu (1989)

²¹ Neste caso entendida como a primeira língua aprendida na infância.

resgata o pensamento de tradição marxista, no qual “explica as produções simbólicas relacionando-as com interesses da classe dominante” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Seguindo a linha de pensamento da dominação simbólica, a forma de dar sentido ao mundo de algumas classes ou grupos seria difundido culturalmente como a melhor forma de ver, definir, significar ou classificar determinado fato, ou mesmo, a forma “correta” de percepção da realidade. Portanto, alguns pontos de vista, opiniões e percepções teriam um posicionamento que partiriam de uma orientação ideológica de grupos dominantes. Este pensamento é entendido coletivamente como a melhor forma de percepção sobre aquela realidade, formando um *consensus* no sentido de entender as coisas. É este modo de construção da realidade, que pode ser reproduzido pelos veículos de comunicação em que é estabelecido uma ideologia dominante, que Bourdieu (1989) considera uma imposição invisível conduzida pela cultura.

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Ainda sobre a dominação cultural, é preciso dispor que esta é uma imposição travada por lutas simbólicas que existem desde as sociedades tribais com organizações mais simples, até as mais complexas. É uma relação de forças para determinar qual a visão de mundo é a mais correta ou verdadeira. Mas é preciso ressaltar que esta força não se trata de força física, mas de uma situação relacional entre agentes, no qual um sempre irá reforçar a ordem vigente e um outro tende a mexer no equilíbrio corrente. Entretanto, Bourdieu (1996) destaca que estas relações de dominação ficaram mais intensas com a unificação da economia e com a criação de leis de mercados que interferiram diretamente na relação de produção de bens culturais, os quais tendem a ter uma penetração mais profunda no mundo social, impondo em sentido cada vez mais abrangente formas e contextos que tendem ao conformismo.

Sobre as lutas simbólicas e as diferentes percepções de mundo, torna-se pertinente trazer o objeto a que se refere esta pesquisa. O jornalismo político, ao retratar as inúmeras discussões e ajustes feitos durante as mudanças na redação da Lei do Código Florestal Brasileiro, teve que lidar com opiniões diametralmente opostas. Sobre os posicionamentos de cada grupo na disputa, de acordo com Sparovek (2011), de um lado

estavam os ruralistas que questionavam as restrições impostas pela lei que limitavam a produção agrícola e o desenvolvimento econômico. E do outro lado, os ambientalistas defendiam a manutenção e a preservação do meio ambiente. Em suma, cada grupo expressou na época suas percepções de mundo. Neste campo social, temos as instituições de comunicação que ouviram as opiniões diversas, se posicionaram no campo da disputa e, de uma forma ou de outra, se alinharam aos diferentes significados, moldes e contornos construídos para a realidade ao transmitir o teor da disputa que envolvia grupos econômicos, políticos, movimentos acadêmicos e sociedade.

Este embate de discussão sobre a construção da realidade está, até mesmo, no campo da ciência, como cita Bourdieu (1996, p. 82):

Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo: a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um *percipi*, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um *percipere*, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido de mundo social que funda o senso comum (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Estas oposições são o que Bourdieu (1996) nomeou como “*programas de percepções*”. São formas de ver o mundo, cada uma delas faz sentido para os padrões de cada grupo, de sua localização no espaço social e o do capital econômico e cultural acumulado pelos agentes. Nesta relação é percebido que os agentes vivem do discurso da visão legítima, cada um com seu posicionamento. Posição construída por meio da trajetória de cada agente, que está relacionado ao que Bourdieu (2004) chamou de *habitus*, ou seja, “estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquiriram através da experiência durável de uma posição do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Ao discutir qual posicionamento será reconhecido pelo grupo, é preciso expor outras formas de poder, até mesmo para uma melhor compreensão do poder simbólico. Thompson (1998) identifica quatro tipos de poder, o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico. O poder econômico está relacionado aos recursos financeiros e materiais, por exemplo, o capital econômico acumulado. Já o político advém das relações institucionais que investem autoridade aos agentes por meio de leis, regras e procedimentos normativos e regulatórios. Este tipo de poder autorizado é evidenciado por Bourdieu (1996) ao discorrer sobre o conceito de “a linguagem autorizada”, o qual fala sobre as especificidades do discurso, tratando das propriedades da instituição que autoriza e legitima o indivíduo, tornando-o “detentor de um cetro (*skeptron*), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de

discurso, seja sacerdote, professor, poeta, etc” (BOURDIEU, 1996, p. 91). O poder coercitivo é aquele que se utiliza da força física para garantir autoridade. E, por fim, como já discutido, o poder simbólico está no reconhecimento dos pares, nas formas de imposição, compreensão e o entendimento das coisas aos que recebem uma informação, sinal, ou qualquer outra forma de mensagem. “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras” (BOURDIEU, 2004, p. 166).

O poder simbólico só existe de forma relacional entre agentes ou campos sociais diferentes, é um poder que um indivíduo ou instituição deposita em um outro.

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 1989, p. 188)

Ao definir o poder simbólico é preciso colocar que para um agente social ou instituição possa exercer uma ação com capacidade de agir na interpretação das ideias do grupo, é necessário reconhecimento, ou seja, qualquer valor atribuído de ordem importante para a coletividade, isto é, é preciso possuir capital simbólico.

Sobre o capital simbólico Bourdieu (1997, p. 170), exemplifica de forma mais precisa:

O capital simbólico é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro - que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la, e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder as “expectativas coletivas”, socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação a distância, sem contato físico. Damos uma ordem e ela é obedecida é quase um ato mágico. [...]. Para que o ato simbólico tenha, sem gasto visível de energia, essa espécie de eficácia mágica, é preciso que um trabalho anterior, freqüentemente invisível e, em todo caso, esquecido, recalcado tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão da obediência (BOURDIEU, 1997, p. 170-171).

Como já demonstrado, Bourdieu (1997) sustenta que estas formas simbólicas de poder são firmadas pela cumplicidade dos membros que possuem uma ligação social, mas também pode ser compreendida como uma forma de violência simbólica que se obtêm pela força da introdução de percepções a submissão dos agentes. Esta magia apoia-se “[...] no trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las” (BOURDIEU, 1997, p. 171).

Ainda sobre a produção simbólica, esta está sujeita a alterações em seus conteúdos, já que dentro do campo do poder existem relações de forças travando uma luta

constante para determinar os definidores do mundo social. Entretanto, estas forças obedecem às leis sociais que estão incrustadas na sociedade, que podem sofrer modificações, mas que são lentas e dependem de um reposicionamento, uma subversão no campo das ideias e na forma de ver o mundo.

3.3 Sobre o Conceito de Campo e Campo do Jornalismo

Mediante o que foi exposto anteriormente, no que se refere às relações de poder, lutas simbólicas e as distâncias que conferem distinções aos agentes no mundo social, todas essas correspondências podem ser facilmente visualizadas a partir do conceito de campo, construído por Bourdieu (1997) como “*um espaço social estruturado*”, em que há “*dominantes e dominados*” com propriedade relacional constante entre os atores, “*desigualdade*” e “*lutas para transformar ou conservar esse campo de forças*”. Assim, um campo é a limitação feita no papel do mundo social, seja ele acadêmico, político, jornalismo, econômico, de uma sociedade ou de qualquer outro agrupamento social no qual os agentes se reconheçam mutuamente, se enfrentem e compartilhem dos mesmos interesses, crenças e valores (BOURDIEU, 1997).

De acordo com Bourdieu (2003), dentro dos campos há “*leis gerais*” que são invariáveis, bem como os “*mecanismos universais*” com as “*variáveis secundárias*”. “[...] em qualquer campo descobriremos uma luta, cujas formas específicas terão de ser investigadas em cada caso, entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 2003, 19-120). Conforme Bourdieu (2003), ao observar um campo, as leituras feitas deste espaço social apresentarão estruturas que não se reduzem a particularidades exóticas ou específicas de um agrupamento social específico, mas sistemas de um espaço social e simbólico que podem ser comumente vistos em outros campos, pois, em qualquer organização social, haverá sistemas de produção de distinções, desigualdades e hierarquias que posicionam os agentes dentro da esfera social. Destacando que o que irá mudar na estrutura de campo para outro campo são os valores, as crenças, os conceitos fundamentais que movem e equilibram e dão sentido à existência daquele espaço social.

O campo é norteado, principalmente, por distâncias que seguem basicamente “*dois princípios de diferenciações*”: a do capital econômico e do capital cultural. “Os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou

de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes” (BOURDIEU, 2003, p. 119).

A constituição do espaço social, bem como suas distâncias, não deve ser confundida com o espaço geográfico, físico ou divisão de classes sociais (no sentido de classe operária, burguesa e etc). Este é um ponto que é preciso delimitar de forma precisa, pois, a noção de campo lida com uma realidade que está ao fundo da divisão de classes refere-se à luta das classificações, como observou Bourdieu (2004), da “*existência ou da não-existência das classes*”. Bourdieu (1996) já havia definido esse modelo de separação de distâncias como “*classes teóricas*”.

Construir o espaço social, essa realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes, é ao mesmo tempo possibilitar a construção de classes teóricas tão homogêneas quanto possível da perspectiva dos dois principais determinantes das práticas e de todas as propriedades que daí decorrem. O princípio de classificação assim posto em prática é verdadeiramente explicativo: não se contenta em descrever o conjunto das realidades classificadas e sim, como as boas taxionomias das ciências naturais, vincula-se a propriedades determinantes que, por oposição, às diferenças aparentes das más classificações, permitem predizer as outras propriedades e distinguem e agrupam os agentes que mais se pareçam entre si e que sejam tão diferentes quanto possível dos integrantes de outras classes, vizinhas ou distantes (BOURDIEU, 1996, p. 24).

Assim, a noção de campo construída por Bourdieu permite compreender como os atores sociais estão distribuídos dentro de um espaço social e, a partir do posicionamento de postos, fazer uma “análise da relação entre as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou os habitus) e as tomadas de posição, as escolhas que os agentes fazem nos domínios mais diferentes da prática” (BOURDIEU, 1996, p. 18). Desse modo, o conceito de campo é uma organização feita no papel de modo a visualizar de forma mais extensa e estruturada, os mecanismos de funcionamento, os postos ocupados pelos agentes, hierarquias das relações sociais e as práticas de distinções de um determinado agrupamento social (BOURDIEU, 1996).

O conjunto de pessoas reunidas em um campo pode se referir a uma classe (artística, intelectual, acadêmica), a uma categoria de trabalho (funcionários de uma empresa, grupo patronal), a uma comunidade (população de certa região) ou, de forma mais ampla, a uma sociedade²² (francesa, japonesa, brasileira) (BOURDIEU, 1996).

²² Bourdieu (2004) desenvolveu várias pesquisas usando a noção de campo sobre a sociedade francesa, mas ele assinala que este conceito campo pode ser utilizado em diferentes sociedades, até mesmo em culturas que aparentemente não há similaridades com os ocidentais, tais como o Japão. Neste sentido, Bourdieu ressalta que as relações de força, dominação e distinções operam na mesma lógica para todas as sociedades.

Bourdieu (1996) e (2003) aponta que para identificar um campo deve-se observar os interesses e crenças compartilhadas, os comportamentos em comum, os sistemas de distinções, aquilo que move os agentes e os fazem agir sob influência relacional com aqueles que ocupam o mesmo espaço. Assim, Bourdieu (2003) determinou que a existência do campo está diretamente relacionada aos interesses fundamentais compartilhados pelos integrantes de um espaço social. Para compreender melhor esta estrutura usemos o campo do jornalismo.

Bourdieu (1997), ao discorrer sobre este espaço, evidencia alguns pontos no que se refere aos fatores que movem os agentes dentro deste agrupamento social, como por exemplo, as relações entre os profissionais da área da imprensa estão estruturadas na luta pelo alcance do furo de reportagem, a informação exclusiva e a conquista pela audiência. Estes elementos estão diretamente relacionados com o reconhecimento e prestígio que o jornalista irá acumular à medida que consegue alcançar tais objetivos. Estes elementos movem o campo e são correlatos a todos os agentes dispostos neste espaço.

Para se organizar um campo no papel, Bourdieu criou um diagrama dividido em 4 quadrantes, o qual é cortado ao meio por duas linhas, na horizontal e vertical, em que é possível dispor os agentes conforme seu capital cultural e capital econômico, os posicionando conforme seu grau de poder global. Bourdieu (1996) define que a localização dos agentes ou instituições serão feitas a partir da decisão do pesquisador que irá posicionar os “*agrupamentos fictícios que só existem no papel*”, representados tal qual existem como classes reais.

A partir deste entendimento torna-se pertinente colocar como se organiza o diagrama de um campo. Bourdieu (1996, p. 30), explica como se divide esse espaço social.

Dado que o capital econômico e o capital cultural têm, nesse caso, um peso importante, o espaço social organiza-se de acordo com três dimensões fundamentais: na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com o volume global do capital possuído, aí incluídos todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com o peso relativo do capital econômico e do capital cultural no conjunto de seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital (BOURDIEU, 1996, p. 30).

A partir do que foi descrito é preciso traçar o perfil dos agentes ou instituições dentro de um campo. Para isto Bourdieu (1996) apresenta alguns indicadores, são eles: as disposições ou *habitus*; as posições sociais; e as tomadas de posição dos agentes dentro do campo.

As **disposições** ou *habitus* se referem à construção cultural da trajetória de um agente, quer dizer, a formação simbólica de classificação, percepção e visões de um agente. Está relacionado ao que se aprende socialmente dentro de uma classe enquanto integrante de um grupo, são inclinações ou gostos para certos hábitos. Estão na propensão a tipos específicos de interesses na culinária, no modo de usar a linguagem, os tipos de música, esportes, até mesmo de posturas comportamentais, gestos, expressões e etc. “O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Por requerer uma explicação mais detalhada segue a definição de Bourdieu (1996, p. 22):

O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondente do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Já as **posições sociais** são sempre definidas pelos capitais que os agentes possuem em situações de oposição. Por exemplo, pensamento de esquerda ou direita, intelectuais *versus* empresários. Assim, os postos em um campo são determinados conforme as características simbólicas empregadas nos agentes e seus posicionamentos em relação a um determinado tema. Essas posições são orientadas pelo *habitus*, que:

As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas dos sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico [...] (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Diretamente relacionada a posições sociais estão as **tomadas de posição** ou **escolhas** que, ao serem configuradas a partir do *habitus*, referem-se ao sistema de diferenciação que cada agente, a depender do seu posicionamento (posição) dentro do campo, irão determinar as suas preferências ou escolhas. As tomadas de posição estão sempre vinculadas à classe social, bens, estilos dos agentes e à posição no campo.

Cada campo possui um jogo e interesses específicos. “Para que um campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas de *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc” (BOURDIEU, 2003, 120). Todos os ocupantes de um

campo reconhecem o valor do jogo, concordam com suas regras por terem interesses específicos e travarem lutas simbólicas para galgar posições de dominação ou converter aquilo que se luta.

Bourdieu (1997) descreve o jornalismo a partir do conceito de campo, ou seja, sendo um microcosmo social, onde ocorrem relações de forças, de poder, com uma estrutura movida por dominantes e dominados, lutas simbólicas e oposições. “O mundo do jornalismo é um microcosmo que têm leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre por parte do microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Ao utilizar a noção de campo para pensar e pesquisar o espaço social do jornalismo, é possível compreender as ações e práticas de cada agente conforme seu poder cultural e econômico, sua posição simbólica e hierárquica no campo, as relações de forças exercidas sobre o mesmo e sua trajetória. Assim, pode-se compreender todas as inclinações dos profissionais e instituições através dos arranjos sociais que prescrevem os modos de pensar dos agentes.

Como já fora mencionado, os agentes ou instituições que fazem parte de um campo podem ser identificados como pertencentes ao mesmo campo a partir do conjunto de crenças, sentidos, representações e valores criados e compartilhados pelos agentes deste espaço social. Deste modo, como explica Bourdieu (2004), o ingresso no jogo consiste na aceitação de todas as regras já existentes dentro do campo, ou seja, a adesão aos princípios e conservação das crenças que alicerçam o jogo. Desta maneira, para entrar em um campo não basta ter o passaporte de acesso, mas estar ciente da manutenção e equilíbrio das leis fundamentais vigentes neste cosmo social. Com tais características, Bourdieu (2003) pontua que um dos efeitos do campo é a tácita aceitação das regras, mantidas sob pena de exclusão social. Assim, um jornalista na corrida pelo reconhecimento profissional sempre irá reafirmar as crenças do campo, dentro do que é prescrito nos dias atuais, desempenhando as atividades à luz dos critérios do que é de interesse público, neutralidade e imparcialidade, dando voz s mais divergentes opiniões, conforme já demonstraram Schudson (1981), Bourdieu (1997), Hall (1999) e Hackett (1999).

Para Bourdieu (1997) estas crenças fundamentais mantêm a lógica de funcionamento do campo e dificilmente são contrariadas. É verdade que o campo é lugar de lutas e tentativas de revoluções e que os mais jovens no jogo são os mais propensos a subversão das leis do campo, entretanto, Bourdieu (2003) cita que essas subversões

acontecem dentro de certos limites, “e de fato, as revoluções parciais de que os campos são continuamente lugar não põem em questão os fundamentos do próprio jogo, a sua axiomática fundamental, o alicerce de crenças últimas sobre os quais assenta todo o jogo”(BOURDIEU, 2003, p. 122).

Bourdieu (2003) explica porque os agentes mantêm as leis fundamentais a proteção das subversões totais:

[...] um dos fatores que põe os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, de modo a destruir não só os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que a entrada no jogo supõe e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar impensável praticamente a destruição pura e simples do jogo. É assim que sectores inteiros da cultura – perante filólogos, não podem deixar a filologia... – são salvos pelo custo que supõe a aquisição dos conhecimentos necessários até mesmo para os destruir nas formas.²³ (BOURDIEU, 2003, p. 122).

Ao observar o campo do jornalismo, Bourdieu (1997) percebeu alguns aspectos deste espaço, dentre eles, o fato da produção ser orientada pela oposição entre *duas lógicas e dois princípios de legitimação*, que podem ser visualizados no quadro 2.

Quadro 2 - Composição do Campo do jornalismo.
Segundo as observações de Bourdieu (1997, p.105):

Lógica de funcionamento	Princípios de Legitimação
Reconhecimento dos pares	Conferido aos que obedecem a critérios, valores ou princípios internos. Exemplo: objetividade, interesse público, imparcialidade e etc.
Reconhecimento da maioria	Número de audiência, leitores, telespectadores. Conferido pelo mercado.

Nesta linha de pensamento, Bourdieu (1997) identificou que as características que conferem reconhecimento dos pares são movidas pela crença e que na prática não podem ser executadas, não por falta de competência dos agentes, mas porque não passam de um ideal²⁴ a ser alcançado, uma crença. Já no que se refere ao reconhecimento da maioria, a sanção é conferida pelo mercado, ao passo em que, ao ceder às leis econômicas de consumo, o que irá interessar na prática é o número de pessoas que acessam o conteúdo. Neste ponto está a oposição, os critérios seguidos de objetividade,

²³Parêntese do autor.

²⁴Schudson (1981) percebeu em seus estudos que os critérios adotados pelos profissionais do jornalismo ao escrever uma notícia não passam de um ideal a ser alcançado, uma vez que os indivíduos são seres cheios e subjetividade e percepções de mundo.

imparcialidade e neutralidade que atribuiriam qualidade ao produto, e que passa a ceder espaço ao ganho de audiência, o qual, segundo Bourdieu (1997), está mais relacionado ao “*fazer simples, fazer curto*” derrubando todos os critérios propostos inicialmente.

Para Bourdieu (1997) a corrida pela audiência entre as instituições de comunicação é uma luta econômica por leitores, ouvintes, telespectadores, mas que é transferida aos jornalistas, refletindo, assim, na competência e reputação do profissional que deve estar sempre em busca do furo, do exclusivo, do excepcional. Entretanto, dentro do campo essa concorrência não é vista como meramente econômica, mas considerada um empenho que segue o critério da busca da transmissão da informação de forma mais precisa e atual, em oposição ao sensacionalismo, comentários e opiniões. Todavia, no jornalismo, por mais que se sigam regras ou receitas para controlar o conteúdo de forma que este não seja contaminado por opiniões e comentários, não há como ter uma precisão do fato real, pois o material sempre será exposto à contaminação da subjetividade do autor, sendo difícil alcançar a informação concreta, real, precisa e etc.

Deste modo, a criação das notícias sempre estará sob influência do uso de símbolos de interação que retratam o mundo real a partir de moldes de percepção desenhados para a realidade que podem variar conforme os contornos e predisposições criados pelos grupos, classes e posições dentro do campo. Sendo assim, esse é um campo cheio de dicotomias, que opera pela sanção do mercado, da política, mas que atua sustentando critérios questionáveis, identificados por Bourdieu (1997) como crenças. Em síntese, é difícil cumprir os critérios uma vez que a contaminação de opiniões faz parte da troca de conteúdo de cunho cultural.

Ao exemplificar com jornais franceses, Bourdieu (1997) indica que para tentar compreender um jornalista ou uma instituição de comunicação, sua opinião e posicionamento diante dos fatos, é preciso olhar dentro da estrutura do campo alguns fatores, dentre eles: “[...] *de um lado a posição do órgão de imprensa no qual ele se encontra, TF1 ou Le Monde, no campo jornalístico; em segundo lugar, sua própria posição no espaço de seu jornal ou de sua emissora*” (BOURDIEU, 1997, p. 57). Portanto, o que irá determinar suas escolhas e disposições para determinados assuntos é tanto a máquina (empresa), sua política, quanto sua posição no espaço e a quantidade de capital simbólico acumulado.

Em outras palavras, se quero saber hoje o que vai dizer ou escrever tal jornalista, o que ele achará evidente ou impensável, natural ou indigno dele, é preciso que eu conheça a posição que ele ocupa nesse espaço, isto é, o poder específico que possui seu órgão de imprensa e que se mede, entre outros

indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado. Mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Sobre o campo do jornalismo, Bourdieu (1997) lança um olhar bastante crítico e, por vezes, pessimista, por acreditar que este campo de produção cultural poderia realizar “*revoluções simbólicas que atingem as estruturas mentais*”. Entretanto, o campo, em evidência o televisivo, colabora com a ordem social estabelecida, mantendo as estruturas mentais intactas, estabelecendo, segundo Bourdieu, um conformismo que trabalha dentro dos rigores e valores do mercado. A crítica se refere à falta de contextualização histórica, da problematização e da distância necessária para que haja um espaço de reflexão. Para Bourdieu (1997) o jornalismo age desempenhando, quase que majoritariamente, o que ele nomeou de “*papel de bombeiro incendiário*”, ou seja, tratando a notícia, o fato real, sempre por viés do excepcional, do polêmico, daquilo que fugiu ao padrão, por ângulos que estão facilmente assimilados com esquemas da ordem social vigente (BOURDIEU, 1997).

Sobre o campo do jornalismo e sua relação com outros campos no mundo social, Bourdieu classificou que este possui uma posição dominante na área de produção de bens culturais, mas que está sob dominação de outros campos, pois não possui autonomia dentro da sua estrutura na relação com outros campos, principalmente em relação ao campo econômico e político, sendo assim, um campo dominante-DOMINADO²⁵.

3.4 O Mercado de Bens Culturais

Ao enfatizar neste estudo a produção de conteúdo simbólico, mais particularmente os jornais e suas as notícias, nos remetemos diretamente à produção, circulação e comercialização dos bens culturais. Bourdieu (1989) compreende que a comunicação, expressões físicas ou sonoras, e a palavra escrita ou oral, são instrumentos simbólicos, e, por consequência, os bens culturais, oriundos de tais manifestações, tais como livros, jornais, revistas, música, cinema, teatro, artes plásticas, produtos radiofônicos e audiovisuais, fazem parte desta dimensão simbólica. Estes elementos de representações sociais supracitados também operam na lógica das relações de poder

²⁵ Bourdieu (1974) usou a expressão ao se referir aos escritores e artistas ao dizer: “*os escritores e artistas constituem a fração dominada da classe dominante* (BOURDIEU, 1974, p. 192)”. A expressão se torna bastante válida para utilizar no campo do jornalismo, como um campo que ocasionalmente está em meio a parcelas dominantes, conferindo em momentos específicos alguns efeitos de dominação, podendo ser também uma dominante-DOMINADA.

simbólico, influenciando e sendo influenciados, reproduzindo a ordem social vigente e as relações de forças do mundo social.

Na compreensão de Habermas (1984), a cultura só se tornou cultura “(*como algo que faz de conta que existe por si mesmo*)²⁶” com o processo de autonomização na forma de mercadoria, quando essa adquiriu a forma pública, no sentido de acessível aos burgueses e depois foi aberta a um público mais amplo com a indústria cultural. “Os burgueses quase não tinham oportunidade de ouvir música, exceto na igreja ou quando freqüentavam a sociedade aristocrática” (HABERMAS, 1984, p. 55).

Tal exemplo demonstra como havia um vínculo do campo de produção de bens culturais estritamente ligado as funções representativas públicas (aristocracia) e ao serviço religioso. A produção cultural esteve relacionada ao campo religioso e a corte em toda a idade média até o renascimento, de modo que o distanciamento destes campos aconteceu com o aparecimento de fenômenos que remodelaram as organizações sociais, como o surgimento das cidades, da esfera pública e da esfera pública literária, com ascensão da burguesia. De acordo com Habermas (1979), em decorrência dessas transformações na vida social, surgiram plataformas de encontros e de discussões em grupos e reuniões em salões e cafés que propiciaram um debate sobre a vida pública, política e artística, oportunizando o surgimento de jornais, revistas e folhetins mais semelhantes aos que existem na atualidade. Esses veículos de comunicação impressa repercutiam o que acontecia na rotina dos espaços públicos e se multiplicaram a partir do século XVIII. Assim, as atividades artísticas passaram a ser orientadas por intervenções da esfera pública, por meio da midiaticização das práticas artísticas através de um produto: o jornalismo (HABERMAS, 1979).

Bourdieu (1974) enumera uma série de transformações que acompanharam a autonomização do sistema de produção de bens simbólicos:

- a) A constituição de um público de consumidores virtuais cada vez mais extenso, socialmente mais diversificado, e capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente as condições mínimas de independência econômica mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo;
- b) a constituição de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos cuja a profissionalização faz com que passem a reconhecer exclusivamente um certo tipo de determinações como por exemplo os imperativos técnicos e as normas que definem as condições de acesso à profissão e de participação no meio;
- c) a multiplicação e a diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural, como por exemplo, as academias, os salões [...], e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas por uma legitimidade propriamente cultural, ainda que, como no caso das editoras e das direções

²⁶ Parêntese do autor.

artísticas dos teatros, continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual (BOURDIEU, 1974, p. 100).

Para Habermas (1984) a autonomização dos bens simbólicos, ou seja, o distanciamento do clero e da aristocracia na relação de produção desses conteúdos propiciou ao campo de produção cultural o ingresso no caminho da distração e do lazer com acesso aberto a um numeroso público de anônimos. Não que arte já existisse com este sentido anteriormente, mas o que o autor aponta é uma relação gradativa de decadência na qualidade das obras associada às baixas exigências do público consumidor.

Já Bourdieu (1974) considera que, inicialmente, a constituição de bens simbólicos como mercadoria possibilitou, de certa forma, o surgimento de uma categoria de produtores de bens culturais dedicados ao mercado que, em teoria, poderia produzir arte pela arte, com sua significação voltada para a arte autêntica, criada a partir da diferenciação intelectual do artista, uma vez que as criações artísticas não estavam mais dependentes de um patrão ou mecenas, mas logo, o autor assinala que o papel dessas duas figuras foram pouco a pouco sendo ocupadas pela dependência do editor ou do mercado.

Assim, Bourdieu (1974) percebe duas alternativas de diferenciação no campo de produção cultural: uma voltada para produção de bens culturais “legítimos”, a cultura erudita, que está sob sanção do reconhecimento dos pares; e a outra voltada para a produção cultural em massa, acessível ao maior número de pessoas por meio da indústria cultural. Estas duas diferenciações são fundamentais no campo de produção cultural, pois o efeito relacional entre as classes que produzem arte legítima ou cultura popular definem não só as posições dos atores dentro deste campo, mas também os códigos que conferem distinções às produções intelectuais ou artísticas e as predisposições ou *habitus* desses agentes.

No campo de produção erudita as concepções artísticas seguem normas e códigos de produção que só acessam aqueles que já possuem os esquemas de percepções condizentes a tais criações. É a arte “pura” em contraposição ao vulgo, ou mais especificamente, em oposição ao mercado. Nas palavras de Bourdieu (1974), o distanciamento desta classe artística aos processos de gerencialismo, típica do capitalismo, foi muito além da mera oposição em relação à grande massa, ao povo, mas também, ao afastamento do burguês, pois a criação de produtos legítimos está estrita a um grupo seletivo de receptores. Uma das crenças deste campo se sustenta na ideologia da criação livre, originada na inspiração do autor, intelectual que produz pelo seu talento

criador e que tem como júri crítico seus pares. “Destarte, constituem-se sociedades de admiração pública, pequenas seitas fechadas em seu esoterismo e, ao mesmo tempo, surgem os signos de uma nova solidariedade entre o artista e o crítico” (BOURDIEU, 1974, p. 107).

Já na indústria cultural, a produção de bens simbólicos funciona na mesma lógica das mercadorias do sistema econômico capitalista, sendo assim, sua produção, comercialização e consumo obedecem ao processo gerencial de racionalização. “Não apenas a difusão e escolha, a apresentação e a embalagem das obras – mas a própria criação delas enquanto tais se orienta, nos setores amplos da cultura dos consumidores, conforme pontos de vistas da estratégia de vendas no mercado” (HABERMAS, 1984, p. 195).

Sobre a indústria cultural, Bourdieu (1974) afirma que seu desenvolvimento nasce juntamente com o acesso ao sistema de ensino básico, que possibilitou que um público cada vez mais abrangente tivesse acesso aos conteúdos relacionados à imprensa e a literatura:

Na verdade, o desenvolvimento de uma verdadeira indústria cultural, e, em particular, a relação que se instaura entre a imprensa cotidiana e literatura, favorecendo a produção em série de obras elaboradas segundo métodos semi-industriais – como por exemplo o folhetim, ou então, em outras esferas, o melodrama e o vandeuville -, coincide com a extensão do público resultante da generalização do ensino elementar, capaz de permitir às novas classes (e às mulheres) o acesso ao consumo cultural (por exemplo, através da leitura de romances) (BOURDIEU, 1974, p. 102).

Neste ponto é preciso elucidar que o acesso aos produtos culturais dessas novas classes de letrados, a quem Bourdieu (1974) se refere, não se trata de produtos da cultura erudita, apesar de serem produtos da literatura. São, na verdade, romances conteúdos que dentro do campo da literatura que estão associados à indústria cultural.

Ainda sobre à indústria cultural, Habermas (1984) considerou que o processo de autonomização e o desenvolvimento técnico de ferramentas de reprodução e difusão de produtos culturais tornou o mercado de bens culturais acessível economicamente e psicologicamente, isto é, acessível para um público com baixo poder aquisitivo e com códigos mais acessíveis, ou seja, conteúdo menos rebuscado, sendo progressivamente talhado para facilitar acesso em conformidade com as baixas exigências de uma massa ampla de receptores. Segundo Habermas (1984), as leis do mercado entraram na substância das obras culturais. Na década de 1940, quando a difusão de obras culturais já havia atingido uma escala geométrica, devido ao uso de equipamentos tecnológicos cada vez mais sofisticados, Horkheimer e Adorno (2009) teceram duras críticas à

exploração comercial, padronização e massificação das obras de arte. Os autores questionaram a arte produzida como um negócio da economia capitalista. A mercantilização da cultura estaria tornando todos os produtos culturais iguais, perdendo, assim, sua essência, originalidade e autenticidade.

Toda a cultura de massas em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais tão interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida (ADORNO e HOKHEIMER, 2009, p. 5-6).

Bourdieu (1974) demonstra de forma sintética o sistema de funcionamento dos campos de produção erudita e o campo da indústria cultural:

O campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica da oposição – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado, o campo de produção erudita enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais e, de outro, o campo da indústria cultural especificamente organizado com vistas à produção de bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais (“o grande público”) como nas demais classes sociais. Ao contrário do sistema da indústria cultural que obedece à lei da concorrência para a conquista para a conquista do maior mercado possível, o campo da produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo cliente privilegiados e concorrentes (BOURDIEU, 1974, p. 105).

O esforço pela distinção e a oposição é o que mantém a existência destes dois campos dentro do campo de produção cultural. A relação de contraposição é o fundamento que afirma a existência destas duas esferas, cultura erudita em contraposição a indústria cultural, o sagrado e o profano.

Segundo Bourdieu (1974), no jogo dos produtores do campo cultural legítimo o que vale é tanto o conjunto da obra, como o uso das técnicas e normas já consagradas pelos seus antecessores, e uma certa originalidade, associado à imagem, o poder simbólico acumulado diante dos pares. Como disse Sartre *apud* Bourdieu (1974) “Há qualidades que só chegam unicamente através do juízo dos outros”. Juízo que dependerá, neste caso, da posição do autor dentro do campo de produção cultural. Sua trajetória no campo, seu prestígio e, por fim, o reconhecimento da sua obra, depende do seu reconhecimento no campo.

Nestas condições, quase todas as obras trazem a marca do sistema de posições em relação às quais se define sua originalidade, e contêm indicações acerca do modo com que o autor pensou a novidade de seu empreendimento, ou seja,

daquilo que distinguia, em seu entender, dos seus contemporâneos e de seus antecessores (BOURDIEU, 1974, p. 113).

Além dos fatores indicados, a estruturação do campo de produção erudita ainda está vinculada a existência de instâncias de consagração e instâncias de conservação que reforçam a manutenção da ideia de que suas obras são puras, legítimas e raras, que são arte pela arte. Bourdieu (1974) aponta que os museus e os sistema de ensino reproduzem e inculcam no sistema de percepção a noção de que essas produções são a verdadeira arte, dando o veredicto necessário para indicar o que é digno de respeito, sempre se organizando dentro da lógica de oposições entre o que é sagrado ou profano.

Apesar das diferenciações expostas entre a arte erudita e a indústria cultural, ambas possuem complementaridades ao tempo que são produzidas pelos mesmos artistas, pois o produtor da arte legítima é o mesmo que assina as criações da indústria cultural.

O desenvolvimento que conduz à arte pela arte e o desenvolvimento responsável pela indústria cultural têm como princípio comum os progressos da divisão do trabalho e a constituição de esferas separadas de atividade que favorecem a explicitação das funções próprias a cada uma delas (“negócio é negócio”) e a organização racional dos meios técnicos adequados a estas funções. Logo, não é por acaso que a arte pela arte e a arte média – ambas produzidas por artistas e intelectuais altamente profissionalizados –, caracterizam-se por uma idêntica valorização da técnica que orienta a produção, na arte pela arte, no sentido da busca do efeito (visto ao mesmo tempo como efeito produzido sobre o público e como fabricação engenhosa) e na arte média, no sentido do culto da forma pela forma, que constitui uma acentuação sem precedentes do aspecto mais irreduzível da atividade profissional e, por esta via, afirmação da especificidade e da irreduzibilidade do produtor (BOURDIEU, 1974, p. 140-141).

Neste contexto de complementaridade entre os campos, é pertinente ressaltar, novamente, que a arte média só existe em referência à cultura erudita, sendo assim, as obras de cunho legítimo possuem uma relação de força de causa e efeito em todo o campo de produção cultural.

Nesta estrutura de mercado de bens simbólicos o jornalismo cria, reproduz e publica materiais que reforçam as crenças de consagração do campo de produção erudita e atuam na propagação dos bens da indústria cultural. A capacidade de disseminar e divulgar conteúdos conferem ao campo do jornalismo a capacidade de exercer um poder de dominação nos outros campos de produção cultural, seja intelectual ou artístico, e nos subcampos pertencentes a esses campos. Isso se deve ao fato de o jornalismo estar diretamente relacionado aos meios de comunicação de grande difusão, com jurisdição para dar a sentença do que é sucesso e do que poderá ser aclamado pelo público. Segundo Bourdieu (1997), o jornalismo pode conceder a consagração e o reconhecimento que os

pares não conferiram a um determinado agente. “Hoje, a mudança da relação de forças entre os campos é tal que, cada vez mais, os critérios de avaliações externos – a passagem pelo programa de Pivot, a consagração nas revistas, os perfis – impõem-se contra o julgamento dos pares” (BOURDIEU, 1997, p. 86). Esta intervenção no campo de produção cultural ganha o fascínio não só daqueles que buscam o reconhecimento dentro do campo, mas também daqueles que sentem atração pela notoriedade pública. O que para Bourdieu (1974) é um problema, pois este fato gera uma outorga cultural concedida aos produtores das instituições de comunicação, competência a qual não possuem para impor sobre as habilidades intelectuais ou artísticas.

Na verdade, embora não contem com os meios para conceder uma consagração cujos os princípios estariam em suas mãos, o jornalista e o vulgarizador (que acrescentam a figura do sacerdote na sabatina cultural media) não fazem outra coisa senão mercadejar a notoriedade que estão em condições de oferecer em troca de caução que lhes podem dar com exclusividade os membros das instâncias mais consagradas de consagração, caução que lhes é indispensável na produção plena do efeito de *allogoxia*, princípio de seu poder aparentemente cultural sobre o público (BOURDIEU, 1974, p. 156).

Assim, o campo do jornalismo intromete-se em áreas que domina causando interferência no campo de produção do mercado de bens simbólicos de modo a causar efeitos nos campos de produção erudita, intelectual e até mesmo da indústria cultural.

A partir das definições de Bourdieu sobre poder simbólico e a dinâmica do mercado de produção e circulação de bens simbólicos, pode-se perceber o efeito de dominação invisível que o sistema de significação de uma cultura possui sob os agentes sociais. Assim, as instituições de comunicação e o jornalismo, como produtores de manifestações de dimensão simbólica, também exercem força ao expressar conteúdos jornalísticos, narrativas e histórias alicerçadas em interpretações de mundo. Deste modo, os esquemas de percepções apresentados nos veículos de comunicação estão vinculados a ordem social, não são produtos manipulados, mas informações alinhadas aos sentidos já existentes no mundo social. Entretanto, ancorados nas bases de conceituação de grupos dominantes. Enquanto produtor de conteúdo simbólico o jornalismo confirma as estruturas mentais, favorecendo a forma de pensar de interesses particulares.

Por mais que as normas e crenças do campo jornalístico tentem evidenciar que a criação das notícias seguem critérios e formas que ajudam a distanciar-se de opiniões e comentários, de forma a construir conteúdos mais próximos da realidade concreta, não há como desviar das circunstâncias que, na prática, os jornalistas manuseiam palavras, signos cheios de interpretações produzidos por indivíduos cheios de subjetividade, e,

portanto, contaminados de ideias e paixões. Além do crivo de classificações do jornalista, as informações produzidas ainda dependem das suas disposições, do seu posicionamento dentro do campo e da política da instituição de comunicação na qual trabalha.

Com base no conceito de campo de Bourdieu é possível verificar aspectos fundamentais do campo do jornalismo que demonstram suas leis gerais e relações de força no campo de produção cultural. Um dos sentidos que movem o campo do jornalismo é a corrida pelo furo de reportagem, da informação exclusiva e o alcance de audiência. Apesar de ser um campo que está sob efeitos de outros campos, como o econômico e o político, o jornalismo possui capacidade de afetar, ocasionalmente, estes mesmos campos, devido seu acesso a uma pluralidade de cidadãos. Conferindo, assim, certa influência que é capaz de modificar estruturas e posicionar agentes que procuram sucesso e notoriedade. Assim, esse universo atrai para si agentes de outros espaços sociais.

4. ENQUADRAMENTO: O OLHAR CULTURAL NOS PADRÕES DE APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA

A partir do conceito de *campo* de Pierre Bourdieu foi compreendido que a carga cultural do indivíduo, que é formada pela coletividade, assim como sua posição no espaço social, seu habitus e tomadas de posições, influenciam diretamente na forma de agir e como este interpreta o mundo e as coisas, assim, inserimos agora a noção de enquadramento.

O enquadramento preocupa-se com o modo como interesses, comunicadores, fontes e cultura se combinam para produzir formas coerentes de entender o mundo, que são desenvolvidos usando todos os recursos simbólicos verbais e visuais disponíveis ²⁷(REESE, 2001, p. 5).

Como assinala Reese (2001), os enquadramentos estão direcionados a entender o modo como todos os recursos simbólicos se unem para produzir sentidos a partir da cultura. A noção de enquadramento é complementar aos conceitos de Pierre Bourdieu. No conceito de enquadramento usamos como base teórica Entman (1993) Gamson e Modigliani, (1989), Hall *et al.* (1999) Reese (2001) e Porto (2004).

4.1 O Enquadramento: a observação de um acontecimento pelo ângulo da cultura

Para entender uma das formas de se observar a cultura em quadros, começemos este capítulo fazendo um exercício reflexivo. Imagine que duas pessoas observam uma briga pela janela, sendo que cada uma delas está em uma residência diferente e que as mesmas estão posicionadas de forma oposta, ou seja, uma de frente para outra. Assim, cada observador só poderá ver o que está acontecendo na rua por um determinado ângulo. Imagine que as descrições da citada briga poderão ser bem parecidas, certo? Nem tanto, lembra-se da janela, no qual os dois indivíduos observavam o acontecimento? Então, ao se descrever o que se vê, um acontecimento, além de toda a carga pessoal do indivíduo influenciar em sua descrição, temos também uma estrutura que se impõe sobre o olhar do indivíduo, pois sua visão de mundo, concepções e categorizações das coisas passam por um crivo cultural.

Somos despertados cognitivamente a enxergar aquilo que já se está acostumado a ver e, por isso, coloco a metáfora da janela na qual esta seria o nosso quadro (*frame*),

²⁷ *Framing is concerned with the way interests, communicators, sources, and culture combine to yield coherent ways of understanding the world, which are developed using all of the available verbal and visual symbolic resources* (REESE, 2001, p. 5).

ou seja, uma estrutura que facilita a observação, mas sempre com um ângulo ou poucos ângulos. E, oferecer um ângulo da situação não é somente apresentar um lado visível da situação, mas descrever o que foi visto, organizado e problematizado a partir de referências já partilhadas culturalmente, formando esquemas sociais que permitem olhar a situação por quadros: de julgamentos, aprovação, reprovação e tantas outras qualificações que podem ser feitas. Ao observar eventos, acontecimentos, fatos, objetos e sujeitos o agente social busca nos conteúdos simbólicos sentidos conhecidos e estruturas sociais estabelecidas para operacionalizar no campo das ideias o que está acontecendo.

Assim, podemos tratar aqui de visões de mundo, interpretação das coisas e até mesmo ideologias, pois as descrições serão, provavelmente, evidências subordinadas ao crivo moral e social de quem está olhando, juntamente com um pacote de dispositivos simbólicos que é usualmente atrelado àquele tipo de acontecimento. De acordo com Entman (1993, p. 52), a cultura é o dispositivo que categoriza os discursos de um grupo social, no qual se manifesta “*frases conservadas em estoque*”, como também definições de “*imagens estereotipadas*” e “*frases que fornecem conjuntos de fatos ou julgamentos temáticos*”.

Reese (2001) define que o enquadramento obedece a princípios de organização do mundo social. Ao sugerir que o enquadramento demonstra o modo como os comunicadores, as fontes e a cultura criam formas coerentes de compreensão dos acontecimentos, Reese (2001), também cria pressupostos de trabalho com enquadramento que dispõem de componentes, tais como: *Organização*, o enquadramento organiza as informações; *Princípios*, o enquadramento depende de princípios organizadores dos comunicadores, dos agentes que se manifestam; *Compartilhamento*, o enquadramento deve ser compartilhado para que tenha sentido significativo cultural; *Persistente*, o significado dos quadros depende da sua durabilidade, seu uso persistente, rotineiro e reforçando culturalmente; *Simbolicamente*, o enquadramento deve representar formas simbólicas de expressão, já conhecidos pela cultura; e *Estrutura*, o enquadramento se organiza a partir de padrões ou estruturas (REESE, 2001).

Os enquadramentos estão presentes em todas as formas de trocas simbólicas, mais especificamente, no campo jornalístico, podemos sugerir que o enquadramento se torna mais significativo, pois a capacidade dos *media* de reproduzir conteúdo em larga escala, o torna um difusor de enquadramentos noticiosos com temáticas específicas. Para melhor compreensão segue a explicação de Entman (1993):

Os comunicadores fazem julgamentos de enquadramento consciente ou inconscientemente ao decidir o que dizer, guiados por quadros (frequentemente chamados de esquemas) que organizam seus sistemas de crenças. O texto contém quadros, que são manifestados pela presença ou ausência de determinadas palavras-chave, frases de efeito, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem uma ênfase temática de fatos e julgamentos. Os quadros que guiam o pensamento e a conclusão do receptor podem ou não refletir os quadros no texto e a intenção de enquadramento do comunicador²⁸ (ENTMAN, 1993, p. 52).

A partir da explicação de Entman (1993) pode-se inferir que os comunicadores produzem conteúdos guiados por esquemas que já fazem parte do consciente ou inconsciente social, a partir de quadros, ou seja, focam em um ponto do acontecimento a partir de uma referência já partilhada culturalmente, que já habita o pensamento social e o estrutura, tendo como pano de fundo o sistema de crença existente na sociedade. Entman (1993) explica melhor essa força do contexto cultural em relação aos enquadramentos, ao afirmar que “*A cultura é o estoque em que se manifesta os quadros*”:

A cultura é o estoque de quadros comumente invocados; de fato, a cultura pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de quadros comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas em um agrupamento social. O enquadramento em todos os quatro locais inclui funções semelhantes: seleção e destaque, e uso dos elementos destacados, para construir um argumento sobre problemas e sua causa, avaliação e/ou solução²⁹ (ENTMAN, 1993, p. 53).

No que se refere ao campo jornalístico, Entman (1993) considerou que o enquadramento não só dá ênfase a um aspecto da realidade, mas obscurece outros pontos, tornando determinado fato menos relevante em detrimento de outro. Antecipando um pouco os resultados desta pesquisa, os quais descreveremos nos próximos capítulos, questões de intrigas políticas, oposições políticas e desavenças podem se tornar um esquema amplamente difundindo em detrimento de outros assuntos.

²⁸ Communicators make conscious or unconscious framing judgments in deciding what to say, guided by frames (often called schemata) that organize their belief systems. The text contains frames, which are manifested by the presence or absence of certain keywords, stock phrases, stereotyped images, sources of information, and sentences that provide thematically reinforcing clusters of facts or judgments. The frames that guide the receiver's thinking and conclusion may or may not reflect the frames in the text and the framing intention of the communicator (ENTMAN, 1993, p. 52).

²⁹ The culture is the stock of commonly invoked frames; in fact, culture might be defined as the empirically demonstrable set of common frames exhibited in the discourse and thinking of most people in a social grouping. Framing in all four locations includes similar functions: selection and highlighting and use of the highlighted elements to construct an argument about problems and their causation, evaluation, and/or solution (ENTMAN, 1993, p. 53).

Enquadramento envolve essencialmente seleção e importância. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais significantes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito³⁰ (ENTMAN, 1993, p. 52).

Diante de tais apontamentos, torna-se importante ressaltar que este processo de seleção não necessariamente acontece de forma consciente e manipulada, visando um ou outro interesse de classes sociais dominantes (como comumente é entendido), mas é uma seleção que acontece de forma complexa por meio de elementos culturais.

Um tal enquadramento não é necessariamente um processo consciente por parte dos jornalistas; pode muito bem ser o resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem de ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido (HACKETT, 1999, p. 121).

A visão de que grupos diferentes com posicionamentos opostos em torno de uma discussão só podem estar em uma disputa, em contenda, em competição, em intrigas, é uma noção comumente compartilhada. A partir desse enquadramento, no conflito sempre haverá a figura de ganhadores e perdedores, e a visão destas duas figuras está presente no mapa de significados culturais que são criados para interpretar divergências, disputas, lutas e o que mais simbolizar oposições e rivalidades. Esta forma de olhar uma disputa é um modo de organizar os sentidos. Por outro lado, se assim estivesse estruturalmente estabelecido, poderíamos ter uma visão diferente ao observar uma disputa, um debate em que dois grupos se situam com visões e percepções diferentes se enfrentam. Segundo Hall *et al.* (1999), a partir do conflito pode-se dispor de pré-requisitos do campo jornalístico como o equilíbrio, e assim, ouvir as partes envolvidas na questão, dando o direito de resposta. Nesse sentido, a história também ganha um enredo mais chamativo com a situação de disputa. “De facto, a construção de um tópico em termos de debate no qual há oposições e conflitos é também uma forma de dramatizar um acontecimento para reforçar sua noticiabilidade” (HALL, 1999, 230).

Sobre a organização do mundo social que tentamos explicar sob um ponto de vista no parágrafo anterior, invocamos a conceitualização de Hall *et al.* (1999) que aponta

³⁰ Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1993, p. 52).

para estruturas compartilhadas de acordo com mapas de significados que dão sentido ao mundo social.

Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento do público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público) (HALL *et al.*, 1999, p. 225-226).

Caso contrário, o mundo seria formado por um caos de conteúdos simbólicos em que não seria inteligível as mais variadas comunicações. Assim, todo grupo/sociedade possui um mapa de significados nos quais os indivíduos desenvolvem mecanismos de entendimento para manipular, por meio de linguagens, gestos, símbolos, aquilo que existe no mundo cultural, no qual as informações são organizadas e hierarquizadas de forma inteligível para seus pares.

Existimos como membros de uma sociedade porque - é suposto - partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes, temos acesso aos mesmos <mapas de significados>. Não só somos capazes de manipular estes mapas de significados, para compreender os acontecimentos, como também temos interesses, valores e preocupações fundamentais, em comum, que estes mapas incorporam ou refletem (HALL *et al.*, 1999, p. 226).

Portanto, o enquadramento são os quadros por onde se olha a realidade usando a cultura como definidor da natureza, dos sujeitos, dos objetos e das relações sociais.

4.1.1 Análise de Enquadramento

A análise de enquadramento é uma forma de Análise de Conteúdo, por isso, levou-se em consideração as orientações e os conceitos definidos por Bardin (1977) na utilização e aplicação deste trabalho de pesquisa. Este tipo de análise parte da utilização de um conjunto de procedimentos e técnicas para extrair sentido de materiais textuais. Deste modo, uma das técnicas de análise de conteúdo é a análise categórica dos elementos dos textos. Este procedimento “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 177).

Bardin (1977) definiu vários parâmetros para se realizar a análise de conteúdo, mas neste trabalho definiu-se para extrair significados a categorização temática das ideias dos textos. Para Bardin (1977) a categorização das unidades dos textos comporta duas etapas: “O inventário: isolar os elementos. A classificação: repartir os elementos, e,

portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens” (BARDIN, 1977, p. 178).

A análise de enquadramento permite uma visão de elementos do texto que ressaltam detalhes culturais que são retratados em seus conteúdos simbólicos. Segundo Porto (2004), ao dar sentido à realidade são construídos enquadramentos que permitem organizar as significações e interpretações dos textos a partir de pacotes interpretativos. Infere-se, neste caso, que ao se organizar uma informação, cria-se moldes (enquadramentos) para decodificar ideias de forma organizada, entretanto, essa organização não é feita de forma aleatória, como já dito, parte de algum princípio ou valor já existente na cultura.

Os símbolos culturais se apresentam em nossa sociedade de forma hierarquizada. Do mesmo modo, a linguagem apresentada em textos se manifesta de forma determinada pelo conjunto de crenças compartilhadas pelo grupo em que o agente que a escreve está inserido. “*O enquadramento é um instrumento de análise de conteúdo que permite uma observação mais detalhada dos mecanismos da luta simbólica nas sociedades modernas*” (MANTOVANI, 2009, p. 67).

Uma das formas de se definir o enquadramento é a partir de pacotes interpretativos (conflito, vantagens econômicas, problemas, soluções). De acordo com Entman (1993, p. 52), os quadros “*definem problemas*”, “*diagnosticam causas*”, “*fazem julgamentos morais*” e “*sugerem soluções*”. Assim, segundo o autor, o enquadramento diagnostica e propõe remédios, não necessariamente, apresentando todas estas funções descritas. De forma mais clara, segue a definição de Entman (1993, p. 52):

Quadros, então, *definem problemas* - determinam o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns: *diagnosticar causas* - identificar as forças que criam o problema: *fazer julgamentos morais* - avaliar agentes causais e seus efeitos: *e sugerir remédios* - oferecer e justificar tratamentos para os problemas e prever seus efeitos prováveis. Uma única sentença pode executar mais de uma dessas quatro funções de enquadramento, embora muitas sentenças em um texto possam executar nenhuma delas. E um quadro em qualquer texto em particular pode não incluir necessariamente todas as quatro funções³¹ (ENTMAN, 1993, p. 52, itálico no original).

³¹ Frames, then, *define problems* - determine what a causal agent is doing with what costs and benefits, usually measured in terms of common cultural values: *diagnose causes* - identify the forces creating the problem: *make moral judgments* - evaluate causal agents and their effects: and *suggest remedies* - offer and justify treatments for the problems and predict their likely effects. A single sentence may perform more than one of these four framing functions, although many sentences in a text may perform none of them. And a frame in any particular text may not necessarily include all four functions. (ENTMAN, 1993, p. 52, itálico no original)

Neste contexto, é preciso destacar que um mesmo pacote interpretativo pode ser compartilhado por grupos com diferentes posições, trajetórias e crenças. Gamson e Modigliane (1989) exemplificaram a questão ao abordar o discurso da energia nuclear o qual, em certa altura afirma, que as divergências entre republicanos e democratas poderiam também resultar em um quadro compartilhado.

Usando como referência nossa pesquisa, em que pesquisamos o Código Florestal em grandes jornais impressos, podemos dizer que um quadro - por exemplo, a visão de que *houve poupança ambiental nas últimas décadas* devido à utilização de tecnologia que aumenta a capacidade de produção sem aumentar a área de plantio, evitando, assim o desmatamento -, pode ser um quadro compartilhado por ambientalistas, ruralistas e Governo. Ressaltando que o objetivo deste trabalho não foi identificar o posicionamento destes dois grupos citados, a questão está sendo usada de forma ilustrativa para demonstrar as várias nuances dos enquadramentos e como grupos em posições opostas podem compartilhar um mesmo quadro cultural.

Segundo Gamson e Modigliani (1989), os pacotes interpretativos possuem uma “*estrutura interna*” que “*organiza as ideias*”. “Um pacote tem uma estrutura interna. Em seu núcleo está uma ideia central de organização, ou quadro, para dar sentido a eventos relevantes, sugerindo o que está em questão³² (GAMSON e MODIGLIANI, 1989, p. 3, tradução nossa)”. Partindo deste pressuposto, de forma mais básica, como já havia disposto Durkheim sobre as formas de classificação das coisas em esquemas, pode-se invocar as definições de categorias mais básicas de uma sociedade para chegar à esquemas de organizações mais complexas.

Assim, retomamos a categorias como bom/ruim, limpo/sujo, moral/imoral para aprovar, reprovar e julgar ao classificar episódios. Pode-se evoluir também para padrões mais complexos e elaborados de percepções, como por exemplo, as usadas pelo campo político ou econômico que tendem a estruturar os enquadramentos os quais pensam os grupos de direita/esquerda, conservadores/liberais, capitalistas/comunistas. Deste modo, em um contexto cultural a comunicação permite que se olhe o mundo por vários quadros de perspectivas e interpretações, usando pacotes que servem como referência para o entendimento das coisas.

³² “A package has an internal structure. At its core is a central organizing idea, or frame, for making sense of relevant events, suggesting what is at issue” (GAMSON e MODIGLIANI, 1989, p. 3).

No que se refere ao campo do jornalismo, criar pacotes para interpretações coletivas é um processo de adequação natural da linguagem ao público para gerar uma decodificação comum sobre um assunto. Somos formados por uma sociedade com grupos diversos, valores e experiências culturais baseadas na coletividade a qual pertencemos. Entretanto, na nossa língua escrita ou falada possuímos um mapa de sentido.

Vamos invocar aqui o pensamento de Hall *et al.* ao falar de mapa de significados ou mapas culturais. “*Um acontecimento só faz sentido se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais*” (HALL *et al.* 1999, p. 226). Assim, estamos a todo tempo adequando interpretações que facilitem o entendimento de aspectos de uma determinada realidade. Por isso, é mais fácil falar de política sempre por um ângulo de conflitos e acordos, rompimentos e alianças, sedução e atração, divergências.

4.2. Vozes: o enquadramento estruturado com base em fontes e sua relação com a oferta de interpretações

As fontes ou agentes sociais selecionados para se posicionarem sobre um acontecimento oferecem “falas”, elementos utilizados pelos profissionais do meio jornalístico para dar suporte ao acontecimento, estruturar, dar maior peso ao conteúdo e veracidade aos fatos relatados. “Os *medias* não criam automaticamente as notícias, melhor, estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis” (HALL *et al.* 1999, p. 228). Desse modo, as fontes são agentes que participam ativamente da construção dos enquadramentos. Contudo, entendemos que mesmo a fonte sendo também um definidor do conteúdo simbólico, este está mais relacionado ao social do que com o individual.

Qualquer indivíduo que proporcione dados para a elaboração de uma reportagem é uma fonte. Quem interessa aqui, porém, é aquela fonte mais ou menos permanente, que fornece informações continuadas, e, em algum grau, exclusivas ao mesmo repórter, muitas vezes com a garantia do anonimato na publicação da notícia. No jornalismo em geral, mas no jornalismo político em particular, possuir um bom “portfólio de fontes” é um patrimônio dos mais cobiçados. A informação privativa que elas transmitem propicia uma diferenciação dos concorrentes no campo, a divulgação de eventuais notícias em primeira mão (“furos”) e o reconhecimento pelos pares; consolida reputações e favorece o progresso na carreira, permitindo ambicionar posições de maior destaque, como a de colunista. O repórter com boas fontes é aquele que seus pares vêem como bem informado. Em suma, trata-se de um elemento significativo na produção do capital simbólico específico do campo jornalístico (MIGUEL, 2002, p. 176).

Sobre a escolha das fontes, Hall *et al.* (1999) falam em preferências estruturadas ao apontar para o sistemático acesso do campo jornalístico às fontes institucionalizadas e

creditadas como detentores das informações mais precisas a quem ele chama de “opiniões de poderosos”. Trazendo para a realidade deste trabalho, entenderemos que essas fontes são de agentes que estão posicionados culturalmente, economicamente ou politicamente no campo social em situação de dominação. “O resultado desta preferência estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes <<porta-vozes>> se transformam no que se apelida de definidores primários (primary definers)” (HALL *et al.*, 1999, p. 229). Ainda, conforme Hall *et al.* (1999), estas indicações de definidores primários de fontes facilitam as rotinas e exigências do trabalho do jornalismo, criando uma dependência e obrigação da busca de opiniões creditadas.

Estes dois aspectos de produção jornalística – as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências de profissionais de imparcialidade de objetividade – combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas (HALL *et al.*, 1999, p. 229).

Para Mantovani (2009) o campo do jornalismo acaba criando um “*círculo vicioso*” das fontes que se fazem presentes nos textos, pois a escolha das vozes pode acontecer pela “*proximidade ou pela legitimidade*” conferida aos atores dentro do campo. “Os poucos fora da estrutura já reconhecida são figuras individuais que, geralmente, servem para corroborar o texto criado pelo noticiário, gerando uma uniformidade na opinião” (MANTOVANI, 2009, p. 60).

Os jornalistas, em sua rotina, incorporam critérios compartilhados, válidos em um dado momento, para a definição das “fontes” e das “personagens” presentes nos textos jornalísticos. Esses critérios, por sua vez, estão relacionados às formas de valorização dos atores em seus próprios campos (que não estão dissociadas da visibilidade que têm nos meios de comunicação, mas não se reduzem a ela) e às formas de valorização social ativas, definidas por critérios e características de classe, gênero, raça e nível educacional que constituem o capital social dos diferentes atores, sua competência social presumida (BIROLI e MANTOVANI, 2010).

Porto (2004) aborda que as “falas” dentro do texto servem para expor pensamentos já definidos para realidade. O autor identifica que o jornalista ao escrever se utiliza de agentes sociais para reproduzir conteúdos simbólicos já compartilhados dentro campo sobre uma realidade específica. “Jornalistas freqüentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política” (PORTO, 2004, p. 92-93).

4.2.1 Análise de Fontes

Na análise de fontes o objetivo é identificar os agentes sociais presentes nas matérias e a pluralidade dos agentes ouvidos no debate. Faz-se importante levantar de

quem são as vozes dentro de um texto, pois estas fontes demonstram muito mais do que a representação de um ator social, mas o pensamento manifestado de um grupo social, suas perspectivas e visões. Ao investigar quem são os agentes sociais que possuem “falas” nas matérias dos jornais, teremos um quadro com os grupos que possuem visibilidade e poder de representação dentro dos jornais. Grupos ou pessoas que possuem legitimidade para difundir suas formas de pensar. É preciso ressaltar, assim, que conforme já foi mencionado por Bourdieu (1997), o jornal é um espaço em que o conteúdo pode ser altamente reproduzido, com difusão em grande escala de produção de significados, modos e maneiras de pensar o mundo social.

A partir da leitura dos textos foi possível identificar quem foram os atores com “falas” nos textos e posteriormente separá-los por categorias, por exemplo, Governo, Políticos Ruralistas, Políticos Ambientalistas e Setores Produtivos.

4.3. Enquadramento: O Campo Político Observado pelo Campo dos Jornalistas

Antes de definir o enquadramento político pela observação do campo dos jornalistas, faz-se necessário dispor sobre os elementos fundamentais de um campo.

Nesta pesquisa optou-se por uma análise que envolve dois campos, o do jornalismo e o político. A partir da concepção de Pierre Bourdieu, os campos são estruturas com lógicas diferentes de funcionamento, crenças, estruturas e leis as quais todos aqueles que desejam fazer parte, ou já são agentes do campo, incorporam e reagem conforme as determinações já existentes. Este conceito foi amplamente explicado no Capítulo 3, sendo um guia norteador para entender as tomadas posições da mídia. “O conceito de campo permite entender a interação entre mídia e política, duas esferas que se guiam por lógicas diferentes, mas que interferem uma na outra” (MIGUEL, 2002, p. 166).

Os agentes do jornalismo compartilham crenças que movem e estruturam o campo dos profissionais da mídia. Conforme Bourdieu (1997), a busca pelo alcance do furo de reportagem, a informação exclusiva, a conquista pela audiência e o reconhecimento dos pares são objetivos incorporados pelos profissionais deste campo. Miguel (2002) adiciona aos princípios que estruturam as relações do campo dos jornalistas a formação de um portfólio de fontes fiéis que lhe garantam a informação em “primeira mão”. “Todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação de objetivos que se apresentam como “naturais”

para aqueles que deles participam — neste caso, a busca do poder político” (MIGUEL, 2002, p. 166).

De acordo com Bourdieu (1989), o campo político é regido por disputas, orientação para conquistas de poder, pela busca da mobilização de grupo para manter o maior número de adesão dos cidadãos, pela aprovação interna do grupo para propostas, por plataformas, moções, organização entre dois polos e etc. Estes elementos movem o campo e são correlatos a todos os agentes dispostos neste espaço.

O facto de todo campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, <partido do movimento> e <partido da ordem>, <progressistas> e <conservadores>, <esquerda> e <direita>, são invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação. (BOURDIEU, 1989, 179)

No que se refere a observação do campo político pela imprensa, segundo Miguel (2002), os jornalistas dão ênfase ao escândalo, à ação espetacular, ameaças, denúncias, ao inusitado, à conquista de poder e confrontos.

Na disposição de um acontecimento, vários esquemas de percepções podem ser acessados para se enquadrar um assunto. Um agente do campo político pode interpretar uma discussão como uma concorrência pelo direito de fala, de mobilizar e ganhar adeptos. Bourdieu (1989) aponta que o monopólio pelo direito de fala, o "ser conhecido" e reconhecido, ter popularidade ou ter uma reputação, é importante para os agentes do campo político.

Retomando a questão do acontecimento de uma discussão, que para o campo dos jornalistas pode ser um confronto, uma disputa ou uma ação espetacular, entendida como briga ou bate-boca, para os agentes do campo político essa discussão pode ser uma outra coisa, por exemplo uma luta pela legitimação do reconhecimento. Assim, para o campo político a briga, se posicionar de forma oposta faz parte do jogo de lutas simbólicas. Sobre este aspecto da visão da interpretação sobre o campo do jornalismo, Miguel (2002) aborda o fato de que os agentes políticos podem aprender os imperativos do campo do jornalismo e agir proporcionando os enquadramentos desejáveis, ganhando, assim, visibilidade. Deste modo, os políticos podem aceitar a lógica do campo do jornalismo e tomar posições que visem a midiaticização de acontecimentos criados para receber atenção da imprensa.

Um exemplo da incorporação de imperativos do campo jornalístico, segundo Miguel (2002), foi o senador Antônio Carlos Magalhães:

Na cena política brasileira recente, ninguém personificou melhor tal posição do que o senador baiano Antônio Carlos Magalhães. Com um jogo estudado de ameaças, denúncias e insinuações, ele modelava a cobertura política da imprensa e, através dela, forçava o posicionamento de outros agentes do campo político. É claro que o senador incorporou critérios jornalísticos de relevância, utilizando-os para produzir afirmações que despertem interesse suficiente, por seu caráter “bombástico” ou inusitado. Mas usava-os para alcançar seus fins (políticos) próprios. Os imperativos do campo da mídia são, nesse caso, colocados a serviço de uma lógica política autônoma. (MIGUEL, 2002, p. 173)

Deste modo, uma fonte do campo jornalístico que entende a lógica do campo jornalístico pode definir os enquadramentos a partir das ofertas de informações repassadas para a imprensa. Para mais, isto pode significar silenciamento de certos fatos, deixando passar despercebido outros acontecimentos de “interesse público”.

Além da diversidade externa, que é basicamente a pluralidade na oferta de informações e opiniões, a questão da visibilidade/invisibilidade pode ser pensada também pelo ângulo do acesso dos grupos sociais à mídia e da capacidade destes grupos influenciá-la (AZEVEDO, 2006 p. 98).

No próximo capítulo será explicado de forma detalhada os passos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

5. A ANÁLISE DO CÓDIGO FLORESTAL NOS JORNAIS

Neste capítulo apresentamos os tipos de análise e os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa.

Este trabalho realizou os seguintes passos metodológicos:

- Análise de enquadramento para demonstrar o enfoque predominante nas matérias e as produções de sentido carregadas nestes; e,
- Identificar as fontes ouvidas nos textos jornalísticos para identificar os agentes sociais que possuíram legitimidade, de acordo com o campo jornalístico para opinar no debate sobre as mudanças no Código Florestal.

Estas foram as ferramentas utilizadas para encontrar a relação do campo político com o campo jornalístico e as representações criadas pelos jornalistas sobre o processo de discussão do NCFB. Deste modo, a partir dos enquadres manifestados nos textos, procurou-se encontrar padrões culturalmente definidos no campo jornalístico para a legislação ambiental.

Os jornais estudados serão identificados em siglas a partir de agora, sendo estes: a Folha de São Paulo (FSP), O Globo (OG), O Estado de São Paulo (OESP) e Valor Econômico (Valor). Esta pesquisa realizou, inicialmente, estudar matérias nas editorias de Economia e Política dos jornais citados nos anos de 2008 a 2012. Apesar de ter realizado a coleta dos 5 anos dessas duas editorias, ao final, optou-se por analisar apenas as matérias de Política, as quais representaram 332 textos jornalísticos. O caderno de Economia dos quatro jornais resultou em um total de 32 matérias, as quais não foram analisadas neste trabalho.

5.1 Definição do *Corpus*

A observação do Processo de discussão do NCFB foi feita sob a ótica do campo de produção cultural, por isso, temos como pesquisa os jornais impressos da imprensa nacional entre os anos de 2008 e 2012. Este período escolhido compreende marcos institucionais importantes no que se refere às modificações da legislação ambiental, o que já foi detalhado no capítulo 2 e será lembrado mais adiante neste capítulo. Todos os impasses para as alterações da lei até a aprovação do Código Florestal, ou pelo menos grande parte delas, passaram pelas coberturas jornalísticas que, de certa forma, é o meio

pelo qual sustenta e estabelece certa comunicação entre a população, os governantes e os mais diversos setores da sociedade.

Os veículos de comunicação informam à população sobre as ações dos líderes políticos, governantes e as mais diversas ações da política, da economia, da ciência, dentre outros assuntos que sejam de interesse comum a sociedade. O campo do jornalismo também retrata relatos de insatisfação da população. Quando estes não chegam por vias institucionais aos segmentos do poder público, a mídia se torna uma alternativa direta da população ser ouvida no que se refere aos problemas sociais, políticos, econômicos, de segurança, dentre outros. Ressaltando ainda, que a conexão do cidadão com o debate relativo à política é feito, na maioria das vezes, pelos meios de comunicação de massa. De acordo com Azevedo e Chaya (2008), no século 21, devido às extensões geográficas e as dificuldades de se estar presente nos lugares em que ocorrem as decisões políticas, mesmo com o advento da internet, de forma geral, as informações que os cidadãos comuns acessam sobre o jogo político são através da mídia de massa.

Faz-se necessário destacar que o veículo a ser pesquisado, o jornal impresso, se deve à “possibilidade³³” de se encontrar um conteúdo amplo e “diversificado” neste material, pois em outros veículos podemos encontrar matérias mais “rasas” ou com menor diversidade, por conta do espaço, tempo ou recursos para a notícia. Mesmo em face de recursos mais diversificados como os encontrados na internet, o jornal impresso ainda estabelece diante de seu campo uma credibilidade, confiança e competência na produção de conteúdo. Sobre a escolha dos jornais OG, OESP, FSP e Valor, Soveral e Pedroso Neto (2016) identificaram estes como os principais jornais impressos do país, ressaltando que, por serem grandes veículos nacionais, possuem força para reforçar ideias e representações sociais. Além disso, seu posicionamento na esfera midiática coloca-os como propagadores de conteúdo que, muitas vezes, são tidos como referência no campo do jornalismo, sendo, por vezes, pulverizado para outras mídias.

Eles são os jornais dominantes, quer dizer, têm abrangência e circulação nacional, possuem o maior número de tiragem diária, e têm sede e sucursais nos centros urbanos econômico e politicamente mais importantes do país, isto é, sede no Rio de Janeiro ou São Paulo e sucursais em Brasília e no Rio de

³³ Ressaltando que a possibilidade de existir um conteúdo amplo e diversificado não implica, necessariamente, na existência do mesmo, pois existem vários outros fatores que podem influenciar na redação jornalística, como o espaço destinado à matéria, o tempo de produção do conteúdo e as condições de trabalho. Mas, mesmo com todos os obstáculos, esta pesquisa entende que a produção dentro de um jornal impresso ainda poderá ser mais diversa do que as matérias encontradas em outros dispositivos, como a Televisão e o rádio. Ressaltando ainda, que o jornal impresso dá à notícia uma noção de continuidade, pois as limitações que fazem com o que jornal se torne atrasado nas notícias em relação a outras mídias, o obriga a recuperar informações ao leitor e assim, exercer uma contextualização dos fatos mais presente.

Janeiro ou São Paulo, além de escritórios e freelances em diversas cidades, especialmente as capitais estaduais (SOVERAL e PEDROSO NETO, 2016, p. 108).

Quanto à escolha das editorias de economia e política dos jornais, a definição foi feita porque o tema possui ligação com os dois campos: a) Economia: relação direta com este campo ao regulamentar normas quanto à produção agrícola; b) Política: relação enquanto legislação sendo definida no Congresso Nacional. Ressaltando que, nesta dissertação, só analisamos as matérias das editorias de Política. Esta escolha se justifica no fato de pesquisarmos uma legislação, que por sua natureza jurídica teve que passar por vários tramites e rituais normativos que passam pelo crivo de parlamentares, começa com a criação de um PL, que é avaliado e analisado por comissões no Congresso Nacional, votado na Câmara e no Senado, e, por fim, sancionado ou vetado pela Presidência da República.

O acesso aos jornais foram feitas por meio das edições digitais que estão disponíveis nos portais da internet dos jornais FSP, OG, OESP e Valor.

5.2. Recorte Temporal

A partir da Gênese do Código Florestal foi possível escolher o período a ser pesquisado, entre os anos de 2008 a 2012. Este recorte foi determinado a partir do processo de tramitação do NCFB no Congresso Nacional. Apesar do PL n.º 1.876, que visava mudanças na legislação ambiental ter entrado como proposição legislativa na Câmara dos Deputados em 1999, percebeu-se que o projeto só tomou “fôlego” em 2008, devido à Resolução n.º 3.545 do Banco Central e o Decreto n.º 6.514 da Presidência da República. As publicações destes documentos tornaram as discussões mais densas e recorrentes para mudanças na legislação ambiental.

No Quadro 3 estão relacionadas as datas importantes de tramitação do projeto de reforma no Código Florestal, as quais foram usadas neste trabalho para nortear as pesquisas das matérias jornalísticas nos jornais FSP, OG, OESP e Valor.

Quadro 3 - Marcos Institucionais de Tramitação do Código Florestal no Congresso Nacional

Eventos da tramitação do Código Florestal	
Data	Evento de tramitação
29 de Fevereiro de 2008	Resolução n.º 3.545 do Banco Central, que passou a exigir documentação para comprovar a regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma Amazônia.
22 de Julho de 2008	Decreto n.º 6.514 exigia a regulamentação da Reserva Legal e definiu multas para o caso de não efetivação da averbação.
04 de Agosto de 2009	Criada a Comissão Especial para analisar os projetos de lei que pediam atualização do Código Florestal.
14 de outubro de 2009	Projeto de Lei n.º 1876, de 1999 designado relator o Dep. Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para a Comissão Especial destinada a proferir parecer do Projeto de Lei que "dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências" (revoga a Lei n.º 4.771, de 1965 - Código Florestal; altera a Lei n.º 9.605, de 1998) (PL187699) ³⁴ .
06 de Julho de 2010	Aprovado o Relatório do Deputado Aldo Rebelo pela Comissão Especial.
Maio de 2011	Primeira versão do Código Florestal, Lei n.º 1.876/99 na Câmara dos Deputados.
Março de 2012	Aprovação do PL na Câmara dos Deputados.
25 de Maio de 2012	Texto sancionado pela Presidente da República.
Agosto de 2012	Aprovação da MP n.º 571/12 na Comissão Mista.
Setembro de 2012	Aprovação da MP n.º 571/12 na Câmara dos Deputados e no Senado.
Outubro de 2012	Sancionada a MP n.º 571/12 pela Presidente da República.

Fonte: Com base na ficha de tramitação disponível no site da Câmara dos Deputados³⁵.

A partir das datas selecionadas no Quadro 3 foram escolhidos os meses nos quais os jornais foram pesquisados. Assim, em cada data em que há um evento de tramitação foi verificado o mês anterior e o mês seguinte das publicações nos jornais. Por exemplo, temos a publicação do Decreto n.º 6.514, de 22 de Julho de 2008, que exigia a regulamentação da Reserva Legal. Neste caso, conforme o passo metodológico definido, pesquisamos os jornais dos meses de Junho, Julho e Agosto de 2008.

Para identificar as matérias que foram objeto de estudo, seguimos um modelo parecido com o utilizado por Soveral e Pedroso Neto (2016), sendo que, nesta pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) Na editoria do jornal procuramos as palavras-chave: Código Florestal, Legislação ambiental, Ruralistas, Verdes, Ambientalistas, Desmatamento e Anistia. O guia

³⁴ Ficha de tramitação disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=17338>. Acessado em 29 de abril de 2017.

³⁵ Ficha de tramitação disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=17338>. Acessado em 29 de abril de 2017.

norteador era a presença destas palavras no título, subtítulo, chapéu, olho ou legenda das matérias;

- b) Pesquisamos, inicialmente, os jornais FSP e OG. Após percebemos que havia alguns meses dos dois jornais citados que não foram encontradas matérias sobre o Código Florestal, definiu-se como critério pesquisar no OESP e Valor apenas os meses que havia sido identificado matérias. A lista dos meses pesquisados está descrita no Quadro 4;
- c) Após terminar a identificação das matérias em todos os jornais, percebeu-se que no OESP foram coletadas 27 matérias. Diante do pequeno número de textos no OESP em relação aos outros jornais (OG apresentou 142; FSP, 91; e Valor, 72 matérias) decidimos fazer uma varredura no OESP novamente para ter certeza deste número. Assim, identificamos as matérias do OESP estavam em outras editoriais que não eram as delimitadas para este trabalho.

Ressaltando que foram utilizadas nesta pesquisa apenas as matérias da editoria de Política dos jornais FSP, OG, OESP e Valor.

Como já citado, o primeiro jornal pesquisado foi a FSP. Na sequência, a coleta foi feita no jornal OG. As matérias destes dois jornais definiram os meses pesquisados no OESP e Valor e, por isso, dispomos no Quadro 4 os meses pesquisados em cada jornal.

Quadro 4 - Meses Pesquisados

Jornais	2008	2009	2010	2011	2012
Folha de São Paulo	Janeiro, Fevereiro, Março, Maio, Junho E Julho	Agosto Setembro, Outubro, Novembro	Junho, Julho E Agosto	Maio, Junho E Julho	Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro
O Globo	Janeiro, Fevereiro, Março, Maio, Junho E Julho	Agosto Setembro, Outubro, Novembro	Junho, Julho e Agosto	Maio, Junho e Julho	Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro
O Estado de São Paulo	Maio, Junho E Julho	Outubro E Novembro	Junho e Julho	Maio, Junho E Julho	Março, Abril, Maio, Junho, Agosto, Setembro e Outubro
Valor Econômico	Maio, Junho E Julho	Outubro E Novembro	Junho e Julho	Maio, Junho e Julho	Março, Abril, Maio, Junho, Agosto, Setembro e Outubro

Em conclusão, após pesquisar e coletar matérias no período de 2008 a 2012 dos jornais FSP, OG, OESP e Valor nas editorias de Economia e Política, o *corpus* da pesquisa foi delimitado: aplicamos a pesquisa apenas nas matérias encontradas na editoria de Política, 332 matérias no total. As matérias da editoria de Economia, 32 matérias, não foram analisadas nesta pesquisa. Entretanto, destaca-se, mais uma vez, que na análise deste trabalho utilizamos apenas as matérias de política.

5.3. Procedimentos para Análise de Enquadramento

Para realizar a análise de enquadramento, inicialmente, foi realizada a leitura de 25% do material dos jornais selecionados. Para isto, utilizou-se os procedimentos destacados no quadro 5, o qual se descreve a editoria, a data, o título da matéria, o eixo temático central e os problemas e causas em destaque. Neste quadro inicial também se contabilizaram e identificaram as fontes das matérias. De forma mais detalhada, foram realizados os seguintes passos:

- a) Criou-se um quadro para descrição dos títulos, editoria, data, eixo temático das matérias, seus problemas, causas e soluções apontadas;
- b) Retirou-se uma amostra de 25% de todo material de pesquisa para realizar uma leitura flutuante. Em ordem de datas, pegávamos uma matéria para leitura e alternávamos 3, até chegar no quantitativo de 25% de cada material;
- c) Na descrição procurou-se verificar, primeiramente, qual era a temática central da matéria, dispondo sobre as indicações de Entman (1993), os problemas, as causas e possíveis soluções;
- d) Com a leitura flutuante foi possível estabelecer as métricas para os enquadramentos, sendo encontrados Eixos Temáticos nas abordagens dos temas e os enquadramentos (pacotes oferecidos na abordagem e encontrados a partir das observações de Entman (1993), “*frases conservadas em estoque*” e “*frases que fornecem conjuntos de fatos*”;
- e) Após a leitura flutuante foram criados os eixos temáticos (com temas centrais) e os enquadramentos (quadros que apontavam para os problemas, as causas e as possíveis soluções, ou seja, os contextos em que cada quadro estava inserido);
- f) Foi de suma importância manter uma folha de anotações separada do quadro para fazer observações pertinentes sobre os aspectos que se mostraram recorrentes, informações extras e fatos correlatos;

Durante a leitura flutuante não foi identificado um conjunto de quadros que forneciam solução para os problemas apontados. Assim, no material foi aplicado um conjunto de quadros que apontam problemas e causas. Interessante ressaltar que nas matérias sobre o Código Florestal havia essa lógica de problemas e causas, sem uma pretensão de mostrar possíveis soluções para as divergências entre os grupos que se posicionavam com pensamentos opostos.

Quadro 5 – Critério para Análise da Amostragem de 25%

Editoria	Data	Título	Eixo Temático Central	Problemas, causas e soluções apontados	Fontes
-----------------	-------------	---------------	------------------------------	---	---------------

5.4. Categorias de Enquadramentos

Com a leitura flutuante foi possível definir os enquadramentos e encaixá-los em 3 eixos temáticos, sendo: Eixo 1) Legislação Ambiental; Eixo 2) Conflito Político Legislação Ambiental; e, Eixo 3) Entrave ao Setor Produtivo e Legislação Ambiental. Ressaltando que nesta pesquisa foi escolhido 1 enquadramento predominante para definir cada matéria. Foi possível perceber que existem categorias de enquadramentos que só aparecem nos anos de 2011 e 2012, os quais serão demonstrados no próximo capítulo.

Antes de descrever os enquadramentos é preciso abordar que o enquadre predominante é o ângulo por qual os jornalistas contam o acontecimento, é a ideia centralizadora por onde é decidido observar o contexto do acontecimento. Portanto, apesar dos jornalistas resolverem olhar os acontecimentos da reforma do NCFB, por exemplo, pelo olhar do *Conflito Político*, isso não quer dizer que não foram abordadas as questões técnicas do Código. Mas que, em primeiro plano, as matérias abordavam aquele assunto e, em segundo plano, os textos dispunham sobre a relatoria do Código, sobre o que está em disputa por ruralistas e ambientalistas/governos (os arts.º, APPs, RL), aspectos sobre a negociação, informações sobre as definições do texto do Código Florestal, tais como o tamanho das áreas de preservação, questões de desmatamento, recomposição, reflorestamento e etc.

O Quadro 6 demonstra os resultados dos eixos temáticos e enquadramentos identificados com a leitura flutuante de 25% do *corpus* pesquisado.

Quadro 6 – Resultado dos Eixos Temáticos e Enquadramentos

	Enquadramentos
Eixo Temático: Legislação Ambiental	Cresceu o desmatamento
	Diminuiu o desmatamento
	Retrocesso na Legislação
	Marco Regulatório
	Ruralistas propostas de modificar a lei
	Governo ou MMA propõem leis mais rígidas
	Governo reduz as exigências para pequenas propriedades
	Violência no campo
	Protestos ambientais
Eixo Temático: Conflito Político e Legislação Ambiental	Conflito no governo
	Governo Reverter a Derrota
	Desvantagens para Ruralistas
	Vitória dos Ruralistas
	Discordância Governo/ ambientalistas versus ruralistas
	Concessão /Moeda de troca
	Repercussão Internacional
	Conciliação entre interesses/Fazer acordos
Eixo Temático: Entrave ao Setor	Resolução do BC restringe o crédito
	Insegurança Jurídica
	Houve poupança ambiental nas últimas décadas
	Outros

As descrições de cada enquadramento encontrado estão abaixo:

1 – Eixo Legislação Ambiental: quando a temática é a legislação e seus diversos desdobramentos, como, por exemplo, modificar ou não a legislação, o que isso significa, se é um retrocesso ou um marco regulatório, dentre outras questões. Colocamos neste eixo, também, os enquadramentos que discorrem sobre fatores ligados ao meio ambiente e problemas do campo que foram associados ao tema da legislação.

- a) *Cresceu o desmatamento:* perda de área protegida, matérias com dados oficiais de instituições do meio ambiente do governo e não-governamentais que afirmam que há um aumento no desmatamento;
- b) *Diminuiu o desmatamento:* aborda dados oficiais e dados de ONGs sobre índices de desmatamento que demonstram que o mesmo diminuiu nas últimas décadas;

- c) *Retrocesso na legislação*: críticas às mudanças no Código Florestal a partir do ponto de vista ambientalista apresenta a visão de uma legislação avançada em relação à proteção da natureza: “modificar sem um longo processo de discussão é retroceder”; “mudanças podem aumentar o desmatamento”; “perdão ao desmatador custaria milhões”. Além disso, tem a questão de quem cumpriu a lei e será prejudicado, pois esta beneficia quem promoveu o desmate e não há bônus para quem preservou. A modificação na lei é colocada como prejudicial às metas brasileiras de mitigação do efeito estufa.
- d) *Marco Regulatório*: faz defesa das mudanças do Código do ponto de vista do setor produtivo. As mudanças no Código são vistas como um avanço na legislação ambiental. O Código deve corrigir as questões ligadas as APPs, agenda de regularização, houve poupança ambiental na última década.
- e) *Ruralistas propostas para modificar a lei*: a ideia centralizadora de que os ruralistas propõem redução da proteção à natureza. Neste caso, pode ser no relatório do Código ou em outros dispositivos jurídicos (PL, MP). Propostas de lei que derrubam medidas do governo, como por exemplo, que visem barrar o desmatamento, percentuais de recuperação de florestas ou diminuam a recomposição de APPs e RLs.
- f) *Governo ou MMA propõem leis mais rígidas*: leis mais rígidas e punitivas em relação à crimes ambientais com medidas de combate ao desmatamento. Aumentar a eficácia da aplicação das multas. Governo e Ministério do Meio Ambiente apresentam propostas para diminuir o desmatamento. Além das propostas por meio de dispositivos jurídicos, governo propõe benefícios financeiros (Bolsa Verde por meio do “Brasil sem Miséria”) a assentados para diminuir pressão de madeireiros e atravessadores que se valem da miséria na Amazônia para desmatar.
- g) *Governo reduz as exigências da legislação para pequenas propriedades*: Governo aceita abrir exceção na lei para pequenas propriedades. Aceita reduzir Área de Preservação Ambiental para pequeno produtor. Permissão para plantar em topos de morro, encostas de rios ou negociar anistia. A prorrogação do decreto para demarcar reservas algumas vezes é tratado por um viés em que o governo deixa de aplicar a lei e reduz exigências ao conceder mais tempo para que a lei entre em vigor.

- h) *Violência no Campo*: especulação se há relação entre mortes no campo e o clima das decisões sobre o Código no Congresso. As vítimas eram pessoas que denunciavam desmatamentos. Em certo aspecto, tem o viés de que as discussões sobre a reforma do Código Florestal poderiam agravar a situação da violência no campo. Conflitos agrários com morte de assentados rurais são tratados como assunto correlato às questões ambientais e indiretamente ao Código Florestal. Os ruralistas veem o assunto como oportunismo da área ambiental, uma vez que os mesmos consideram que a violência está relacionada à invasão de propriedades privadas no campo.
- i) *Protestos ambientais*: manifestações em defesa do meio ambiente por meio de cartas ou protestos, geralmente feita por estudantes, pesquisadores, artistas e organizações não governamentais.

2 - Eixo Conflito Político: quando o ângulo principal são os problemas que envolvem agentes políticos. De modo geral, os enquadramentos reunidos neste eixo são aqueles que discorrem sobre as questões do ambiente político como a falta de coesão na base aliada do governo, as discordâncias dentro do governo, a falta de acordo, os impasses ou derrotas. Em geral, a falta de entendimento entre grupos políticos, sejam ambientalistas ou ruralistas. As matérias deste eixo enquadram os temas “conflitos políticos” para que, em segundo plano, discorram sobre as questões da legislação ambiental. De modo geral, além das questões políticas, elas sempre irão descrever o que está em disputa em relação ao Código Florestal: as questões que causam impasse. Sendo estas, principalmente, a anistia (perdão das multas ambientais), a consolidação das áreas desmatadas, o tamanho das RLs, APPs e a proposta de repassar para o Estado o poder de legislar sobre o Meio Ambiente.

- a) *Conflito no Governo*: aborda problemas internos do governo. Dificuldade de estabelecer acordo com a base aliada (PMDB). As discordâncias ficaram acentuadas com a presidente Dilma Rousseff no governo, pois o PMDB reclamava da pouca representatividade do partido dentro do governo ao receber ministérios considerados sem importância. Este conflito é retratado como um dos problemas para a Presidente não conseguir apoio no Congresso para definir o Código Florestal. Destaque para a possibilidade de os partidos da base aliada poderem

“insurgir contra o governo” ou “uma rebelião na base aliada”. Apesar das discordâncias, dissonâncias e impasses estarem ligados diretamente ao PT e ao PMDB, partidos menores que faziam parte da base do governo (PP, PR) eram citados nas insatisfações da base aliada. Os parlamentares do PMDB desobedecem ao governo e se unem à oposição para derrotar governo, não votam junto com governo pautas consideradas importantes. Neste enquadre pode-se destacar descrições de problemas: 1) Dilma *versus* base aliada (PMDB); 2) Michel Temer *versus* Antônio Palocci; e 3) Michel Temer com dificuldade de se entender com Dilma Rousseff.

- b) *Governo Reverter Derrota*: quando o governo está perdendo ou é derrotado, ele ameaça barrar dispositivos da lei que não aprova, agindo com as seguintes estratégias: adiar negociação/ ameaçar vetar / barrar anistia / travar negociação. Em sinal de desautorização dos comandos da Presidente, sua base ajuda a votar e aprovar os dispositivos que o governo era claramente contrário em relação ao Código Florestal. Diante do protagonismo dos Ruralistas e das articulações para tramitação do PL que pedia mudança do Código Florestal, o governo agia adiando votações, ameaçando vetar e barrar dispositivos, e assim, travando as negociações. O Governo afirma que irá modificar a lei se código for votado com os artigos que ele desaprova. Neste enquadre a ação é imediata, o governo está perdendo ou perde e, imediatamente, reage anunciando que irá barrar os dispositivos, reverter artigos da lei com vetos ou com a criação de Medida Provisória.
- c) *Desvantagem para os Ruralistas*: trata-se de momentos em que o governo impõe suas propostas e, mesmo com os ruralistas demonstrando insatisfação, tentam negociar. Aparentemente, um certo recuo do grupo.
- d) *Vitória dos Ruralistas*: Quando o tema é tratado pelo viés em que os Ruralistas determinam o jogo e ganham ao conseguir que o projeto do Código seja aprovado na Câmara. Ou que diminui punições, ou que prorroga o decreto para a legislação entrar em vigor. Que derruba medidas contra o desmatamento. O governo cedendo para amenizar pressões da Bancada Ruralista. As propostas que contemplam ruralistas, como por exemplo: diminuir a área de reserva legal ou APPs, plantar em topos de morros, plantar árvores frutíferas nas margens de rios.
- e) *Discordância Ambientalistas e Governo versus ruralistas*: neste caso, são enfrentamentos. São apontadas as discussões e os posicionamentos ambientalistas e ruralistas que dificultam chegar a um consenso. Retrata uma situação de

enfretamento, de discussões, de falta de acordo, bate-bocas no Congresso. Falta de acordo, situação de impasse, de debate emperrado, discórdia, tensão, brigas, acusações e discordâncias entre o posicionamento ambientalista e ruralistas, das quais se podem extrair três situações: Ministro do Meio Ambiente *versus* Ministério da Agricultura; o governo (Presidente), representando uma posição ambientalista, diverge dos ruralistas; e Políticos Ambientalistas *versus* Políticos Ruralistas discutindo no Congresso. Reproduzindo uma disputa em que dois lados se enfrentam ou foco nas divergências em relação ao texto do Código, como a dificuldade de entrar em consenso em relação à anistia, APPs, RS e à emenda n.º 164, que passa a responsabilidade aos Estados em legislar sobre o tamanho das áreas a serem preservadas dentro das propriedades privadas.

f) *Concessão/Moeda de Troca*: Neste enquadre a ideia era de condição, ou seja, condicionar uma coisa em troca de outra para se chegar a um acordo. Às vezes, matérias davam a entender que ceder era uma alternativa para não piorar a situação. Neste enquadre temos várias situações. Destacamos algumas, por exemplo: para manter reservas e áreas de proteção, o governo demonstra que pode ceder alguns pontos da legislação para Bancada Ruralista. Outras situações poderiam ser:

- 1 - Ministério do Meio Ambiente propõe crédito, assistência, prazo maior e menos burocracia para que produtores se enquadrem na legislação e reflorestem as áreas dentro das suas propriedades;
- 2 - Quando o governo resolve ceder em alguns artigos (anistia para pequenas e médias propriedades). Texto da legislação em troca de não retroceder outros dispositivos da legislação (diminuir APPS e RLs);
- 3 - Quando a bancada ruralista trava votações de interesse do governo (*ex.*: Lei da Copa) e resolve que só darão andamento se o governo der andamento às votações do Código Florestal;
- 4 - Ruralistas aceitam mudar pontos no texto em favor da preservação para evitar mais desgaste ou conseguir dar andamento à tramitação com o texto do Código; e
- 5 - Prorrogar decreto de demarcação para não alterar os ânimos nas negociações.

g) *Repercussão Internacional*: A preocupação aqui é a imagem do país em relação ao meio ambiente. Definições sobre o Código Florestal podem ter uma

repercussão negativa como sujar, manchar ou arranhar a visão do Brasil. Diante da aproximação de eventos internacionais, a conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Copenhague, em 2009, e do evento da RIO+20, em 2012, o governo demonstra preocupação em relação as indefinições da legislação ambiental.

- h) *Estratégia de Conciliação/Fazer acordos*: em um tom de negociação o governo busca fazer acordos entre os interesses dos ruralistas e ambientalistas. A tentativa de conciliação é uma estratégia para agradar um pouco das demandas de cada lado para não ter que enfrentar novas disputas, ou mesmo derrotas, dentro do Congresso. Neste enquadre o veto parcial tem reclamações dos dois lados da disputa, alguns ruralistas aprovam e outros discordam das mudanças; o setor ambientalista acredita que Dilma atendeu a interesses de ruralistas, mas mesmo assim, acreditam que ela tirou o pior do pior.

Tentam avançar o debate e resolver as questões divergentes entre ruralistas e ambientalistas. Quando se está próximo de sancionar a lei em 2012, as notícias dispõem que a Presidente analisa vetar, pensa em vetar ou estuda vetar, pois depois que a Lei é votada, o enquadre exposto é de que Dilma estuda o veto parcial e, assim, e modificar a lei por meio de MP dado que, desta forma, seria possível modificar a lei e não ser derrotada pelo Congresso novamente.

3 - Eixo Entrave ao Setor Produtivo: quando as mudanças no Código Florestal são tratadas de uma perspectiva em que exalta os entraves enfrentado pelos produtores para desenvolver suas atividades rurais; insegurança jurídica por falta de uma legislação mais condizente com a realidade produtiva brasileira; e em alguns aspectos, afirma que a proteção ao meio ambiente também é interesse dos produtores rurais.

- a) *Restrição ao crédito rural impede acesso ao crédito*: a resolução do Banco Central que restringia o crédito para propriedades que não estavam em regularidade com a legislação ambiental é apontada como impedimento de acesso ao crédito. Neste enquadre os entrevistados dizem que a resolução pode acabar com a atividade econômica, uma vez que o setor produtivo agropecuário seria o segmento que mais depende de investimentos e precisa de crédito. Produtores que não estavam cumprindo a legislação ambiental ficam impossibilitados de acessar o crédito rural. Os argumentos dos produtores rurais é que o preço dos alimentos pode subir. Inflação e impedimento ao desenvolvimento da atividade econômica.

- b) *Insegurança Jurídica*: O Código Florestal causa insegurança jurídica, o instrumento legal abre margem para várias interpretações. A legislação não é muito clara sobre o que pode e o que não pode. Existem vácuos na lei.
- c) *Houve poupança ambiental nas últimas décadas*: ressalta que a tecnologia empregada na agricultura tem permitido aumentar a produtividade sem aumentar a área de produção, evitando assim, o desmatamento.
- d) Categoria – *Outros*: Matérias que não se encaixam em nenhuma das definições anteriores. O tema Código Florestal foi tratado de forma transversal em vários outros temas da época. Por exemplo, matérias que indicavam intrigas, seduções, rompimentos, dentre outros temas próprios deste ambiente político, entretanto, o assunto Código Florestal não era o assunto principal, sendo apenas associado aos problemas e desavenças políticas. Por isso, como será perceptível no próximo capítulo, houve uma quantidade considerável de matérias classificadas na categoria *outros*.

O *corpus* desta pesquisa é formado por 332 matérias. Para a criação das categorias de enquadramento, lemos 25% das matérias de cada jornal, sendo: 23 da FSP, 35 do OG, 7 do OESP e 18 do Valor. Assim, foram lidas 83 matérias das 332 que formam o *corpus* desta pesquisa. Após o resultado das categorias de enquadres, foram analisadas as 332 matérias e cada uma foi classificada em apenas um enquadramento.

5.5. Procedimentos para identificação das fontes

Para identificar as fontes tínhamos duas possibilidades de vozes encontradas nos textos, as diretas e indiretas. As “falas” diretas, são as que aparecem entre aspas ou com travessão indicador de fala do agente social. Neste caso, as frases são reescritas conforme o entrevistado as disse. Existindo, também, as “falas” indiretas, sendo a fala do entrevistado descrita pelo jornalista de forma livre. Esta citação vem com o nome do agente, indicado que a ideia manifestada foi dita por uma fonte, o qual aparece muitas vezes da seguinte forma: “segundo o parlamentar”, “conforme o Presidente”, “o produtor avalia”, “a ONG defende”, dentre outros. Não diferenciamos estas vozes, tanto as diretas quanto as indiretas foram contabilizadas como fontes.

No caso em que um personagem apareceu com voz direta e indireta em um mesmo texto, foi contabilizado a voz do sujeito apenas uma vez. Assim, cada agente social, por mais que aparecesse várias vezes em um mesmo texto, nós só contabilizamos

uma vez. Definiu-se este critério para contar a voz representativa de um personagem apenas uma vez por matéria.

5.6. Categorias de fontes

No que se refere à identificação das fontes, esta foi realizada da seguinte forma: durante a leitura flutuante de 25% das 332 matérias, realizou-se o processo de enumeração dos agentes. A descrição do cargo foi feita conforme a matéria identificava o sujeito, por exemplo: parlamentar da bancada ruralista, parlamentar ambientalista ou político da Frente Parlamentar Ambientalista. Desta forma, pudemos dividir os atores em políticos ambientalistas ou ruralistas. Esta categorização está detalhada no Quadro 7.

Importante salientar que notas e cartas descritas como sendo posicionamentos de uma pessoa, instituição ou movimento, não foram contabilizadas como fontes nas matérias analisadas.

Abaixo estão as categorias de vozes mais encontradas nas matérias:

Quadro 7 – Categoria das Fontes

		Fontes	Quem são?
Institucional Governamental	Política	Governo	Presidente da República e seus Ministros.
		Políticos Ruralistas	Quando o texto identifica o vereador, prefeito, governador, deputado ou senador como ruralista.
		Políticos Ambientalistas	Quando o texto identifica o vereador, prefeito, governador, deputado ou senador como ambientalista.
		Políticos Gerais	Quando o texto não identifica o vereador, prefeito, governador, deputado ou senador como ambientalista ou ruralista.
	Estado	Representantes de Órgãos do Estado ligados ao meio ambiente	Representantes ou funcionários de órgãos da esfera municipal, estadual e federal relacionados ao meio ambiente. Ex.: IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente.
Terceiro Setor		ONGS	Representantes de Movimentos Ambientais não governamentais – Vozes de representantes de

		instituições que não pertencem à órgãos do Estado, como por exemplo, SOS Mata Atlântica, WWF, Greenpeace, dentre outros.
Setor Produtivo	Associações de Produtores do Agronegócio	Representantes de Instituições ligadas aos Produtores Rurais Agronegócio, como por exemplo, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).
	Associação de Produtores da Agricultura Familiar	Representantes de Instituições ligadas aos Produtores Rurais da Agricultura Familiar, como por exemplo, a Confederação Nacional da Agricultura Familiar.
	Grande Produtor Rural (empresário)	Produtor classificado como do agronegócio. Geralmente é tratado como empresário ou fazendeiro.
	Pequeno produtor Rural	Proprietários de pequenas propriedades rurais podem ser classificados como produtores da agricultura familiar ou pequeno produtor.
Artistas	(Ator, cantor, músico, escritor)	Pessoas do meio artístico que se manifestam em relação ao Código Florestal, podem ser escritores, atores, músicos, dentre outros.
Técnica-científica	Especialista / Pesquisador/ SBPC	Pesquisadores de Universidades públicas ou de instituições voltadas ao meio ambiente.
	Outros	Agentes sociais que aparecem no texto e que não tinham relação com a literatura, ou apareceram de forma inesperada e poucas vezes no texto. Ou seja, não encaixam nas definições anteriores. Exemplos quantificados, funcionário de banco, advogado, contador, dentre outros.

As categorias *Governo, Políticos Ruralistas, Políticos Ambientalistas, Políticos Gerais e Representantes de Órgãos do Estado*, estão dentro de um conjunto no qual denominados Institucional Governamental.

Ainda sobre as categorias de fontes, faz-se necessário dizer que criamos a categoria chamada Políticos Gerais, que são aqueles agentes do campo político que não foram identificados nos jornais como ambientalistas ou ruralistas.

Destacando que, após a leitura flutuante, foram analisadas todas as 332 matérias, para verificar a frequência das fontes e os enquadramentos. No próximo capítulo apresentamos os resultados da pesquisa juntamente com as descrições.

6. RESULTADOS: DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL AO CONFLITO POLÍTICO

Os resultados desta pesquisa foram separados em seções para uma melhor visualização dos dados obtidos. Apresentamos exposições iniciais para descrever o contexto apresentado nos jornais. Isto se fez necessário para entender a conjuntura e as circunstâncias que foram descritas pelos veículos de comunicação. Logo após, apresentamos os resultados com as descrições das Fontes e dos Enquadramentos. Os resultados estão divididos da seguinte forma:

- Panorama Geral dos Enquadramentos Predominantes: 2008 a 2012;
- Enquadramento: Resultados por Jornais;
- Enquadramento: Resultado por Eixo;
- Primeiro Período: 2008 a 2010;
- Segundo Período: 2011 a 2012;
- Panorama Geral das Fontes Presentes nos textos;
- As Fontes nos Jornais: Resultados por Jornais;

Na perspectiva dos jornais FSP, OG, OESP e Valor notamos que houve uma certa diferenciação de como o assunto da reforma do NCFB foi tratado no Primeiro Período, 2008 a 2010, e no Segundo Período, 2011 a 2012. A separação dos enquadramentos em dois períodos aconteceu após obtenção de todos os resultados, no qual foi possível notar que havia uma diferenciação dos enquadramentos no que se refere aos anos de 2008 a 2010 e 2011 a 2012.

Faz-se necessário ressaltar que o *corpus* desta pesquisa é referente a um total de 332 matérias, sendo 91 da FSP, 142 do OG, 27 do OESP e 72 do Valor, nos quais foram identificadas um total de 646 vezes, sendo 146 da FSP, 282 do OG, 42 do OESP e 176 do Valor. Lembrando que deste material foram retiradas 21 categorias de enquadramentos e 12 categorias de fontes.

Sobre os enquadramentos faz-se necessário frisar que trabalhamos com enquadramentos predominantes. Isto significa que em uma única matéria você pode encontrar mais de um enquadramento, entretanto, nos atemos apenas em identificar o enquadramento que se mostrou centralizador de cada texto.

6.1. Panorama Geral dos Enquadramentos Predominantes: 2008 a 2012

A respeito do panorama geral dos enquadramentos, o gráfico 1 demonstra em números e porcentagens quais os enquadramentos predominantes mais presentes nos jornais FSP, OG, OESP e Valor, entre os anos de 2008 a 2012.

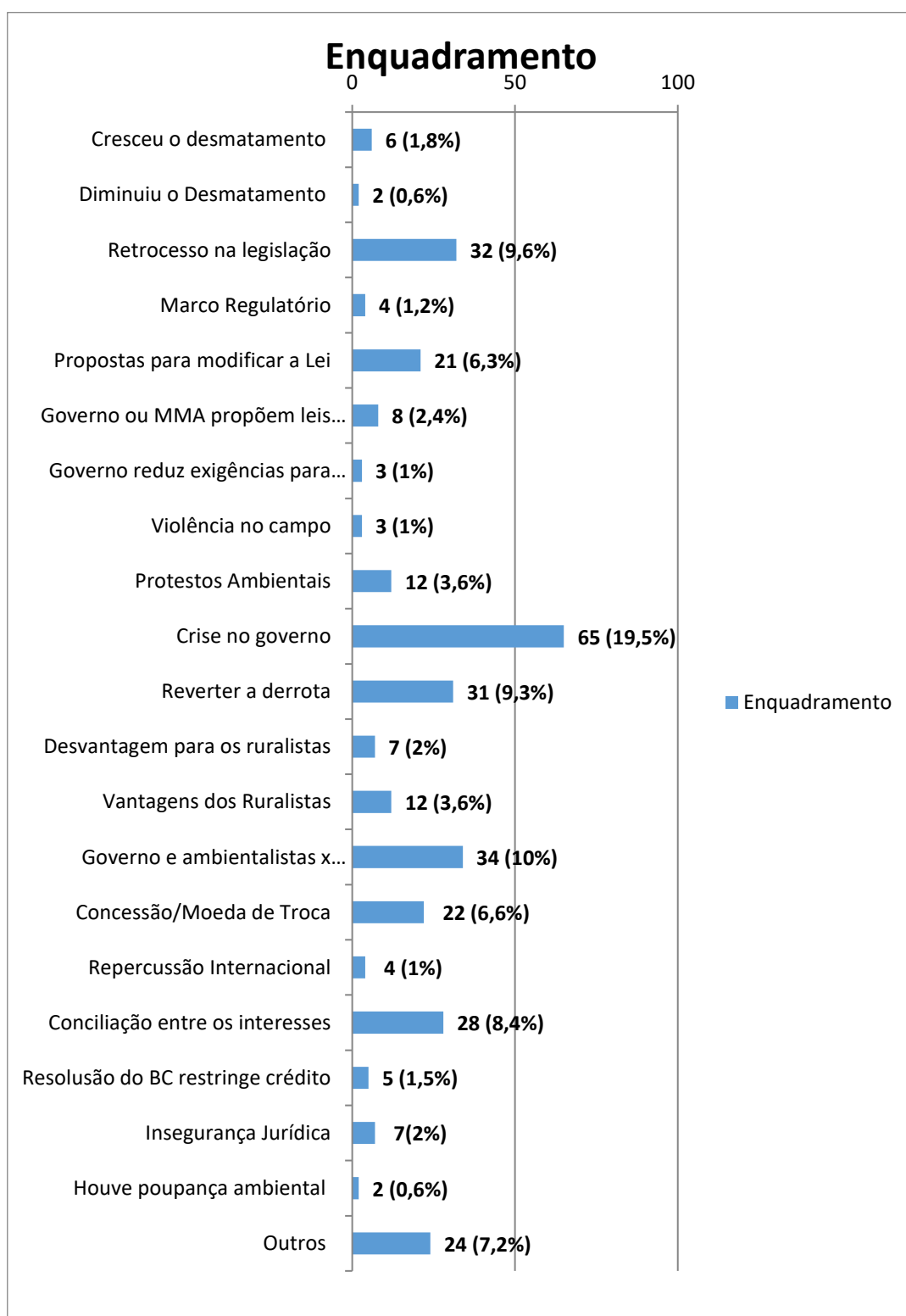


Gráfico 1 - Resultado dos Enquadramentos Predominantes

Os resultados dos enquadres serão apresentados individualmente em ordem decrescente de resultados.

Do total de 332 matérias analisadas nos quatro jornais impressos, podemos destacar que, com 65 matérias, o enquadre *Conflito no Governo* (19,5%) foi o mais apresentado pelos jornais. Neste enquadre o foco eram os problemas internos do Governo Dilma com sua base aliada. O Código Florestal foi tratado de forma secundária nestas matérias, no qual o padrão de apresentação da notícia estava na falta de coesão e disputas políticas. A Figura 1 demonstra este enquadre. Sobre o conflito, Hall *et al.* (1999) aponta que o confronto pode ser utilizado como pré-requisito ao observar um acontecimento, pois a partir deste enquadramento, procura-se cumprir os princípios do campo do jornalismo, como equilíbrio, ao ouvir as partes envolvidas na questão.

AVANÇO DO PT EM ESTATAIS...
Partido impõe derrotas ao PMDB na disputa por cargos, como na Saúde e no setor elétrico

...E NA CÂMARA
Redistribuição de cargos entre partidos confere dose novos cargos de natureza especial ao PT da Câmara

SEGUNDO ESCALAÇÃO
Passados cinco meses, Dilma não concluiu a montagem de governo. Aliados se queixam da centralização nas escolhas

LEGISLATIVO
Aliados afirmam que líderes do governo demonstram arrogância na negociação no Congresso

RETEÇÃO DE RECURSOS
Corte de R\$ 50,7 bilhões no Orçamento afeta emendas feitas pelos congressistas, entre eles os peemedebistas

DIVISÃO INTERNA NO PT
Nomenclaturas na Anvisa e Funcef acirram briga entre alas petistas

Código Florestal gera crise na base aliada do governo

Suspensão da votação explicita descompasso entre o PMDB e o Planalto

Henrique Eduardo Alves, líder do partido na Câmara, ameaça não votar nada até que se encerre a discussão

plena discussão. Para evitar que o fracasso se consumasse, o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), se comprometeu a não votar mais nada antes da conclusão do Código.

"Vou tentar ganhar esses dias não para mudar o plenário. Mas para mudar a posição do governo, que tem de respeitar o que esta Casa quer num dos momentos mais legítimos", discursou.

Ele questionou se a resistência do governo a fixar, em litígios em que o plenário em áreas de proteção já esteja consolidado.

PARALISAÇÃO
Mantida a ameaça do PMDB, a Câmara ficará paralisada ao longo da próxima semana, pois o presidente da Casa, Marco Maia (RS), e o líder do PT, Paulo Teixeira

(SP), viajaram ontem para a Costa do Sul, de onde só voltam no dia 20.

Eduardo Alves acompanhará o vice-presidente Michel Temer em viagem à Rússia até a quarta-feira. Sem os principais líderes na Casa, restariam ao governo os MPs.

Ostentou, o líder do governo na Câmara, Cláudio Vaccarezza (SP), disse que as medidas provisórias serão votadas e aponta que a promessa do PMDB não será mantida.

Já o ministro das Relações Institucionais, Luis Sérgio, atribuiu o discurso a um momento de "desgaste físico e emocional".

Só que Eduardo Alves reiterou a ameaça feita anteriormente: "Se tentasse votar a SUI (MP que inclui as obras da Copaj) antes de um entendimento, a Casa não vai querer votar, nem o PMDB. Nesse

clima de frustração, poderia ter uma reação de não votar".

A interrupção em plenário evidenciou a desarmonia do PT. Na noite de quarta, Paulo Teixeira recebeu um texto mais-durinho-com-convulsões.

Horas depois, apoiou o projeto apresentado pelo senador Aldo Rebelo (PC do B-SP) sem saber que fora flexibilizado. No plenário, protestou contra as mudanças: "O acordo do PT é com o texto que recebemos às 21h", reafirmou ontem.

Hoje, 11 medidas provisórias tramitam a pauta da Câmara. Sete delas só têm validade até o dia 1º de junho.

A mais sensível ao governo é a SUI, que dribla parte das regras da Lei das Licitações para as obras da Copa e das Olimpíadas.

COPIA SEMPRE, NÃO TEM NÚMERO (LEI DA COPA E DAS OLIMPÍADAS)

88 deputados na Câmara
15 senadores
17 ministros

79 deputados na Câmara
19 senadores
6 ministros

Aldo diz estar 'arrependido' de críticas a Marina

permissão a rebelião natalista —que por pouco não votou a emenda da oposição e derrotou o governo.

Ele negou ter suspenso o projeto de última hora no relatório. "Ah! as pedras soltam quais estam as

DE SÃO PAULO
SE REBELLO

O relator do texto do C

Figura 1 – Código Florestal gera crise na base aliada do governo.
Jornal FSP, publicado no dia 13 de maio de 2011, na editoria Poder.

O primeiro parágrafo da matéria acima diz “A suspensão da votação do Código Florestal explicitou, na madrugada de ontem, a dissonância interna do PT e a crise com o PMDB....”. Notamos que esta matéria da FSP aponta os problemas políticos, ou seja, os *Conflitos no Governo* e o tema Código Florestal se torna apenas um disparo para os

desentendimentos que estavam acontecendo dentro do Governo. Este padrão foi o mais persistente dos pesquisados. O tema da legislação ambiental é o assunto secundário diante dos problemas que acontecem na esfera política. Algumas matérias que estão neste enquadramento chegam a aprofundar nas “polêmicas” que estão em torno da votação da reforma do NCFB, ou seja, a questão das RLs e APPs. Entretanto, de forma secundária, pois o tema centralizador, como já explicado, é a crise interna do governo com sua base. Este enquadramento é o que obtêm maior número de matérias e só aparece nos anos 2011 a 2012 quando a Presidente Dilma Rousseff está na presidência. Associamos ao mandato da Presidente citada, uma vez que as notícias pontuavam o posicionamento inflexível da mesma em relação as decisões sobre o NCFB.

Em específico, os jornais descreviam que a presidente Dilma Rousseff, devido a promessas de campanha, na qual se comprometeu com o eleitorado a proteger o Código Florestal, se posicionava contra algumas alterações da legislação. A posição da presidente publicada pelos jornais pode ser pontuada da seguinte forma: não dar anistia (perdão das multas) a grandes propriedades, sendo mais flexível com as pequenas propriedades do país; não permitir a consolidação de plantações e pastos nas margens de rios; não repassar para os estados o poder de legislar sobre atividades agropecuárias em áreas que devem ser preservadas vegetações nativas. Os jornais retratam um posicionamento firme e inflexível do governo sobre as questões citadas, entretanto, os acontecimentos políticos retratados pelos veículos demonstram que o governo foi levado a fazer concessões, gradativamente, durante o processo de discussão e negociação do NCFB.

Na sequência temos *Governo/ambientalistas versus Ruralistas* com 34 matérias (10%). Neste enquadre, permanece o padrão em que os conflitos são os temas centrais, entretanto, há um viés de enfrentamento entre os interesses. O foco é nas discordâncias. Podemos falar aqui em contenta, provocações, disputa, falta de acordo, impasse, tensão, debate emperrado ou dificuldade de entrar em consenso. Neste enquadre se reproduz uma disputa em que dois lados se enfrentam em posições contrárias em relação à legislação ambiental. Temos o Código como um tema central de uma disputa, entretanto, as dissonâncias entre as partes ganham um destaque maior. As dificuldades em entrar em consenso estavam relacionadas a anistia, APPs, RLs e emenda n.º 164. Esta última passaria ao Estado o direito de legislar sobre o tamanho das áreas a serem preservadas pelas propriedades privadas do país. É preciso ressaltar que o Governo era contra a anistia (perdão das multas) e a diminuição das áreas de vegetação, a permissão do uso de pastagens e plantações em áreas proteção ambiental. A única exceção do Governo era

para as pequenas propriedades. Como será visto adiante, devido a vários problemas internos e falta de apoio da base aliada, o governo foi cedendo gradativamente as pautas defendidas pela bancada ruralista.

Disputa por controle de comissão impede mudanças no Código Florestal

Parlamentares ruralistas e ambientalistas trocam acusações na Câmara

Catarina Alencastro

• BRASÍLIA. A comissão especial criada na Câmara para discutir mudanças no Código Florestal tem hoje sua terceira reunião, em mais uma tentativa de eleger o presidente, os vices e o relator, tarefa fracassada nos encontros da última semana. Os ruralistas indicaram o deputado Moacir Michelto (PMDB-PR) para presidir a comissão. A indicação da relatoria cabe ao presidente, mas os ruralistas também sugerem que Aldo Rebelo (PCdoB-SP) seja o relator.

Os ambientalistas não concordam com os nomes e temem que o setor do agronegócio domine a comissão, instalada para analisar um projeto de lei de 1999, de autoria do então deputado Sérgio Carvalho, que regulamenta o que é Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal e exploração florestal.

Como não vê, num hori-

zonte próximo, a perspectiva de que os dois lados entrem em acordo, o líder do PV, deputado Edson Duarte (BA), ameaça abandonar a discussão antes mesmo de ela, de fato, começar.

— Os ruralistas querem se apoderar da comissão, tanto da presidência quanto da relatoria, para manter o controle e dismantlar o Código Florestal. Se for assim, vamos nos retirar da comissão, porque aí será uma jarsa — reclama.

Ele acusa os representantes do agronegócio de já terem pronto um relatório que relaxa as regras de proteção aos recursos naturais. A comissão apenas carimbaria esse relatório.

— Vamos ter que buscar o nome de Jesus Cristo para ver se os ambientalistas concordam. Eles sempre acharam que a questão ambiental só pode ser debatida por eles. Na comissão, estão fugindo da discussão — diz Valdir Colat-

to, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Segundo Colatto, os ambientalistas reclamam dos nomes até agora apresentados, mas nunca se dispuseram a conversar nem apresentaram um nome alternativo. O deputado Sarney Filho (PV-MA) nega essa versão e diz que seu nome fora apresentado para a relatoria.

Código Florestal, de 1965, está no epicentro da crise

O epicentro da briga gira em torno da flexibilização do Código Florestal, de 1965. Enquanto os ambientalistas querem que a legislação se mantenha inalterada, os ruralistas defendem que os estados possam definir o tamanho da área a ser preservada, liberando o restante para a produção. Partindo desse entendimento, Santa Catarina aprovou um novo código ambiental estabelecendo que pequenos produtores podem plantar em áreas até dez metros distantes dos rios. Segun-

do o Código Florestal, é proibido o cultivo a menos de 30 metros das margens dos rios, consideradas APPs.

A bancada ruralista argumenta que o Brasil deve aproveitar o potencial de ampliação de suas áreas agricultáveis e, assim, aumentar a produção de alimentos.

— Pela Constituição, estados e municípios têm direito de legislar concorrentemente com a União. O Ibama não dá conta de tudo, tanto que tem esse monte de desmatamento ilegal. Cada estado vai planejar e definir o que é melhor. O Brasil não pode abrir mão de seu solo para produzir, porque isso é uma riqueza enorme — avalia Colatto.

— Os setores mais avançados do agronegócio no mundo todo estão fazendo acordos que vão na direção contrária do que os ruralistas querem — afirma Nilo D'Ávila, coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace. ■

Figura 2 – Disputa por Controle em Comissão impede mudanças no Código Florestal. Jornal OG, publicado no dia 6 de Outubro de 2011 na editoria País.

A categoria de enquadramento *Retrocesso na Legislação*, com 32 matérias (9,5%), segue um padrão de defesa da vegetação nativa nas propriedades privadas. São críticas a partir do ponto de vista de uma fonte que foi entrevistada em que há uma manifestação contrária às mudanças do Código Florestal.

O enquadramento *Estratégia de Conciliação* apareceu em 28 matérias (8,4%). Neste enquadre o padrão centralizador converge para uma negociação do governo com os Ruralistas, tenta atender interesses deste grupo e interesses de cunho ambientalista. A intenção é distencionar o conflito, evitar mais desgastes. Enfim, o governo está querendo fazer um acordo para que os impasses sobre a legislação ambiental sejam resolvidos.

O enquadramento *Reverter a Derrota*, com 31 matérias (9,3%), possui a ideia de que o governo está perdendo ou já perdeu, mas que irá dar a “resposta”. Isto é, irá reverter

o processo. Este é um enquadramento que só aparece no período de 2011 a 2012. Interessante voltar a lembrar que os jornais evidenciaram o posicionamento da Presidente Dilma em não “abrir mão” de algumas questões, pois a Presidente era contra a anistia, a consolidação das áreas desmatadas e a passar para os Estados o poder de legislar sobre o meio ambiente. Assim, neste enquadre, é evidenciado que o governo não irá “entregar o jogo”, pois a ação é imediata. Ao mesmo tempo que o texto afirma que o governo está perdendo, na sequência, há afirmação de que o governo irá barrar ou vetar os dispositivos da lei. Neste enquadre havia uma lógica: ação e reação. Por exemplo, o governo está perdendo e diz que vai vetar ou barrar dispositivos que desaprova; ou de outra forma, o governo perdeu e diz que vai vetar ou barrar dispositivos que desaprova.

É preciso ressaltar que a categoria *Outros* obteve um número expressivo, com 24 matérias (7,2 %). Isso se justifica por termos pesquisado um período longo, de 2008 a 2012, em que as representações podem variar com diversos outros temas, por exemplo, temos nesta categoria diversas matérias que citam a reforma do NCFB de forma secundária, no qual não há relação com os enquadres criados. São matérias que falam de dificuldades do governo com outros grupos, como por exemplo, com a Bancada Religiosa ou a corrida presidencial de 2010. O código não é um tema nessas matérias, mas um assunto citado dentre vários outros. Para categorizá-los, seria necessário considerar os enquadramentos secundários e criar mais enquadres. Neste tipo de matéria, muitas vezes o código é citado apenas em figuras, gráficos ou em uma ilustração criada para citar os problemas enfrentados pelo governo sem nenhuma contextualização sobre o tema do Código Florestal. Além disso, há matérias sobre ações do exército na Floresta Amazônica, dentre outras.

Na sequência, o enquadramento *Moeda de Troca*, com 22 matérias (6,6%), demonstra que o governo e ruralistas em negociação usavam os pontos que estavam sendo discutidos na reforma do NCFB e condicionavam uma coisa à outra. Quando não usavam pontos do próprio texto para barganhar, trocar e decidir o que saía e o que permanecia na legislação ambiental, utilizavam artigos da lei como moeda de troca em outros temas. Por exemplo, a aprovação da Lei da Copa foi bastante usada por ruralistas para negociar com o governo. Assim, os grupos na disputa condicionavam uma coisa em troca de outra.

Código Florestal: nova barganha ruralista

Bancada quer trocar emenda dos rios temporários por suspensão de multa

FERNANDA KRUKOVICS
fernanda@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA Os senadores voltam na segunda-feira para mais uma semana de esforço concentrado, em meio à campanha para a eleições municipais, com o propósito de retomar a votação da Medida Provisória do Código Florestal. Agora, porém, os ruralistas estão usando uma alteração aprovada por eles no texto, o fim das áreas de proteção dos rios temporários, que secam parte do ano, como barganha para conquistar pontos não aceitos pelo governo.

A emenda que retira de mar-

gens de rios temporários a condição de área de preservação permanente foi aprovada em comissão do Congresso e é considerada um desastre pelo Planalto. Os ruralistas aceitam abrir mão dessa medida em troca três outros pleitos: a suspensão de multas aplicadas a quem desmatou ilegalmente até julho de 2008; a liberação de projetos de irrigação em terras protegidas; e aumento do perímetro que pode ser explorado no entorno das veredas.

Três meses depois de a presidente Dilma vetar trechos do novo Código Florestal que reduziam a proteção ambiental, o Planalto vê a repetição do impasse, com tintas mais fortes. Se antes produtores rurais aprovaram anistia para quem desmatou ilegalmente, agora querem liberar novos desmatamentos. ●

Figura 3 – Código Florestal Nova Barganha de Ruralista.
Jornal OG, publicado em 25 de Agosto de 2012, na editoria País.

Na ordem dos enquadramentos com mais números de matérias está *Ruralistas Propostas para Modificar a Lei* com 21 textos jornalísticos (6,3%). Nesta categoria temos as inúmeras tentativas de apresentação de proposições legislativas da Bancada Ruralista para modificar a lei. São propostas que visavam deixar a lei mais flexível e menos restritiva do ponto de vista dos produtores rurais. Podemos colocar como exemplo os pedidos de modificação das regras quanto às faixas de recuperação da APPs e RLs, visam anistia, ou seja, modificar leis. Os ruralistas costumam acordos com outros partidos para votar o código. Na figura abaixo demonstramos em uma matéria, de 30 de maio de 2012 da editoria de Política do jornal Valor, em que a Bancada Ruralista se articula e propõem modificações na legislação.

Congresso Parlamentares questionam constitucionalidade da medida

Ruralistas já têm prontas 50 emendas à MP 571

Tarso Veloso
De Brasília

A bancada ruralista da Câmara dos Deputados deve atrapalhar as discussões e o andamento da Medida Provisória 571. A Frente Parlamentar da Agropecuária deve apresentar quase 50 emendas ao texto, que visa suprir espaços deixados com os 12 artigos da presidente Dilma Rousseff no novo código. Além disso, os parlamentares querem ir com um mandato de senença no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que a MP é inconstitucional.

O setor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já elaborou cerca de 50 emendas que devem ser apresentadas pelos parlamentares até sexta-feira, informou o presidente da FPA, deputado Moreira Mendes (PSD-RO). "Vamos propor várias mudanças ao texto. Meu partido, por exemplo, deve apresentar uma emenda para tentar chegar a um meio termo entre o que foi aprovado na Câmara e no Senado", disse Mendes.

Além disso, Moreira disse que alguns parlamentares querem entrar com um mandato de senença contra a medida provisória. O argumento principal da ação será que a MP foi editada antes de todas as etapas do processo de análise do Código Florestal tivessem sido esgotadas, pois ainda haverá discussão no Congresso em relação aos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff. "Isso é desrespeito. O governo quer legislar em cima de algo que já foi decidido pela Câmara", disse o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que se dispôs a assinar um mandato.

Até o fechamento desta edição alguns parlamentares já haviam sido escolhidos para compor a comissão especial mista da MP. Dos 18 nomes, quatro já haviam sido confirmados. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) será o relator. Além dele, já haviam sido definidos os deputados federais Elvino Bohn Gass (PT-RS), para presidir a comissão, Paulo Piau (PMDB-MG) e Edinho Araújo (PMDB-SP).

Ontem à tarde, Luiz Henrique já havia se reunido com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para discutir a tramitação da matéria. O senador já avisou que mudará "apenas o mínimo possível" do texto que foi encaminhado pelo governo.

Luiz Henrique foi relator do código em três comissões do Senado e é homem de confiança da ministra Izabella Teixeira.

Bohn Gass é ligado à agricultura familiar, setor que Dilma quer beneficiar com a MP. Além disso, o governo retocou o texto publicado na segunda-feira, permitindo o plantio de espécies exóticas na recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) apenas aos pequenos produtores. Antes da mudança, a medida permitia que todos os proprietários utilizarem variedades exóticas na recomposição das áreas verdes. Agora, somente propriedades de até quatro módulos fiscais estão autorizadas a usar essas espécies.

A comissão pode ser instalada amanhã e terá 60 dias, prorrogáveis por mais 60, para apreciar a MP. O prazo para apresentar emendas vai até segunda-feira. A estratégia da bancada ruralista é fazer pequenos ajustes numa lei que eles já veem como favorável.

Figura 4 – Ruralistas já tem Prontas 50 Emendas a MP 571³⁶.
Jornal Valor, publicada em 30 de Maio de 2012.

Quanto aos enquadres que aparecem em menor número, temos o *Protestos Ambientais*, com 12 matérias (3,6%), que são, em sua maioria, textos que descrevem atos nas ruas, na internet e no Congresso Nacional com pedidos de Veta Dilma!. As vozes de artistas só aparecem neste enquadre com pedidos de veto às mudanças no Código Florestal. Dessas matérias, apenas 1 abordou o protesto que pedia Não Veta, Dilma! Tratava-se de uma campanha na internet encampada por setores ligados ao agronegócio e políticos ruralistas. De acordo com Medeiros (2012) a Campanha Sou Agro defendia que a nova legislação ambiental teria incentivos à preservação do meio ambiente. A respeito deste assunto, havia na época uma reclamação da senadora Kátia Abreu de que o termo "ruralistas" estava sendo empregado de forma pejorativa, ou seja, com um sentido negativo. Nesta visão o agronegócio estava sendo visto como um vilão. Dispomos a figura

³⁶ A imagem do Jornal Valor Econômico foi feita por meio de um *printscreen* da página. Devido aos limites da página disponível no site deste veículo, a imagem saiu com espaços que impediam a visualização por completo da matéria.

5, que demonstra a única matéria de protestos que abordava a Campanha *Não Veta, Dilma!*.

Lei florestal ganha apoio de ruralistas na internet

Campanha 'Não veta' corre nas redes sociais

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Uma campanha lançada nesta semana na internet defende que o Código Florestal aprovado pela Câmara no final de abril seja sancionado na íntegra pela presidente Dilma Rousseff.

Em reação à campanha ambientalista "Veta, Dilma", o movimento "Não Veta, Dilma", com perfil no Twitter e site (www.naovetadilma.com), começou a divulgar e-mails na última quarta-feira.

A mensagem apela ao bolso: "Não veta, Dilma, ou o preço da comida vai subir".

O texto diz que 61% das matas nativas estão preservadas, e que o país "produz uma das melhores e mais baratas comidas do mundo".

Apesar de não identificar os organizadores —o perfil do Twitter não respondeu contato feito pela reportagem—, o movimento já tem similares pela internet (como o "Aprova tudo, Dilma", no Facebook) e é apoiado por representantes ruralistas.

Os números do material, por exemplo, são idênticos aos divulgados pela CNA, que afirmou, via assessoria, que o "Não Veta, Dilma" se alinha às propostas da entidade.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, com 268 membros, pretende, na semana que vem, começar a encampar os bordões "Não veta, Dilma" e "Aprova tudo, Dilma".

Figura 5 – Código Florestal ganha Apoio de Ruralistas na Internet.

O que nos despertou uma curiosidade a respeito desta campanha Sou Agro, pois atualmente, temos uma campanha positiva do agronegócio brasileiro, no qual os termos usados são: Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo. Seria esta campanha um

desdobramento da campanha Sou Agro numa tentativa de ressignificar o agronegócio por um outro enquadramento? Procuramos respostas em trabalhos científicos, entretanto, não encontramos nada que faça referência direta ao assunto.

O enquadramento *Vantagens dos Ruralistas*, com 12 matérias (3,5%), descreve situações em que, durante a tramitação do relatório do Código, os políticos da Bancada Ruralistas conseguem aprovar em comissões artigos que beneficiam seu grupo: são artigos de anistia, diminuir APPs, RLs, direito a plantar em topos de morros, dentre outros. De certo modo, estas matérias mostram o governo cedendo para amenizar tensões e conflitos políticos.

Ruralistas vencem primeira batalha

Eles vão comandar subcomissão criada para mudar o Código Florestal

• BRASÍLIA. Os ruralistas ganharam ontem o primeiro embate contra os ambientalistas na subcomissão especial criada na Câmara para discutir mudanças no Código Florestal. Depois de muitas tentativas dos verdes de barrar a comissão, foram enfim eleitos os comandantes do debate. Para a presidência foi escolhido o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), da banca-

da ruralista. Como relator foi escolhido o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que também não tem o apoio dos ambientalistas. Eles alegam que Aldo já se posicionou contra a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol e defende os transgênicos.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), alinhado aos verdes, disse que é um erro político a

criação dessa comissão.

— Não deveria nem ter sido instalada. Ela tem como objetivo revogar a legislação ambiental brasileira. Coloca a raposa para tomar conta do galinheiro — comparou.

Minoria esmagadora, os ambientalistas se queixam que o debate ficará concentrado nas mãos dos parlamentares ligados à agricultura e à pecuária. A po-

sição desse setor é passar para os estados a autonomia de definir o quanto deve ser preservado e quanto pode ser liberado para a produção de alimentos.

O presidente da comissão disse que quer ouvir todos os 27 estados. Para ele, o exemplo a ser perseguido é o de Santa Catarina, que aprovou um código ambiental menos restritivo que o Código Florestal Brasileiro. ■

Figura 6 – Ruralistas Vencem Primeira batalha.
Jornal OG, publicado no dia 15 de Outubro de 2009, editoria País.

A categoria *Governo Propõe Leis Mais Rígidas*, com 8 matérias (2,4%), mostra o sentindo de endurecer as regras ambientais, ou seja, colocar em prática a legislação ambiental. Em alguns momentos o Ministério do Meio Ambiente, sobretudo quando Marina Silva e Carlos Minc estiveram respondendo pela pasta nos anos de 2008 a 2010, tentaram colocar o Código Florestal de 1965 em prática.

Com 7 matérias temos o enquadramento *Desvantagem para os Ruralistas* (2%), que se trata de momentos em que o governo impõe suas propostas e, mesmo demonstrando insatisfações, os ruralistas tentam negociar. Existe aqui até um certo recuo do grupo dos ruralistas.

Também, com 7 matérias (2%) a *Insegurança Jurídica* foi um padrão que estava nos argumentos dos ruralistas, como enquadre predominante foi pouco disposto em matérias. São as incertezas da lei causando insegurança aos produtores.

O enquadramento *Cresceu o Desmatamento*, com 6 matérias (1,8%), são matérias que apresentam os números do desmatamento no país. Este foi um assunto

tratado de forma secundária em diversas matérias durante o período pesquisado nos jornais. Entretanto, como enquadre predominante, apareceu apenas na porcentagem indicada acima.

Com 5 matérias (1,5%), a *Resolução do BC Restringe Crédito* foi um enquadramento pouco encontrado de forma predominante. Entretanto, era um argumento bastante utilizado por políticos ruralistas ao falar dos prejuízos para agricultura. Interessante destacar que o foco do problema seria a legislação que estava cerceando o setor do agronegócio. Por outro lado, poderíamos questionar de forma oposta, dizendo que o problema estava no setor ruralista que não vinha cumprindo a lei. Assim, o problema não seria a restrição ao crédito, mas o setor que não estava cumprindo as regras ambientais. Este questionamento não foi colocado em voga, é uma suposição dos pesquisadores deste trabalho.

O enquadramento *Marco Regulatório* apresentou 4 matérias (1,2%) que são defesas do ponto de vista de produtores que defendem a modernização (mudança) na legislação.

No enquadramento *Repercussão Internacional*, também com 4 matérias (1,2%), mostra que o foco é a imagem da Presidência da República diante de um sentimento negativo que as mudanças na legislação ambiental poderiam criar para o Brasil. Este enquadre apareceu vários momentos de forma secundária, mas de forma predominante apareceu poucas vezes.

Com 3 matérias (1%), temos o enquadramento *Governo Reduz exigências para pequenas Propriedades*. Esse era um posicionamento defendido pelo governo, no qual flexibilizaria a legislação apenas para pequenas propriedades rurais. Contudo, como enquadramento predominante apareceu poucas vezes nas matérias.

No que se refere à *Violência no Campo*, com apenas 3 matérias (1%), pode-se notar nos jornais que haviam várias repercussões de denúncias de violência no campo. Entretanto, apenas 3 matérias fizeram ligação com o tema do Código Florestal. Havia suposições de que mortes no campo poderiam estar relacionadas ao clima de tensão que envolvia o debate sobre o Código Florestal.

O enquadramento *Diminuiu o Desmatamento* apresentou 2 matérias (0,6%). Nestes textos temos fontes oficiais que destacam a queda nos números do desmatamento.

E, por fim, *Houve Poupança Ambiental na Últimas Décadas*, com 2 matérias (0,6%), descreve que a tecnologia empregada nas últimas décadas tem permitido aumentar a produtividade sem aumentar a área de produção.

Nesta seção ficou evidente que o resultado geral dos jornais apresentou um grande número de matérias com enquadramentos predominantes voltados para temas especificamente do campo político, tais como conflitos, confrontos, enfrentamentos, moeda de troca, ou seja, questões relacionadas às lutas e conquistas do campo da política. Com isso, as observações culturais do campo do jornalismo foram para as definições das disputas de poder do campo da política.

No que se refere aos enquadramentos nos quais os contextos falam de conflito, divergência ou enfrentamentos Hall *et al.* (1999) afirma que estes tipos de informação ajudam a dar noticiabilidade a matéria jornalística. “De facto, a construção de um tópico em termos de debate no qual há oposições e conflitos é também uma forma de dramatizar um acontecimento para reforçar sua noticiabilidade” (HALL *et al.*, 1999, p. 230).

De modo geral, o tema do NCFB se transformou em um pivô das disputas do espaço político daquela época. Ressaltando mais uma vez que, apesar dos enquadramentos predominantes estarem ligados aos conflitos políticos, de forma secundária os temas que estavam em discussão no código florestal, tais como, anistia, definição de tamanho de APPs e RLs, consolidação das áreas desmatadas eram tópicos tratados nos textos, mas em segundo plano.

Assim, definimos que há uma sequência de contexto em cada enquadramento predominante encontrado. A partir do que Entman (1993, p. 52) definiu, os enquadramentos podem indicar *problemas, causas, soluções e julgamentos morais*. Com isso, podemos definir a partir das análises das notícias sobre o Código Florestal que há uma dependência do contexto ao identificar os enquadramentos.

É uma estrutura de dependência em que uma informação pede outra informação por dependência. No caso desta pesquisa temos o enquadramento *Governo Reverter Derrota*, por exemplo, que falava que o governo estava perdendo ou tinha perdido a disputa e depois apontava para o tema do Código Florestal, suas definições em relação aos artigos da lei, o que estava em disputa, o posicionamento dos políticos ruralistas e políticos ambientalistas. A sequência pode não aparecer necessariamente em ordem, sendo invertida a informação - primeiro a causa e depois o problema - mas sempre terá o mesmo contexto.

6.2. Enquadramento: Resultado por Jornais

Nesta seção apresentaremos os resultados dos enquadramentos de cada jornal e Eixos Temáticos. Os dados podem ser visualizados na Tabela 1, no qual é possível

perceber que há uma concentração de enquadramentos no Eixo *Conflito Político*. Assim como as fontes já demonstraram concentração dos agentes do campo político, nos enquadramentos, encontramos a confirmação do campo político na definição dos enquadramentos sobre a legislação ambiental.

Tabela 1: Enquadramento: Resultado por Jornais

	Enquadramentos	FSP	OG	OESP	Valor	Total
Eixo Temático Legislação Ambiental	Cresceu o desmatamento	-	6 (4,2%)	-	-	6
	Diminuiu Desmatamento	-	2 (1,4%)	-	-	2
	Retrocesso na Legislação	10 (11%)	19 (13%)	2 (7,4%)	1 (1,4%)	32
	Marco Regulatório	1 (1%)	2 (1,4%)	-	1 (1,4%)	4
	Ruralistas propostas de modificar a lei	4 (4,3%)	9 (6,3%)	-	8 (11%)	21
	Governo ou MMA propõem leis mais rígidas	6 (6,6%)	1 (0,7%)	-	1 (1,4%)	8
	Governo reduz as exigências para pequenas propriedades	2 (2%)	-	-	1 (1,4%)	3
	Violência no campo	-	2 (1,4%)	1 (3,7%)	-	3
	Protestos Ambientais	7 (7,7%)	4 (4,2%)	1 (3,7%)	-	12
Eixo Temático Conflito Político e Legislação Ambiental	Conflito no governo	12 (13%)	22 (15,5%)	15 (55,5%)	16 (22,2%)	65
	Governo Reverter a Derrota	11 (12%)	15 (10,5%)	2 (7,4%)	3 (4,1%)	31
	Recuo/Derrota dos Ruralistas	-	4 (2,8%)	-	3 (4,1%)	7
	Vitória dos Ruralistas	5 (5,5%)	6 (4,2%)	1 (3,7%)	-	12
	Discordância Governo/ ambientalistas <i>versus</i> ruralistas	5 (5,5%)	18 (12,6%)	1 (3,7%)	10 (13,8%)	34
	Concessão /Moeda de troca	5 (5,5%)	8 (5,6%)	-	9 (12,5%)	22
	Repercussão Internacional	2 (2%)	2 (1,4%)	-	-	4
	Estratégia de Conciliação	7 (7,7%)	11 (7,7%)	-	10 (13,8%)	28

Eixo Temático: Entrave ao Setor Produtivo e Legislação	Resolução do BC restringe o crédito	2 (2%)	3 (2,1%)	-	-	5
	Insegurança Jurídica	5 (5,5%)	1 (0,7%)	-	1 (1,4%)	7
	Houve poupança ambiental nas últimas décadas	2 (2%)	-	-	-	2
	Outros	5 (5,5%)	7 (4,9%)	4 (14,8%)	8 (11%)	24
	Total	91	142	27	72	332

O OG foi o veículo com o maior número de matérias. Das 142 matérias, notamos uma concentração no Eixo temático Conflito Político, no qual o enquadramento *Conflito no Governo* teve 22 (15,5%) matérias, 15 (10,5%) em *Governo Reverter a Derrota* e 18 (12,6%) em *Discordâncias entre Governo/Ambientalistas versus Ruralistas*. No Eixo Temático Meio Ambiente e Legislação, este jornal foi o veículo que apresentou o maior número de enquadramentos, destaque para o enquadre *Retrocesso na Legislação* com 19 (13,3%) e *ruralistas propostas para Modificar a Lei* com 9 (6,3%). Este foi o único veículo que deu um enquadramento próprio à questão do *Aumento do Desmatamento* com 6 (4,2%), abordando também a *Diminuição do Desmatamento* com 2 (1,4%) das matérias. O Eixo Entrave ao Setor Produtivo apresentou o enquadre *Resolução do BC Restringe o Crédito* com 3 (2,1%) matérias e 1 (0,7%) no enquadramento *Segurança Jurídica*.

No Jornal FSP foram coletadas 91 matérias, das quais apresentaram concentração no Eixo Conflito Político. No Enquadre *Conflito no Governo* foram 12 (13%) matérias e 11 (12%) em *Governo Reverter a Derrota*. No Eixo Temático Legislação Ambiental, o destaque está no enquadre *Retrocesso na Legislação* com 10 (11%) matérias. Já no Eixo Entrave ao Setor Produtivo o enquadramento com mais matérias foi o *Insegurança Jurídica* com 5 (5,5%) das matérias.

Seguindo a tendência, o Jornal OESP também apresentou dados parecidos com os jornais anteriores, apesar de ter sido o veículo com o menor número de matérias, 27 no total. As matérias ficaram concentradas no Eixo Temático Conflito Político, no qual o enquadre *Conflito no Governo* apresentou 15 (55,5%) das matérias, já o *Governo Reverter a Derrota* apresentou 2 (7,4%). Este foi o jornal com a menor diversidade de enquadramentos. No eixo Entrave ao Setor Produtivo o jornal OESP não apresentou nenhuma matéria classificada. O enquadre *Retrocesso na Legislação* que apresentou um

número elevado de publicações nos jornais FSP, OG e Valor, apresentou apenas 2 (7,4%) matérias no OESP.

O Valor Econômico apresentou um total de 72 matérias, sendo que a maior concentração está no Eixo Conflito Político, nas quais 16 (22%) matérias foram no enquadre *Conflito no Governo*, 10 (13,8%) matérias no enquadre *Discordâncias entre os interesses do Governo/Ambientalistas versus Ruralistas* e 10 (13,8%) matérias em *Estratégias de Conciliação*. Ao contrário dos outros jornais que apresentaram um maior número de matérias no enquadre *Retrocesso na Legislação*, o Valor apresentou mais matérias no enquadre *Ruralistas Propostas de Modificar a Lei*, com 8 (11%) textos jornalísticos.

O Valor apresentou uma produção de textos inexpressiva no Eixo Entrave ao Setor Produtivo, no qual apenas o enquadre *Insegurança Jurídica* apresentou matéria, sendo 1 (1,4%) texto.

De forma ampla, todos os jornais tenderam a apresentar matérias em contextos dos problemas políticos entre agentes. Este fato pode ser observado nos resultados do enquadramento *Conflito Político*, o qual apresentou uma frequência semelhante entre os veículos: sendo 12 matérias na FSP, o que representa 13% do *corpus* da FSP; 22 matérias no OG, o que representa 10,5% do *corpus* do OG; 15 matérias no OESP, o que representa 55,5% do *corpus* do OG; e, 16 matérias do Valor, o que representa 22,2% do *corpus* do Valor. O número mais representativo foi o encontrado no OESP, entretanto, o *corpus* deste jornal se refere à 27 matérias, que foi o menor número de textos jornalísticos analisados, conforme é possível conferir na Tabela 1. Porém, o OESP apresentou um quantitativo de textos jornalísticos no enquadramento *Conflito Político* que ficou na média dos números encontrados nos outros jornais.

Portanto, o enquadramento *Conflito no Governo* é o único que aparece de modo uniforme em todos os jornais. Além disso, no que se refere à distribuição dos resultados, podemos notar que a FSP e OG foram os veículos que apresentaram as frequências de enquadramentos mais semelhantes nos dados descritos desta seção. Assim, o campo político apresenta-se em evidência em detrimento de outros enquadramentos.

Contudo, merece destaque os resultados do enquadramento *Governo Reverter Derrota* que apareceu de forma expressiva nos jornais FSP e OG, em que na FSP o enquadramento resultou em 11 matérias, 12% do *corpus* da FSP. No OG, foram 15 matérias, 10,5% do *corpus* do OG.

Outro resultado que merece ênfase são os resultados do enquadramento *Discordância Governo/ambientalistas versus Ruralistas* nos jornais OG e Valor. No qual aparecem com 18 matérias no OG, representando 12,6% do *corpus* deste jornal; e, 10 matérias no Valor, representando 13,8% do *corpus* do Valor. Ainda, nestes dois jornais temos o enquadramento Governo Conciliação entre Ruralistas e Ambientalistas, que apresentou 11 matérias no OG, representando 7,7% deste jornal e 10 matérias no Valor, representando 13,8% deste veículo.

Saindo do âmbito de Conflito Político, o enquadramento *Retrocesso na Legislação* apresentou com frequência nos jornais FSP e OG. Sendo que na FSP apresentou 10 matérias, 11% do *corpus* da FSP; e, no OG apareceu em 19 matérias 13% do *corpus* do OG.

De modo geral, podemos notar que os jornais apresentaram maior frequência dos enquadramentos no Eixo Conflito Político, mantendo uma sobreposição das disputas que envolvem o campo político.

6.3. Enquadramento: Resultado por Eixo

Os enquadramentos do Eixo Conflito Político *Conflito no Governo, Governo Reverter Derrota, Recuo/Derrota dos Ruralistas, Vitória dos Ruralistas, Discordância Governo/ambientalistas versus Ruralistas, Concessão Moeda de Troca, Repercussão Internacional e Estratégia de Conciliação* apareceram em 203 (61,1%) matérias. Isto significa que o olhar para a produção de matérias sobre o NCFB esteve centrado sobre as relações de conflitos e tensões entre os agentes do campo político.

As matérias do Eixo Legislação Ambiental estavam presentes em 91 (27,4%) matérias. Os textos com foco na legislação e questões ambientais tiveram uma representatividade considerável, entretanto, mesmo nessas matérias foram observadas por ângulos do ponto de vista do campo político, isto é, com poucos enquadramentos relacionados ao campo científico e ambientalistas. Isto é possível verificar nas definições³⁷ dos contextos dos enquadramentos *Retrocesso na Legislação, Marco Regulatório, Ruralistas propostas de modificar a lei, Governo ou MMA propõem leis mais rígidas, Governo reduz as exigências para pequenas propriedades, Violência no Campo e Protestos Ambientais*. Apenas 2 enquadramentos não apresentaram observações sob perspectivas do campo político: *Cresceu o Desmatamento e Diminuiu o*

³⁷ Os contextos dos enquadramentos podem ser verificados no capítulo 5 nas descrições dos enquadramentos.

Desmatamento. Nas próximas seções, quando forem apresentados os resultados das fontes, será possível notar o peso dos agentes políticos como as fontes mais utilizadas nos textos.

O Eixo Entrave ao Setor Produtivo apresentou o menor número de textos jornalísticos, 14 (4,2%) matérias. Este resultado pode estar alinhado à pouca representatividade das fontes do Setor Produtivo nas matérias analisados. Os resultados das fontes serão descritos nas próximas seções.

Ao contrário do que supunha esta pesquisa, os enquadramentos não foram alinhados às representações sociais relacionadas ao meio ambiente e a produção agrícola. Assuntos como conflitos, confrontações e disputas de poder apresentaram-se em evidência, mesmo o campo do jornalismo retratando as discussões de uma legislação que envolvem campos ligados à questões ambientais e produção econômica. Houve uma superposição dos enquadramentos do campo político, o que demonstra que as observações do jornalismo sobre o campo político, mesmo quando se trata de uma questão que envolve outros campos, como por exemplo, o do Setor Produtivo e Ambiental, há uma tendência de se observar a partir de representações sociais da política.

6.4. Enquadramento: Resultados por Períodos

O assunto do Código Florestal ficou mais presente nos jornais nos anos de 2011 a 2012. Por isso, é razoável a necessidade de fazer uma diferenciação destes dois períodos para visualizar as suas diferenças. Os dados e os números de cada enquadramento serão explicados fazendo um comparativo com o total de matérias por veículo.

6.4.1. Primeiro Período: 2008 a 2010

No Primeiro Período, 2008 a 2010, verificamos que das 332 matérias analisadas no *corpus* total desta pesquisa, apenas 63 (19%) dos textos estudados estavam nestes anos da análise. Isso pode ser justificado com base na evolução cronológica dos fatos, que passa a ganhar repercussão com o processo de tramitação do NCFB no Congresso Nacional.

Dois acontecimentos motivaram as discussões de uma nova legislação ambiental no Congresso Nacional. No ano de 2008 foi editado o Decreto n.º 6.514 pela Presidência da República, o qual previa multa a quem estivesse descumprindo os índices de RL. No mesmo ano o Banco Central publicou a Resolução n.º 3.545 que passou a exigir

documentação para comprovar a regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma Amazônia.

Como já existiam no Congresso Nacional projetos para abertura de discussões sobre a modificação do Código Florestal, proposto em 1999 sem sucesso, esta foi a oportunidade para reabrir o debate. Em 2009, foi criada a Comissão Especial para analisar os projetos de lei que pediam atualização do Código Florestal e em junho de 2010, foi publicado o relatório do processo do Código Florestal, de autoria do Deputado Aldo Rabelo. Fazendo essa evolução cronológica dos fatos, podemos perceber que foram praticamente três anos para que a legislação ambiental entrasse em pauta no Congresso Nacional.

Na Tabela 2 é possível verificar a frequência de enquadres no Primeiro Período.

Tabela 2 - Enquadramento Primeiro Período: 2008 a 2010

	Enquadramentos	FSP	OG	OESP	Valor
Eixo Temático Legislação Ambiental	Cresceu o desmatamento	-	2 (1,4%)	-	-
	Diminuiu Desmatamento	-	1 (0,7%)	-	-
	Retrocesso na Legislação	5 (5,5%)	7 (4,9%)	1 (3,7%)	-
	Marco Regulatório	-	-	-	1 (1,4%)
	Ruralistas propostas de modificar a lei	2 (2,2%)	3(2,1%))	-	-
	Governo ou MMA propõem leis mais rígidas	5 (5,5%)	-	-	1 (1,4%)
	Governo reduz as exigências para pequenas propriedades	2 (2,2%)	-	-	-
	Violência no campo	-	-	-	-
	Protestos Ambientais	1 (1,1%)	-	-	-
Eixo Temático Conflito Político e Legislação Ambiental	Conflito no governo	-	-	-	-
	Governo Reverter a Derrota	-	-	-	-
	Recuo/Derrota dos Ruralistas	-	1(0,7%))	-	1 (1,4%)
	Vantagens dos Ruralistas	1 (1,1%)	1 (0,7%)	-	-
	Discordância Governo/ ambientalistas versus ruralistas	-	5 (3,5%)	-	3(4,1%))
	Concessão /Moeda de troca	2(2,2%))	1(0,7%))	-	3(4,1%))

	Repercussão Internacional	-	-	-	-
	Estratégia de Conciliação	1(1,1%))	-	-	-
Eixo Temático: Entrave ao Setor Produtivo e	Resolução do BC restringe o crédito	2 (2,2%)	3(2,1%))	-	-
	Insegurança Jurídica	1(1,1%))	-	-	1(1,4%))
	Houve poupança ambiental nas últimas décadas	-	-	-	-
	Outros	1(1,1%))	2(1,4%))	1(3,7%)	2(2,7%))
	Total por Jornais 2008 a 2010	23 (25,2%))	26 (18,3%))	2 (7,4%)	12 (16,6%))
	Total Período 1: 2008 a 2010	63 (19%)			
	Total do Recorte Pesquisado por jornais 2008 a 2012	91 (100%)	142 (100%)	27 (100%)	72 (100%)

Como pode ser observado na tabela 2, o jornal com o maior número de publicações no Primeiro Período foi o OG com 26 textos, o que representa 18,3% dos 142 textos analisados do OG. Comparando com o *corpus* total do OG, ou seja, com as 142 matérias, os enquadramentos com mais textos no OG foram *Retrocesso na Legislação* com 7 (4,9%) textos; *Discordâncias entre Governo/Ambientalistas e Ruralistas*, com 5 (3,5%); *Ruralistas Propostas para Modificar a Lei e Resolução do BC restringe Crédito*, ambos com 3 (2,1%) matérias.

Na sequência, o jornal FSP apresentou 23 textos no Primeiro Período, representando 25,2% das 91 matérias analisadas do *corpus* total da FSP. Na FSP os enquadres com mais textos foram *Retrocesso na Legislação e Governo Propõe Leis mais Rígidas*, ambos com 5 (5,4%) matérias. Em menor proporção, temos os enquadres *Ruralistas Propostas de Modificar a Lei*, *Governo Reduz as exigências para Pequenas Propriedades* e *Concessão/Moeda de Troca*, que obtiveram cada um 2 matérias, o que representa 2,2% das 91 das matérias analisadas nesta pesquisa.

Já o Valor apresentou 12 matérias no Primeiro Período, 16,6% do total das 72 matérias analisadas. Os enquadres com maior número de matérias do Valor foram *Discordância Governo/Ambientalistas versus Ruralistas* e *Concessão/ Moeda de Troca*, ambos com 3 matérias no Primeiro Período, o que representa 4,1% de todas as matérias analisadas neste jornal.

O jornal com menor número de matérias foi o OESP, que apresentou no total do *corpus*, 27 matérias. Destas, apenas 2 matérias apareceram no Primeiro Período e ambas representam 7,4% do *corpus* de pesquisa, sendo que 1 está no enquadre *Retrocesso na Legislação* e 1 na categoria *Outros*.

Os dados apresentados nesta seção demonstraram um percentual baixo de matérias no Primeiro Período em comparação com o Segundo Período, o que pode ter relação com o fator evolutivo das discussões e tramitação da legislação no Congresso Nacional. Assim, entendemos que os marcos institucionais possuem ligação direta com a repercussão do assunto da mídia. Pode-se verificar, ainda, que no Primeiro Período, a frequência de matérias por enquadre ainda estava distribuída entre os Eixos Legislação Ambiental e Conflito Político.

O campo do jornalismo enquadró as discussões do NCFB sob o aspecto de Conflito Político no Primeiro Período. Contudo, as operacionalizações cognitivas dos enquadramentos não estavam padronizadas de modo acentuado em um dos enquadramentos políticos, mas aparecem de forma mais ou menos uniforme no Eixo Legislação Ambiental, expondo ângulos distribuídos sob vários aspectos da discussão.

Para mais, sobre os enquadres ausentes nos anos de 2008 a 2010 verificamos que *Violência no Campo*, *Conflito no Governo*, *Governo Reverter Derrota*, *Repercussão Internacional* e *Houve Poupança nas Últimas Décadas* não aparecem em nenhum dos jornais no Primeiro Período.

Destacando que os enquadramentos *Conflito no Governo* e *Governo Reverter Derrota* foram os enquadramentos com maior frequência no Segundo Período como será descrito na próxima seção.

6.4.2. Segundo Período: 2011 a 2012

No período de 2011 a 2012 foram os anos com maior número de textos jornalístico. Supomos que isso seja por conta da tramitação do PL do Código Florestal no Congresso Nacional, pois foram nestes anos que ocorreram a aprovação das mudanças na legislação ambiental na Câmara e no Senado. De forma sumária, em maio de 2011 ocorreram as primeiras votações e, em maio de 2012, a lei foi sancionada com alguns vetos pela presidente Dilma Rousseff e modificada por meio de MP, em outubro de 2012.

O contraste entre os dois períodos apareceu de forma evidente nos anos de 2011 a 2012, isto porque, os enquadramentos *Conflito no Governo* e *Governo Reverter Derrota*

não aparecem no Primeiro Período. Estes enquadramentos aparecem com a maior frequência em todos os jornais do Segundo Período.

Pode-se verificar na Tabela 3 que os enquadres citados obtiveram números expressivos. Os dados e os números de cada enquadramento serão explicados fazendo um comparativo com o total de matérias por veículo.

Tabela 3 - Enquadramento Segundo Período: 2010 a 2012

	Enquadramentos	FSP	OG	OESP	Valor
Eixo Temático Legislação Ambiental	Cresceu o desmatamento	-	4 (2,8%)	-	-
	Diminuiu Desmatamento	-	1 (0,7%)	-	-
	Retrocesso na Legislação	5 (5,5%)	12 (8,4%)	1 (3,7%)	1 (1,4%)
	Marco Regulatório	1 (1,1%)	2 (1,4%)	-	-
	Ruralistas propostas de modificar a lei	2 (2,2%)	6 (4,2%)	-	8 (11,1%)
	Governo ou MMA propõem leis mais rígidas	1 (1,1%)	1(0,7%))	-	-
	Governo reduz as exigências para pequenas propriedades	-	-	-	1(1,4%))
	Violência no campo	-	2(1,4%))	1 (3,7%)	-
	Protestos Ambientais	6 (6,6%)	4 (2,8%)	1 (3,7%)	-
Eixo Temático Conflito Político e Legislação Ambiental	Conflito no governo	12 (13,2%))	22 (15,5%))	15 (55,5%)	16 (22,2%))
	Governo Reverter a Derrota	11 (12%)	15 (10,6%))	2 (7,4%)	3 (4,2%)
	Recuo/Derrota dos Ruralistas	-	3 (2,1%)	-	2 (2,7%)
	Vantagens dos Ruralistas	4 (4,4%)	5 (3,5%)	1	-
	Discordância Governo/ ambientalistas versus ruralistas	5 (5,5%)	13 (9,1%)	1 (3,1%)	7 (9,7%)
	Concessão /Moeda de troca	3 (3,3%)	7 (4,9%)	-	6 (8,3%)
	Repercussão Internacional	2 (2,2%)	2 (1,4%)	-	-

	Estratégia de Conciliação	6 (6,6%)	11 (7,7%)	-	10 (13,8%)
Eixo Temático: Entrave ao Setor Produtivo e	Resolução do BC restringe o crédito	-	-	-	-
	Insegurança Jurídica	4 (4,4%)	1 (0,7%)	-	-
	Houve poupança ambiental nas últimas décadas	2 (2,2%)	-	-	-
	Outros	4 (4,4%)	5 (3,5%)	3 (11,1%)	6 (8,3%)
	Total por Jornais 2008 a 2010	68 (74,7%)	116 (81,6%)	25 (92,5%)	60 (83,3%)
	Total Período 2: 2011 a 2012	269 (81%)			
	Total do Recorte Pesquisado por jornais 2008 a 2012	91 (100%)	142 (100%)	27 (100%)	72 (100%)

Como pode ser identificado na Tabela 3, os enquadramentos *Violência no Campo*, *Repercussão Internacional* e *Houve Poupança Ambiental nas últimas Décadas*, apesar de apresentarem um número pouco expressivo de matérias, fazem parte do grupo de categorias que só aparecem no Segundo Período. A categoria *Resolução do BC Restringe Crédito* é o único enquadre que não aparece no Segundo Período.

Além do maior quantitativo de matérias, o Segundo Período demonstra quais foram os enquadres mais acessados ao retratar o assunto do NCFB. As categorias *Conflito no Governo*, *Governo Reverter Derrota* e *Governo, Ambientalistas versus Ruralistas e Estratégia de Conciliação* são os enquadramentos com o maior quantitativo de matérias no Segundo Período. Estes enquadres estão no Eixo Conflito Político e aparecem em 149 matérias no Segundo Período, o que representam 55% das matérias analisadas no Segundo Período. Se comparado ao *corpus* total, estes enquadres representam 45% das 332 matérias analisadas no Primeiro e Segundo Período.

O Jornal OG foi o veículo com o maior número de matérias. Os 116 textos analisados do Segundo Período representam 81,6% do material coletado neste jornal. Ao comparar os resultados do OG apenas com o *corpus* total do OG neste Segundo Período, podemos identificar no Eixo *Conflito Político*, que este jornal apresenta 22 (15,5%) matérias no enquadre *Conflito no Governo*, 15 matérias (10,6%) em *Governo Reverter Derrota*, 13 matérias (9,1%) em *Discordâncias Governo e Ambientalistas versus Ruralistas* e 11 matérias (7,7%) em *Estratégia de Conciliação*. No Eixo Legislação

Ambiental, os maiores quantitativos de matérias estão em *Retrocesso na Legislação*, com 12 (8,4%) matérias, e *Ruralistas Propostas para Modificar a Lei*, com 6 (4,2%) matérias. No Eixo Entrave ao Setor Produtivo o jornal não apresenta número representativo.

Se comparado ao Primeiro Período, pode-se perceber que o OG apresentou no Segundo Período um número maior de matérias nos Eixos Conflito Político e Legislação Ambiental, sobretudo no Eixo Conflito Político, em que aparecem as categorias *Conflito no Governo*, com 22 matérias, e *Governo Reverter Derrota*, com 15 matérias.

Na FSP foram 68 matérias analisadas no Segundo Período, as quais representam 74,7% do *corpus* total da FSP. Assim como no OG, o Eixo Conflito Político apresentou o maior número de matérias. Em ordem decrescente, e comparando os resultados apenas com o *corpus* da FSP, podemos identificar as seguintes frequências: *Conflito no Governo* com 12 (13,2%) matérias; *Governo Reverter Derrota* com 11(12%); *Estratégia de Conciliação* com 6 (6,6%); e *Governo e Ambientalistas versus Ruralistas* com 5 (5,5%). No Eixo Legislação Ambiental, o maior quantitativo de enquadres estava em *Retrocesso na Legislação*, com 5 matérias (5,5%). O Eixo Entrave ao Setor Produtivo apresentou matéria no enquadre *Insegurança Jurídica* com 4 (4,4%) textos jornalísticos. A FSP foi o único jornal que apresentou enquadre na categoria *Houve Poupança Ambiental nas Últimas Décadas*, foram 2 (2,2%) matérias. Este enquadramento só apareceu no Segundo Período.

O Valor apresentou 60 matérias no Segundo Período, o que representa 83,3% do *corpus* total do Valor. Com base no *corpus* total do Valor neste Segundo Período, os resultados demonstram que no Eixo Conflito Político foram 16 (22,2%) matérias no enquadre *Conflito no Governo*, 10 (13,8%) em *Estratégia de Conciliação*, 7 (9,7%) em *Governo e Ambientalistas versus Ruralistas* e 6 (8,3%) em *Concessão Moeda de Troca*. No Eixo Legislação Ambiental houve uma diferença entre os jornais apresentados até agora, pois o enquadre *Ruralistas Propostas de Modificar a Lei* foi o que apresentou mais matérias, com 8 (11,1%) textos. O Valor não apresentou nenhuma matéria no Eixo Entrave ao Setor Produtivo no Segundo Período.

O jornal OESP apresentou 25 matérias no Segundo Período, o que representa 92,5% do total de matérias analisadas no *corpus* deste jornal. OESP foi o veículo com a menor diversidade na distribuição de frequência de enquadramentos, tanto no Primeiro Período quanto no Segundo Período analisado. Assim como os demais jornais, o OESP apresentou uma concentração de matérias no Eixo Conflito Político, com 15 (55,5%) matérias no enquadre *Conflito no Governo*.

Podemos perceber que o Segundo Período apresentou 269 matérias sobre o processo de discussão do NCFB, o que representa 81% das 332 matérias analisadas, ou seja, o *corpus* total desta pesquisa. Com uma maior concentração de matérias no Eixo Conflito Político, é demonstrada uma tendência de o Código Florestal ser retratado a partir de enquadramentos que o campo do jornalismo define para o campo político, tais como disputa, confrontos, conquista de poder (MIGUEL, 2002; BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, 1997). Estes critérios estão visíveis nos enquadramentos do Eixo Conflito Político, sobretudo em *Conflito no Governo*, *Governo Reverter Derrota* e *Estratégia de Conciliação*.

Com os resultados desta pesquisa pode-se inferir que as representações do campo do jornalismo foram para uma orientação de enquadramentos a partir das disputas de poder do campo político.

Ao selecionar enquadramentos, o campo do jornalismo cria interpretações e hierarquiza as informações, embutindo classificações, contextos e valores em detrimento de outras, arquitetando, assim, de modo relacional com outros campos, maneiras de pensar culturalmente o campo político.

De modo geral, no que se refere à frequência dos enquadramentos, esta pesquisa demonstrou que as discussões do NCFB nos jornais impressos foram apresentadas da perspectiva da legislação ambiental para o enquadramento do conflito político.

6.5. Panorama Geral das Fontes Presentes nos textos

Nesta seção vamos apresentar as frequências das fontes. No gráfico 2 estão dispostos os resultados dos anos de 2008 a 2012.

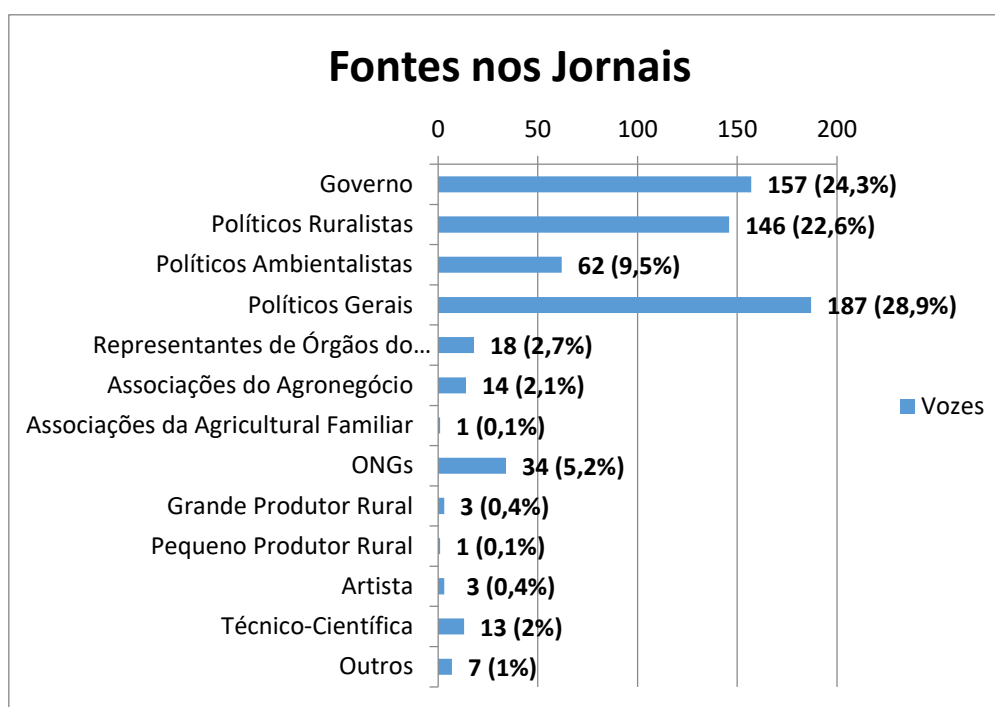


Gráfico 2 - Resultado das Fontes

Em números, as fontes mais presentes para posicionamentos a respeito da reforma do NCFB foram os *Políticos Gerais*, com 187 vozes (28,9%); o *Governo*, com 157 vozes (24,3%); os *Políticos Ruralistas*, com 146 vozes (22,6%); e os *Políticos Ambientalistas*, com 62 vozes (9,5%).

Fora do âmbito político, as vozes que mais apareceram nos jornais foram as de *Representantes de ONGs* com 34 vozes (5,2%); *Representantes de Órgãos Públicos*, com 18 vozes (2,7%); representantes de *Associações do Agronegócio*, com 14 vozes (2,1%); e as vozes *Técnico-Científicas*, com 13 vozes (2%). Este resultado pode ser conferido no gráfico 2, no qual é possível perceber de forma mais concisa as diferenças e distâncias numéricas entre os agentes presentes nos jornais, os quais os representantes do grupo político obtiveram maior representatividade nas vozes.

No geral, identificamos que as fontes das notícias dos quatro veículos foram majoritariamente do campo político, sendo as categorias *Governo*, os *Políticos Ruralistas*, *Políticos Ambientalistas* e *Políticos Gerais*, ou seja, pessoas que possuem cargos públicos do poder Executivo e Legislativo são os agentes sociais mais presentes nos jornais. Miguel (2002) afirma que as notícias do mundo político estão fortemente vinculadas às instituições. “*Os agentes que detêm maior capital político são capazes de*

orientar o noticiário (e, por consequência, a agenda pública) através de entrevistas e declarações” (MIGUEL, 2002, p. 173). Deste modo, o campo político exerceu orientação nas matérias jornalísticas analisadas, uma vez que os agentes entrevistados foram, em sua maioria, políticos investidos em cargos públicos.

Sobre o *Setor Produtivo*, é notável que este grupo teve pouca representatividade em detrimento do Político. No que se refere à categoria *Associações de Produtores do Agronegócio*, como por exemplo, a Abag e a CNA, foram identificadas 14 vezes (2,1%) do *corpus* total da pesquisa. Na categoria *Associação de Produtores da Agricultura Familiar*, apareceu a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, a qual apresentou 1 voz nos jornais (0,1%). É possível notar que estes dois grupos foram pouco representados nos jornais. Contudo, os representantes das associações ligadas ao agronegócio obtiveram mais “falas” em relação às associações ligadas ao pequeno produtor rural.

Ainda sobre o *Setor Produtivo*, no que tange às entrevistas a produtores rurais, na categoria *Pequeno Produtor* só apareceu uma vez (0,1%) e o *Grande Produtor*, 3 vezes (0,4%). Entendemos que, apesar de serem grupos menos acessados pelo campo do jornalismo nas notícias, em se tratando de fontes, os grupos citados acima são os mais interessados no debate sobre o Código Florestal do ponto de vista econômico e social, pois a mudança na legislação ambiental poderia significar uma reconfiguração na forma de manutenção da vegetação nativa e no modo produção agrícola dentro das propriedades rurais.

Ainda, no que diz respeito aos produtores rurais, o resultado obtido poderia significar falta de participação destas associações ou produtores no debate, entretanto, as matérias demonstram em descrições que, de tais grupos, apareceram em reuniões, manifestações ou assembleias no Congresso Nacional. Não foi o intuito desta pesquisa contabilizar todas as vezes que apareceram descrições das presenças de agentes sociais que não foram utilizadas como fontes, ou seja, que não possuem “falas” nas notícias. Porém, entendemos que vale a observação acerca deste fato, pois, houveram descrições das presenças de movimentos sociais nos debates do Congresso, entretanto, estes não possuem voz, não foram utilizados como fonte.

Sobre as instituições que aparecem nas notícias mas não possuem representantes com voz dentro das matérias, fizemos uma relação daqueles agentes que, de alguma forma, aparecem nos textos, seja devido a manifestações presenciais ou por meio de nota e cartas que constaram nos jornais. Este dado pode ser conferido no Quadro 8:

Quadro 8 - Relação de Agentes que aparecem nos Textos

Lista de organizações que se manifestaram em relação ao Código Florestal que são citadas nas matérias, mas não houve citação direta ou indireta de vozes de representantes:
Conselho Nacional de Segurança Alimentar Associação dos Magistrados do Brasil Associação dos Juízes Federais Ministério Público Federal Central Única dos Trabalhadores Federação dos Trabalhadores pela Agricultura Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

No que se refere aos *Artistas*, os quais apareceram 3 vezes (0,4%), é importante ressaltar que estes só apareceram em matérias cujo o tema principal eram as manifestações em protesto às mudanças no Código Florestal na campanha intitulada *Veta Dilma!*. Um aspecto sobre essa campanha é que as matérias sobre protestos ambientais citavam presenças de manifestantes, mas estes populares não aparecem como fontes nestas matérias.

Na categoria *Outros* foram identificadas 7 vozes (1%) que são os agentes que aparecem em entrevistas apenas uma vez, como por exemplo, o funcionário de banco, o advogado de um produtor, dentre outros.

Como podem haver questionamentos sobre o fato da categoria *Associações de Produtores da Agricultura Familiar* e o *Pequeno Produtores* terem aparecido apenas uma vez e, mesmo assim, termos criado uma categoria de fontes para estes agentes, precisamos esclarecer que a literatura nos deu base para que a categoria existisse fundamentada no fato de estes serem agentes sociais que possuem relação direta com o assunto abordado. Outro fator a ser levado em consideração é que a Federação dos Trabalhadores pela Agricultura Familiar aparece em diversos momentos nos textos jornalísticos, mas como fonte nas matérias jornalísticas, só aparece 1 vez, o que indica que pequenos produtores e associações ligadas a estes pequenos produtores estavam na esfera do debate da comunicação, entretanto, sem prestígio, poder econômico ou cultural.

Os agentes políticos encontrados na análise desta pesquisa não são apenas políticos, mas agentes políticos que falam como porta-vozes de uma instituição. O que queremos dizer é que o fato de estarem investidos em cargos públicos, possuem poder simbólico que a posição do cargo credita a quem está em posse do mesmo. Miguel (2002) assinala que os atores sociais que estão à frente de instituições possuem um canal de acesso facilitado aos meios de comunicação, assim, podendo influenciar e esquematizar

enquadramentos para os assuntos da cobertura política. Estes podem ser canais de informação pela facilidade de serem usados como fontes frequentes. Hall *et al.* (1999) considera que, devido as rotinas dos jornais determinar um ritmo de tempo de finalização do conteúdo, isto impõe uma outra forma de escolha e até uma dependência da opinião de fontes institucionais.

O maior número de fontes no campo político demonstra que estes agentes possuem credibilidade, prestígio e poder para terem reconhecimento do campo jornalístico e serem as fontes mais presentes. Isto é o que Bourdieu (1989) definiu como poder simbólico, que só existe de forma relacional entre os agentes ou campos sociais diferentes, é um poder que um indivíduo ou instituição deposita em um outro. “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 1989, p. 188).

Deste modo, o campo político obteve força para estruturar enquadramentos, uma vez que os agentes da política apareceram de forma majoritária nas matérias analisadas sobre a reforma do NCFB, o que nos leva a inferir que as estruturas de representações sociais e produção de sentido do campo político exerceram força na produção cultural da mídia impressa. Tanto a literatura científica quanto os jornais pesquisados demonstram a presença, na esfera da discussão da legislação ambiental, dos agentes que estão dispostos no gráfico 2. Porém, apesar da diversidade de agentes encontrados nas matérias, os jornais apresentam uma representatividade acentuada do campo político em detrimento das categorias presentes nos textos que estão no *Setor Produtivo, Terceiro Setor, Estado e Técnica Científica*.

6.6. As Fontes nos Jornais: Resultados por Veículos de Comunicação

Em relação aos resultados das fontes por veículo de comunicação, os dados obtidos apresentaram concentração na política em todos os jornais.

Tabela 4 – Fontes: Resultado por Jornal

		Vozes	FSP	OG	OESP	Valor
Institucional Governamental	Política	Governo	49 (33,5%)	58 (20,5%)	13 (30,9%)	37 (21%)
		Políticos Ruralistas	31 (21,2%)	59 (20,9%)	6 (14,2%)	50 (28,4%)
		Políticos Ambientalistas	11(7,5%)	34 (12%)	4 (9,5%)	13 (7,3%)

		Políticos Gerais	32 (22,5%)	78 (27,6%)	16 (38%)	61 (34,6%)
	Estado	Representantes de Órgãos do Estado ligados ao meio ambiente	2 (1,3%)	13 (4,6%)	-	3 (1,7%)
Terceiro Setor		ONGS	8 (5,4%)	20 (7%)	-	6 (3,4%)
Setor Produtivo		Associações de Produtores do Agronegócio	3 (2,05%)	11 (3,9%)	-	-
		Associações de Produtores da Agricultura Familiar	1 (0,6%)	-	-	-
		Grande Produtor Rural (empresário)	3 (2,05%)	-	-	-
		Pequeno produtor Rural	1 (0,6%)	-	-	-
Artistas		(Ator, cantor, músico, escritor)	2 (1,3%)	-	1 (2,3%)	-
Técnica-científica		Especialista / Pesquisador/ SBPC	1 (0,6%)	8 (2,8%)	1 (2,3%)	3 (1,7%)
Outros			2 (1,3%)	1 (0,35%)	1 (2,3%)	3 (1,7%)
Total			146	282	42	176

Abaixo apresentamos uma descrição dos resultados individuais das fontes encontradas nos jornais FSP, OG, OESP e Valor.

Com 146 fontes no total, a FSP apresentou 49 vozes do *Governo* (33,5%), 21 de *Políticos Ruralistas* (21,2%), 11 de *Políticos Ambientalistas* (7,5%) e 32 *Políticos Gerais* (21,9%). Apesar de apresentar uma concentração nas vozes políticas, foi o jornal com a maior diversidade de fontes, pois houve representatividade em todas as categorias, sendo o único jornal que apresentou vozes nas categorias *Associações de produtores da Agricultura Familiar*, com 1 voz (0,6%), *Grande Produtor Rural*, com 3 vozes (2,05%) e *Pequeno Produtor Rural*, com 1 voz (0,6%). Nas vozes de *Representantes de Órgãos do Estado* ligados ao meio ambiente são apenas 2 (1,3%), já as *ONGs* apareceram com 8 vozes (5,4%). Fechando as categorias, temos os *Artistas* com 2 vozes (1,3%) e a *Técnica-Científica* com 1 voz (0,6%).

O jornal com o maior número de fontes foi o OG com 282. Este também apresentou uma concentração no campo político, sendo o *Governo* com 58 vozes (20,5%), os *Políticos Ruralistas* com 59 vozes (20,9%), os *Políticos Ambientalistas* com 34 vozes

(12%) e os *Políticos Gerais* com 78 vozes (27, 6%). Neste jornal o maior diferencial são as categorias *ONGs* com 20 vozes (7%), *Órgãos do Estado* ligados ao meio ambiente com 13 vozes (4,6%), *Associações de Produtores do Agronegócio* com 11 vozes (3,9%) e *Técnica-Científica* com 8 vozes (2,8%), com os maiores percentuais destas categorias encontrados nos jornais pesquisados. No OG não há fontes nas categorias *Associações de Produtores da Agricultura Familiar* (0%), *Grande Produtor*, *Pequeno Produtor* (0%) e *Artistas* (0%).

O veículo que obteve a menor quantidade de fontes foi OESP com 42, mas apesar da quantidade, pode-se estabelecer uma semelhança com os outros jornais, dado que, neste caso, a concentração das fontes políticas permanece igual aos demais jornais. O *Governo* teve 13 vozes (30,9%), os *Políticos Ruralistas* 6 (14,2%), os *Políticos Ambientalistas* 4 (9,5%) e os *Políticos Gerais* (38%). Fora do âmbito político, as únicas categorias com vozes foram as categorias *Artistas* com 1 voz (2,3%) e *Técnica-Científica* com 1 voz (2,3%). As categorias *Órgãos do Estado* ligados ao meio ambiente (0%), *Associações de Produtores do Agronegócio* (0%), *Associações de Produtores da Agricultura Familiar* (0%), *ONGs* (0%), *Pequeno Produtor* (0%) e *Grande Produtor* (0%).

Por último, o jornal Valor apresentou a mesma regra dos demais veículos ao apresentar uma concentração de fontes políticas: as categorias *Governo* com 37 vozes (21%), os *Políticos Ruralistas* com 50 vozes (28,4%), os *Políticos Ambientalistas* com 13 vozes (7,3%) e os *Políticos Gerais* com 61 vozes (34,6%). Os *Órgãos do Estado* ligados ao meio ambiente apresentaram 3 vozes (1,7%), as *ONGs* 6 (3,4%) e 3 (1,7%) vozes *Técnica-Científicas*. Neste caso, as categorias sem vozes foram *Associações de Produtores do Agronegócio* (0%), *Associações de Produtores da Agricultura Familiar* (0%), *Pequeno* (0%) e *Grande* (0%) Produtor Rural e *Artistas* (0%).

Com base nos resultados acima pode-se perceber que, apesar das diferenças em números de fontes, há uma concentração na política em todos os jornais. O FSP é o único veículo com fontes em todas as categorias, sendo que as fontes institucionais não aparecem no OESP. As vozes de *Grandes e Pequenos Produtores Rurais* não aparecem no OG, OESP e Valor. As vozes de *Artistas* aparecem apenas na FSP e OESP.

De modo geral, os resultados demonstram uma homogeneidade dos jornais impressos ao utilizar agentes políticos como fontes. Mesmo sendo analisadas quantidades diferentes de matérias em cada veículo de comunicação, percebemos que quando olhamos os percentuais de cada jornal, o número de agentes políticos como fontes permanecem

alto. Das 646 Fontes identificadas no *corpus* desta pesquisa, 552 (85,4%) foram de agentes do campo político. Podemos concluir que estas vozes orientaram, de alguma forma, as notícias sobre o NCFB.

Em consonância com que afirma Miguel (2002), o campo político tende a centrar as discussões sobre suas próprias disputas, ou seja, as visões do campo do jornalismo sobre o político podem ter sido orientadas pelos agentes sociais utilizados como fontes nos textos. “Pode-se dizer que o noticiário jornalístico, com sua ênfase na disputa por cargos e nas estratégias de partidos e líderes, contribui fortemente para fixar um campo político centrado sobre si mesmo, que se referêcia apenas pela conquista do poder” (MIGUEL, 2002, p. 174-175).

7. CONSIDERAÇÕES

O propósito desta pesquisa foi analisar as representações da mídia durante o debate relacionado ao processo de discussão do NCFB, entre os anos de 2008 a 2012, identificando as visões e interpretações dadas ao tema no campo de produção cultural em quatro jornais impressos brasileiros, por meio da análise de enquadramento. Para isto, buscamos os enquadramentos e as fontes presentes nos textos para relacionar os resultados com a literatura. Utilizamos como fundamentação teórica o conceito de campo de produção cultural de Pierre Bourdieu.

Os enquadramentos encontrados nos textos analisados demonstraram em qual perspectiva cultural os meios de comunicação abordaram a legislação ambiental. Esclarecendo que os enquadramentos não retratam todas as representações do mundo social em relação ao Código Florestal, mas pacotes culturais que expõem o olhar de um campo, o campo do jornalismo em situação relacional com o campo político. Neste ponto, consideramos ainda, que a capacidade de disseminar e divulgar conteúdo conferem ao campo do jornalismo exercer um certo poder de interpretação ou de reforço simbólico no meio social. Os resultados indicaram o realce cultural para as tensões e negociações do campo político e o silenciamento das discussões dos agentes científicos e dos movimentos sociais. As discussões ambientais, sociais, de desenvolvimento ou preocupações com crescimento econômico do país, encontradas na literatura sobre o Código Florestal, levantadas nesta pesquisa, não foram o extrato principal dos enquadramentos nos textos jornalísticos.

As representações criadas pelo campo do jornalismo no que se refere ao NCFB foram de conteúdos culturais principalmente relacionados aos problemas, conflitos, falta de coesão, divergências de interesses e enfrentamentos do governo e parlamentares. Portanto, os enquadramentos foram mais relacionados as tensões e negociações existentes entre os parlamentares e o governo, sendo menos direcionados às reformas ou a manutenção da legislação ambiental que estavam em discussão no Congresso Nacional. Os aspectos citados podem ser conferidos no Eixo Conflito Político que obteve a maior frequência de matérias. Nos quais os enquadramentos foram *Conflito no Governo*, *Governo Reverter Derrota*, *Recuo/Derrota dos Ruralistas*, *Vitória dos Ruralistas*, *Discordância Governo/ambientalistas versus Ruralistas*, *Concessão Moeda de Troca*, *Repercussão Internacional* e *Estratégia de Conciliação*.

A literatura sobre a legislação ambiental dispõe que a discussão sobre o NCFB ficou polarizada entre os que eram contra as mudanças na lei, governo e ambientalistas que tinham como visão a proteção ao meio ambiente; e, os que defendiam as alterações no NCFB, Políticos Ruralistas e agentes ligados ao agronegócio que se pautavam na necessidade da produção agrícola e o desenvolvimento econômico (SPAROVEK, 2011; SBPC, 2012; GARCIA 2012; SAUER e FRANÇA, 2012). Porém, o campo do jornalismo não expressou propriamente essa polarização, sendo a mesma encontrada em alguns enquadramentos, mas que não reproduziam o mesmo sentido encontrado na seção teórica sobre o NCFB desta pesquisa. Portanto, como já afirmado, o jornalismo expôs as representações sociais para os conflitos que aconteciam no cenário do campo político.

Podemos inferir ainda, que os resultados demonstram enquadramentos e fontes com uma perspectiva do que acontece no governo e no parlamento, os alinhamentos ou contraposições dos agentes sociais no cenário político da época. Nesta constante, estes já não seriam os resultados esperados, uma vez que se optou por pesquisar apenas as editoriais de política dos jornais e ao ter como objeto de pesquisa uma legislação, que necessariamente passou pelo crivo de parlamentares e governo? Não necessariamente. Pois, para cada acontecimento existem diversos ângulos por onde se pode retratar os fatos, assim o jornalismo construiu as representações sociais de acordo com as crenças e valores impressos em seu campo. Ou seja, o jornalismo poderia ter optado por outros ângulos sociais, mas a lógica de funcionamento e os princípios de legitimação praticados pelo campo se sobrepuseram na produção do conteúdo. Essa relação fica evidente com enquadramentos sobre conflitos, divergências, confrontos e disputas de poder.

A partir dos enquadramentos encontrados, podemos verificar quais foram as escolhas na produção dos textos. Os quais priorizaram estruturas textuais com predominância ao conflito político. Sem a intenção de anular a existência dessas ênfases nos fatos ocorridos, é preciso considerar que ao retratar um acontecimento existem várias possibilidades de quadros, ângulos que dependem de quem está contando. O que podemos considerar é que o cenário, provavelmente, não foi apenas dos enquadramentos encontrados nesta pesquisa. Assim sendo, a notícia não é fruto de manipulação de conteúdo de forma mal-intencionada³⁸, mas uma produção que advém do processo de

³⁸ Pode até chegar a ser um produto mal-intencionado, entretanto, nesta pesquisa estamos levando em consideração que os princípios de legitimação e lógica de funcionamento valorizados pelo campo do jornalismo são objetivos dos profissionais que atuam na produção da notícia. Mesmo que seja difícil atingir imperativos como a neutralidade, objetividade, imparcialidade e equilíbrio, como já destacado nesta

construção social, que tem sua base nas interpretações e sentidos simbólicos de cada campo/grupo/sociedade para os acontecimentos.

Saindo desse viés compreensivo de que as construções sociais do campo foram determinantes para os enquadramentos encontrados, é nosso dever questionar a falta de outras ocorrências no olhar cultural sob a notícia. A editoria de política dos jornais analisados poderia ter dado relevância a outros aspectos da legislação ambiental. Questões ambientais, econômicas e sociais não foram o foco nos enquadramentos predominantes. A discussão da legislação acontecia no Congresso Nacional porque a modificação de uma lei depende da avaliação e análise de comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e, sanção ou veto da Presidência da República, é de se esperar que exista um debate aprofundado sobre a modificação da lei. Um debate com a participação de agentes sociais de diversos grupos sociais. E não apenas agentes institucionais do campo político com seus conflitos internos de poder, interesses e divergências com o governo.

A consulta das fontes do universo Institucional Governamental se mostrou determinante para as visões de mundo enquadradas nos jornais, favorecendo ângulos noticiosos como, por exemplo, de conflitos e negociações, que partem da ideia de luta, embate e divisão dos agentes que discutiam o NCFB. Ao se observar os resultados dos enquadramentos e das fontes, pode-se inferir que a utilização de vozes de políticos parlamentares e do governo, possivelmente, favoreceu os ângulos dos enquadramentos, uma vez que se enquadraram muito conflito político, as “falas” que justificam os confrontos só poderiam ser dos parlamentares e governo. O cenário do debate da legislação ambiental, marcadamente dentro do Congresso Nacional, com ampla utilização de fontes políticas e enquadramentos de conflitos políticos, demonstram ainda, contextos culturais da importância dos discursos de uma classe da sociedade.

Ao considerar que as discussões sobre o NCFB, de acordo com a revisão de literatura, não dizem respeito somente há um universo de políticos do Congresso Nacional, mas a toda sociedade brasileira, temos que cidadãos que não possuem cargos institucionais da política, do Estado e de movimentos sociais, praticamente não foram consultados pelos jornalistas sobre suas opiniões a respeito da legislação. Nem mesmo, quando o enquadramento das matérias focavam manifestações populares a respeito do NCFB.

pesquisa, entendemos que para os jornalistas a busca para cumprir esses pressupostos são valores que conferem responsabilidade e credibilidade.

Desse modo, os sentidos culturais dado aos textos jornalísticos é de forma, quase majoritária, dependente de agentes com posições institucionais. Por se tratar de uma legislação em tramitação no Congresso Nacional com dimensão social para afetar toda a sociedade brasileira, de forma direta ou indireta, o conteúdo simbólico dos jornais poderia ter consultado pessoas do meio rural e das cidades. Uma vez que o universo político, já que direcionamos a pesquisa nas editoriais de política, não é formado apenas por agentes com cargos institucionais da política, mas por pessoas comuns, cidadãos, sejam estudantes ou trabalhadores, que pertencem a uma comunidade rural, assentamento, pequenas ou grandes áreas urbanas, que devem ser consultados sobre decisões importantes da política nacional. Neste aspecto, sobre participação do cidadão comum, sabemos com base na literatura pesquisada, que foram realizadas audiências públicas em várias cidades do país com forte produção agropecuária, porém nenhuma matéria analisada nesta pesquisa cita audiências públicas. Demonstrando um forte interesse do jornalismo político em cobrir o que acontece dentro do Congresso Nacional.

Ao se categorizar e contar as fontes dos textos dos jornais, temos que a posição institucional política possui maior importância em detrimento de vozes do setor produtivo e representantes de ONGs. Quanto mais distante o agente está do universo institucional do governo, menos importante é sua voz. Por exemplo, verifica-se nos resultados que os movimentos sociais organizados aparecem de forma nada expressiva diante de uma grande massa de políticos entrevistados. O cidadão comum não aparece em nenhum dos textos. Populares que participam de manifestação a favor ou contra as mudanças na legislação não foram entrevistados nas matérias jornalísticas.

De modo geral, temos um processo de discussão que partiu da legislação ambiental, com uma cobertura mais técnica, no Período I, para o enquadramento de conflito político, no Período II, momento em que a produção simbólica valorizou mais as disputas de poder e os conflitos entre agentes, ou seja, produziu conteúdo a partir das visões que obedecem aos critérios e princípios internos do jornalismo.

A mídia fez um recorte, pegou padrões já estabelecidos pelo campo do jornalismo para cobertura política e aplicou nas notícias sobre o processo de discussão do NCFB, demarcou os temas e narrativas específicas que seriam as consideradas relevantes para publicação a partir de uma ótica cultural. Podemos sugerir ainda, que invocar certos valores na hora da produção da notícia, simplifica o trabalho dos jornalistas ao retrair um acontecimento, no caso do jornalismo político, existe padrões estabelecidos para dar ênfase a matéria. As disputas de poder, por exemplo, é um ângulo mental de instrução

para o conteúdo das matérias. Usando uma expressão do campo dos jornalistas, o “gancho” da matéria, no caso das notícias políticas pode ser estabelecido, de forma não intencional, antes da observação do acontecimento. Em outras palavras, o profissional conhecedor dos pré-requisitos para a matéria política, dentro de um leque de episódios consegue reconhecer o “gancho” da notícia no momento que acontece o conflito, o confronto, a situação de ataque e ameaças. É uma meta textual. O jornalismo possui enquadramentos específicos que são definidos pela cultura para olhar os acontecimentos do campo política.

A análise de enquadramento se mostrou complementar a fundamentação teórica desta pesquisa, que tem como cerne o trabalho de Pierre Bourdieu, sobre o modo de produção simbólica do campo. O jornalismo possui um olhar cultural específico na produção das notícias políticas, há uma maneira mais ou menos uniforme de se pensar o acontecimento para os agentes sociais do campo. Os enquadramentos com maior frequência de matérias aparecem em todos os jornais pesquisados, o que demonstra que mesmo a análise sendo feita em matérias de veículos distintos e escrita por profissionais que atuam em jornais diferentes, o campo define os modos e as maneiras pensar. Neste ponto retomamos o pensamento de Pierre Bourdieu, em que são os conteúdos simbólicos dispostos pela cultura, as estruturas do campo social, a posição dos agentes, o *habitus* e as tomadas de posição que determinam as representações sociais dos agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRENS, SERGIO. **O Código Florestal Brasileiro: Uma Introdução aos seus Fundamentos Jurídicos e a sua estrutura orgânica.** In: Congresso Latino Americano de Direito Florestal e Ambiental. VII. Curitiba –Paraná, 2009. Disponível em : <http://wrsaopaulo.com/arquivos/Silvia%20%20Agencia%20na%20Web/Congresso/VII%20Congresso%20Latino%20Americano%20%20Sess%20E3o%20de%20P%20F4steres/pdfs/91%20Sergio%20Ahrens.pdf>.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Imprensa, Cobertura Eleitoral e Objetividade A eleição de 2000 na capital paulista.** Opinião Pública, Campinas, Vol. VII, nº 2, 2001, p.182-201.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político.** Opinião Pública, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

AZEVEDO, F. A.; CHAYA, V. L. **O Senado nos Editoriais Paulistas.** Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.173-204

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas.** Brasília, 2007. Dissertação Universidade de Brasília, Instituto de Ciência e Tecnologia.

BARDIN, L. 1977. **Análise de conteúdo.** Lisboa, PT: Edições 70.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: ao programa bolsa família e nas eleições de 2006. Opinião Pública, v. 16, n. 1, p. 90–116, 2010.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. Sobre o Poder Simbólico. In: **O Poder Simbólico:** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. BRASIL.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos Campos. In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Editora Fim de Século Edições, 2003.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas.** SP: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva.1974.

BOURDIEU, P. Linguagem e Poder Simbólico. In: **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar quer Dizer.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. 1997. A estrutura invisível e seus efeitos. In: **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar. Obs. Págs. 55-97.

BOURDIEU, P. 1997. A influência do jornalismo. In: **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar. Obs. Págs. 99-117.

BRANCALION P.H.S., et al., 2016. **A critical analysis of the Native Vegetation Protection Law of Brazil** (2012): updates and ongoing initiatives. Nat. Conserv. (Impr.). 14, (Supplement) 1–15.

BONATO, José A. **Reunião & Dispersão: Um Estudo dos Discursos sobre a reforma do Código Florestal Nos Jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. 2013.

Brasil. **Código Florestal**. Lei 12.651. Brasília, DF. 2012.

Brasil. **Código Florestal**, LEI nº 4.471 de 15 de setembro de 1965, Brasília, DF. 1965.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Código Florestal Brasileiro. Lei nº 4. 771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm.

CASTRO, Daniel Stella. **A Instituição Da Reserva Legal No Código Florestal Brasileiro: Fundamentos Histórico-Conceituais**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 26 (2013), p. 132-154.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão].

ENTMAN, R.M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. Journal of Communication, V.43, n 4, p. 51-58, 1993.

FERRAGINI, Barbara Cunha. **Código Florestal: a retórica de ruralistas e ambientalistas nos artigos de opinião do Correio do Estado**. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: FUNdação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. 2013.

GEERTZ, C. 2008. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.

GONÇALVES, E. M.; BONATO, J. A. **A mídia e a educação científica: uma discussão sobre a cobertura da reforma do código florestal brasileiro pela Folha de S.Paulo**. Educação: Teoria e Prática - Vol.22, n.40, Período mai/ago-2012.

GARCIA, Y. **O Código Florestal Brasileiro e suas alterações no Congresso Nacional**. Revista de Geografia em Atos. Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.54-74.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

HALL, S. CHRITCHER, C. JEFFERSON, T. CLARKE, J. ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

HORKHEIMER, M. ADORNO, T. 2009. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6.ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

LUZ, J.P. **Código Florestal, Reserva Legal e Comunicação Ambiental: Análise das Ofertas nas Mídias Legislativas Federais**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Ambiente e Desenvolvimento Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 31 ago. 2012.

MANTOVANI, D. **A Cobertura Jornalística do Programa Bolsa Família: um estudo de caso da interação entre o campo político e jornalístico**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Política da Universidade de Brasília, 2009.

MARTINELLI, L.A., JOLY, C.A., NOBRE, C.A. & SPAROVEK, G. **A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária**. Biota Neotrop. 10(4). 2010. Recebido em 31/08/2010 - Revised/ Versão reformulada recebida em 15/09/2010 - Accepted/ Publicado em 01/10/2010.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de e outros. **“O alcance da legislação ambiental e erritorial”**. Agroanalysis, vol. 12, nº 28, 2008, pp. 1-6.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, Campinas, n. 1, jan./jun., 2006, p. 41-64.

MEDEIROS, P.M. **O Papel das Novas Mídias no debate ambiental: Uma Análise dos fluxos comunicativos no twitter sobre Mudanças no Código Florestal**. Recife. Dissertação Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Comunicação, 2013.

MENDONÇA, R. F. SIMÕES, P. G. 2012. Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **RBCS** v. 27, n. 79

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. X. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de Comunicação e a prática política**. LUA NOVA Nº 55-56 p. 155 a 184.2002.

OLIVEIRA, G. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, n. 5, n.2, p. 37–48, 2002.

PEREIRA, A.M.C. (2013) **A Lógica da Ação na Formação do Código Florestal**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e política. IN: RUBIM, Antônio A.C. (org). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

.Projeto de Lei 1.876/1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17338>.

REESE, S. D. Chapter in *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*. Stephen Reese, Oscar Gandy, and August Grant (eds.), pp. 7-31. (Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum, 2001).

REBELO, Aldo. **Código Florestal Relatório Aldo Rebelo**. Publicado em junho de 2010, Brasília-DF.

RIBEIRO, Gilmara dos Reis. **Desmatamento na Amazônia- Causas e Consequencias: Uma Análise da Construção do Discurso Ambiental nos Jornais o Liberal e A Crítica**. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2014.

SAUER, S; FRANÇA, F. **Código Florestal Função Socioambiental da Terra e Soberania Alimentar**. Caderno CRH, Salvador v.25, n.65, p.385-307. Maio/Ago 2012.

SCHUDSON, M. **Discovering the News a Social History of American Newspapers**. Basic Book. Inc. Publishers 1981. New York 1981.

SOUZA, N. **Desenvolvimento Econômico**. 6º Edição Editora Atlas, 2012

SOVERAL, F; PEDROSO NETO, A. J. **Discursos Econômicos sobre o PAC nos Grandes Jornais Brasileiros; A padronização do campo jornalístico**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 12, n. 4 (número especial), p. 101-122, dez/2016, Taubaté, SP, Brasil.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2002.

SPAROVEK, G. **A revisão do código florestal**. *Novos Estudos*, n. 89, p. 111–135, 2011.

THOMPSON, J. B. **Los media y la modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998

TUCHMAN, G. **As notícias como uma realidade construída**. In: PISSARRA, E. J. Nelson (org.). *Comunicação e Sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

TEIXEIRA, T, G. **A cobertura sobre o Código Florestal no Jornal Nacional**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS. 2014.

VIGNA, E. **A Bancada Ruralista: Um grupo de Interesse**. Inesc. Brasília, 2001.

VIGNA, E. **Bancada Ruralista: O maior grupo de interesse no Congresso Nacional**. INESC. Brasília, outubro de 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Carta Aberta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Disponível em < www.sbpcnet.org.br/>.

CARTA. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Academia Brasileira de Ciências. **O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo** / Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Academia Brasileira de Ciências; coordenação, José Antonio Aleixo da Silva; organização Grupo de Trabalho do Código Florestal. 2. ed. rev. – São Paulo: SBPC, 2012.

ANEXO A – Lista de Matérias Analisadas do Jornal Folha de São Paulo

Lista de Matérias		Data de Publicação
1	Governo Afrouxa Regra do Crédito Verde	05/05/2008
2	Ruralistas tentam derrubar regras contra desmatamento	05/06/2008
3	Governo vai co-responsabilizar empresas por crime ambiental	06/06/2008
4	Governo adia decreto contra ambiental	05/07/2008
5	Maggi diz que carne pode subir sem crédito verde	06/06/2008
6	Lula assina decreto para acelerar cobrança de multas ambientais	23/07/2008
7	Medida Reduz áreas de preservação ambiental	23/07/2009
8	Lula já prepara anistia aos desmatadores	18/07/2009
9	Por 'agricultura familiar', Contag ameaça denunciar governo à ONU	14/11/2009
10	Lula atende a ruralistas e adia o prazo para recuperar matas	14/11/2009
11	Lula discute agenda ambiental polêmica	03/11/2009
12	Lula rejeita os planos de Minc e de Stephanes	11/11/2009
13	Lula reúne ministros para decidir sobre impasses ambientais	08/11/2009
14	Por reservas, Minc aceita tirar multa de ruralistas	06/11/2009
15	Minc reage a ruralistas e faz nova proposta	24/10/2009
16	Governo ignora lições da floresta Atlântica	24/10/2009
17	Nunca defendi quem desmata', diz Stephanes	24/10/2009
18	Agricultura quer aliviar regra para fazendeiro	29/10/2009

19	Anistia a desmatadores causa tumulto na Câmara	29/10/2009
20	Minc reforça meio de campo para presidente	29/10/2009
21	Ruralistas obtêm comandos de debate sobre Código Florestal	15/10/2009
22	Comissão de Juristas é instalada para reformular Código Florestal	08/07/2010
23	Marina critica proposta de novo Código Florestal	01/07/2010
24	Ato carnavalesco' no RJ pede mudança no Código Florestal	20/06/2011
25	O Mau Ambiente	12/05/2011
26	Preservação ambiental combina com pecuária	05/05/2011
27	Um código contra o Brasil	08/05/2011
28	Dilma indica confiança em Palocci e ataca politização	27/05/2011
29	A importância das Folhas	29/05/2011
30	Governo faz esforço para conter crise no congresso	30/05/2011
31	Aliados cobram mais poder de decisão no governo	31/05/2011
32	Votação polêmica indica dificuldade para assegurar maioria	31/05/2011
33	Código Florestal gera crise na base aliada do governo	31/05/2011
34	Aldo diz estar 'arrependido' de críticas a Marina	31/05/2011
35	Embate sobre o Código Florestal entre governistas trava negociações	19/05/2011
36	Votação polêmica indica dificuldade para assegurar maioria	31/05/2011
37	Temer afirma que elevou o Tom de voz com Palocci	29/05/2011
38	PMDB afirma viver encruzilhada com PT	02/03/2012

39	Código Florestal deve anistiar 75% das multas milionárias	05/03/2012
40	Quem desmata não é bandido, afirma produtor	05/03/2012
41	Relator contempla ruralistas em texto do Código Florestal	06/03/2012
42	ONGs acusam governo de retrocesso na área ambiental	06/03/2012
43	Relator altera código e agrada ruralistas	08/03/2012
44	Pano de fundo da crise passa por plano hegemônico do PT	09/03/2012
45	Governo já estuda manter código atual	15/03/2012
46	Em meio a crise, planalto ameaça vetar lei ambiental	19/03/2012
47	Indústria tenta tirar regras para cidades do Código Florestal	19/03/2012
48	Evangélicos buscam ruralistas para derrotar governo	17/03/2012
49	Planalto avalia votar Código Florestal, mas ameaça veto	27/03/2012
50	Com Dilma fora do País, Câmara deve votar hoje lei da Copa	28/07/2012
51	Dilma aceita acordo que anistia desmate de pequeno produtor	14/04/2012
52	Dilma ameaça vetar texto do Código Florestal e editar MP	24/04/2012
53	Câmara marca votação do Código Florestal para o dia 24 de Abril	24/04/2012
54	Câmara derrota Dilma e aprova fragilização de regras ambientais	xx/04/2012
55	Relator muda parte polêmica de lei Florestal	xx/04/2012
56	Por dentro do Código Florestal	27/04/2012
57	Projeto aprovado é uma ficção jurídica inaplicável	27/04/2012
58	Novo Código Florestal é uma agenda para o futuro	27/04/2012

59	Lei Florestal desagrada pequenos produtores	28/04/2012
60	Persistem as incertezas na lei ambiental	29/04/2012
61	Planalto diz que vetará 'anistia' para desmatador	Abril
62	Governo pode reverter por MP perda da lei florestal	01/05/2012
63	Lei Florestal ganha apoio de ruralistas na internet	12/05/2012
64	Dilma cumprimenta grupo que pede veto ao Código Florestal	12/05/2012
65	Dilma estuda vetar texto integral de lei florestal	08/05/2012
66	Protesto em SP pedirá veto a nova lei florestal	20/05/2012
67	Anistia aos desmatadores será vetada hoje por Dilma	25/05/2012
68	Veto pode contribuir para fortalecimento de imagem da presidente na área ambiental	25/05/2012
69	Ambientalistas e ruralistas criticam, mas congresso apoia	26/05/2012
70	Chico Bento pede para 'Dona Dirma' vetar Código Florestal	23/05/2012
71	Código Entra em vigor e já deve passar por alteração	29/05/2012
72	Órgão da Presidência recomenda veto a Código	24/05/2012
73	Veto de Dilma reabre debate no Congresso sobre lei ambiental	26/05/2012
74	Ruralistas já preparam 50 emendas à MP do Código	30/05/2012
75	Pequeno Agricultor teme nova lei ambiental	04/06/2012
76	Dilma suspende negociação sobre MP que modifica Código Florestal	12/06/2012

77	Ruralistas vencem votação sobre os rios temporários	09/08/2012
78	Derrota em lei florestal gera alerta no Planalto	10/08/2012
79	Sem acordo, MP que altera Código Florestal pode perder a validade	29/08/2012
80	Bilhete de Dilma faz Ideli negar acordo sobre o Código Florestal	31/08/2012
81	Governo faz concessões a ruralistas em lei florestal	30/08/2012
82	Lei Florestal corre o risco de buraco negro	05/08/2012
83	MP vai cair, e lei florestal ficará com omissões	06/09/2012
84	Sem acordo, governo admite novo projeto para lei florestal	13/09/2012
85	Ruralistas desafiam Dilma na votação da lei florestal	19/09/2012
86	Governo quer mudar lei florestal sem Congresso	20/09/2012
87	Senado aprova MP sobre Código Florestal	26/09/2012
88	Código Florestal pode ter novo round na justiça	27/09/2012
89	Dilma barra alterações de ruralistas na lei florestal	18/10/2012
90	Ruralistas querem ir ao STF contra decreto	19/10/2012
91	Governo quer discutir vetos a lei florestal com ruralistas	26/10/2012

ANEXO B - Lista de Matérias Analisadas do Jornal O Globo

	Título da Matéria	Data de Publicação
1	Maggi insiste contra medida do BC que condiciona crédito a licença	20/05/2008
2	Inpe refaz contas e contesta governador	20/05/2008
3	67 municípios atingidos em MT	20/05/2008
4	Governo mudará regras contra desmatamento	29/05/2008
5	ONGs e especialistas criticam fim de restrições aos produtos do cerrado	30/05/2008
6	Donos de terra na Amazônia ficarão sem crédito	01/07/2008
7	Inpe não divulga Índices	01/07/2008
8	Basta um carimbo	04/06/2008
9	Disputa por controle de comissão impede mudanças no Código Florestal	06/10/2009
10	Governo cede áreas protegidas	12/10/2009
11	Ruralistas vencem a primeira batalha	15/10/2009
12	Governo nega anistia a desmatadores do passado	24/10/2009
13	Desmatamento cai mais de 30% na Amazônia	05/11/2009
14	Votação do Código Florestal é adiada	05/11/2009
15	Divergências impedem regularização ambiental	07/11/2009
16	Código Florestal provoca bate-boca na câmara	09/06/2010
17	Marina: mudança no código Florestal é retrocesso	10/06/2010

18	Ambientalistas trabalham para adiar votação	10/06/2010
19	Código Florestal: votação é adiada na Câmara	16/06/2010
20	Ministra critica mudanças propostas por Aldo sobre Código Florestal	17/06/2010
21	A reforma permite desmatamento desenfreado	19/06/2010
22	Código Florestal: Relator vai propor mudanças	29/06/2010
23	Novo Código Florestal anistia desmatadores	07/07/2010
24	Marina diz que proposta de Aldo é retrocesso na legislação	07/07/2010
25	O futuro nos desafiará	
26	Perdão a desmatador custará R\$ 10 Bi	07/07/2010
27	Se uma parte do país quer isso, que seja feita a vossa vontade'	01/05/2011
28	Emenda da vergonha é aprovada	25/05/2011
29	Código Florestal tem novo texto para votação	03/05/2011
30	Maia enfrente protestos	03/05/2011
31	Código Florestal: texto de Aldo desagrade a todos	04/05/2011
32	Em número, ruralistas têm vantagem	05/05/2011
33	Código Florestal: governo consegue adiar votação	05/05/2011
34	Código Florestal: Governo deve ceder a ruralistas	07/05/2011
35	Governo negocia abrir mão de reflorestar23 milhões de hectares	10/05/2011
36	Código Florestal: sem acordo, votação fica para hoje	11/05/2011
37	Servidores criticam concessões do governo	11/05/2011

38	Aldo, o comunista que negociou com ruralistas e não conseguiu consenso	12/05/2011
39	O desaparecimento do Relator	12/05/2011
40	O código da discórdia	12/05/2011
41	Depois do Impasse, Código Florestal agora não tem prazo para ser votado	13/05/2011
42	Líderes da Câmara levantam Voo	13/05/2011
43	Queda de braço entre ruralistas e ambientalistas ganha novo ânimo	13/05/2011
44	Aldo confessa ter ajudado a acobertar investigado	13/05/2011
45	Na votação, governo conta 88 traidores	13/05/2011
46	Um relatório 'desastroso'	14/05/2011
47	Temer quer mais uma semana de debates	14/05/2011
48	Amazônia: devastação está fora de controle em MT	18/05/2011
49	Vaccarezza: governo vota código até para perder	18/05/2011
50	Sarney contra anistia a desmatadores	21/05/2011
51	Ruralistas tentaram anistiar crimes ambientais	22/05/2011
52	Emenda dá ao produtor dinheiro para cumprir lei	22/05/2011
53	Código Florestal: PT tentará barrar votação	23/05/2011
54	Marina: querem trocar projeto por alívio a ministro	23/05/2011
55	Dilma: blindagem de Palocci não inclui barganhas sobre Código Florestal e cargos	24/05/2011
56	Florestal: Dilma avisa que não aceitará anistia	24/05/2011
57	Ex-ministros condenam proposta	24/05/2011

58	Oito ex-ministros criticam, e Dilma promete veto	25/05/2011
59	Mais uma batalha na guerra pelo código	25/05/2011
60	Ministra pede esforço para combater desmate	25/05/2011
61	Código Florestal: Senado levará meses para votar	26/05/2011
62	Derrota expôs fragilidade da aliança	26/05/2011
63	Emenda ameaça cem milhões de hectares	26/05/2011
64	Tensão Máxima	28/05/2011
65	Arrastão na Floresta	29/05/2011
66	Donos da Copa e do Código	29/05/2011
67	Reação contra mortes no campo	30/05/2011
68	Código pode agravar situação, dizem ecologistas	30/05/2011
69	Bolsa verde para impedir devastação	30/05/2011
70	Agronegócio comemora sob protestos	31/05/2011
71	Senador do PT ligado a Marina Silva será relator do Código Florestal em comissão	01/06/2011
72	Kátia Abreu: Código Florestal tem obscuridades	07/06/2011
73	Governo dá mais tempo para demarcar reservas	10/06/2011
74	Código Florestal: população discorda de texto aprovado	11/06/2011
75	Disputa por controle de áreas protegidas acirra briga entre órgãos do governo	12/06/2011
76	Críticos do Código Florestal já foram multados pelo Ibama	03/07/2011
77	Revolta na base ameaça governo	06/03/2012
78	Ano passado, derrota de Dilma	06/03/2012

79	Adiada votação do Código Florestal	07/03/2012
80	Insegura, base do governo suspende votação	15/03/2012
81	Relatório faz 28 mudanças no Código Florestal	08/03/2012
82	Relator muda texto do código Florestal	16/03/2012
83	Na Câmara, manobra para atrasar a lei da Copa	21/03/2012
84	Votações paradas até a Páscoa	23/03/2012
85	O que falta para o governo é sentar, conversar e resolver coisas simples	23/03/2012
86	Líder do PT ataca deputados da base	23/03/2012
87	Dilma espera que crise esfrie enquanto viaja	26/03/2012
88	Chinaglia admite votar código antes da RIO+20	27/03/2012
89	Desmatamento cresce 96% em Mato Grosso	06/04/2012
90	Agricultores continuaram sem multa	11/04/2012
91	Código Florestal: governo diz que espera relatório	17/04/2012
92	Código Florestal:relator muda texto do senado	20/04/2012
93	Sem acordo, código Florestal será votado hoje	24/04/2012
94	Vamos a voto, não vejo outra maneira de resolver	24/04/2012
95	Novo Impasse atrasa votação do Código Florestal	25/04/2012
96	Código Florestal:governo é derrotado em votação	26/04/2012
97	Ministros dizem que Dilma vetará código Florestal	27/04/2012
98	Ambientalistas cobram promessa	27/04/2012

99	Ministro acha difícil derrubar veto ao código	28/04/2012
100	Aplauso a Lula, cobrança a Dilma	05/05/2012
101	Dilma quer recuperar texto aprovado pelo senado para o Código Florestal	09/05/2012
102	Código: Dilma analisa forma de vetar	20/05/2012
103	Código Florestal: passeata pelo veto	21/05/2012
104	Protestos cobra veto de Dilma ao Código Florestal	23/05/2012
105	Minc: Dilma veta até 14 artigos do Código Florestal	22/05/2012
106	Dilma define hoje os vetos ao Código Florestal	24/05/2012
107	Dilma deve fazer vetos parciais ao Código	25/05/2012
108	Sem veto total, imagem será muito prejudicada	25/05/2012
109	Código Coloca Brasil em novo Patamar	25/05/2012
110	Ambientalistas acham que Dilma atendeu a interesses políticos	26/05/2012
111	Tamanho da propriedade gera polêmica	26/05/2012
112	Ruralistas se dividem sobre as mudanças	26/05/2012
113	Imprensa Internacional faz críticas à decisão	26/05/2012
114	Sem anistia para desmatadores	26/05/2012
115	Tramitação das medidas preocupa Dilma	26/05/2012
116	Os vetos ao Código retiraram o pior do pior	27/05/2012

117	Governo volta atrás em mudança no Código	29/05/2012
118	Queixas de ruralistas e ambientalistas	29/05/2012
119	Procurador alerta para redução de áreas das reservas ambientais legais	30/05/2012
120	Código Florestal: Governo tenta facilitar trâmite	01/06/2012
121	Congresso reage a vetos de Dilma	05/06/2012
122	Quebra de braço longe do fim	06/06/2012
123	Dilma exalta código e ataca 'egoísmo burro'	06/06/2012
124	Amazônia: menor desmatamento em 23 anos	06/06/2012
125	Votação de MP do Código só depois da Rio + 20	07/06/2012
126	Governo sinaliza que aceita negociar emendas ao textp do Código Florestal	09/06/2012
127	Reprimenda de Dilma em ministro desagrada a ruralistas e PMDB	12/06/2012
128	No estilo Dilma, sobrem broncas para ministros	17/06/2012
129	Ruralistas derrotam governo e reduzem proteção dos rios	09/08/2012
130	Planalto pressiona bancada ruralista	10/08/2012
131	Código Florestal: nova barganha ruralistas	25/08/2012
132	MP do código Florestal corre risco de cair	29/08/2012
133	Governo cede a ruralistas para votar código	29/08/2012
134	Acordo reduz ameaça a investimento no campo	29/08/2012

135	Ministros negam acordo sobre código Florestal	01/09/2012
136	Câmara não vota MP do Código Florestal, que periga caducar	06/09/2012
137	Código Florestal: Ruralistas vencem na Câmara	19/09/2012
138	Maia pressiona Dilma contra veto	20/09/2012
139	Ruralistas vencem, e senado aprova novo Código Florestal	26/09/2012
140	Código Florestal: Dilma anunciará vetos a projeto	16/10/2012
141	Dilma veta nove pontos do projeto do Código Florestal	18/10/2012
142	Governo tenta evitar votação de vetos de Dilma a código	19/10/2012

ANEXO C – Lista de Matérias Analisadas do Jornal O Estado de São Paulo

	Lista de Matérias	Data de Publicação
1	Ambiente vira tema central de candidatos	03/09/2009
2	Marina ataca retrocesso do Código Florestal	08/07/2010
3	Voo solo do PMDB assusta petistas	29/05/2011
4	Dubiedade de Resultado	05/05/2011
5	Insatisfação com a base aliada aumenta e já compromete agenda de votações	13/05/2011
6	No calor do debate, Aldo acusa marido de Marina de contrabando	13/05/2011
7	Polêmica com Aldo une PV em torno de Marina	14/05/2011
8	Além do Código Florestal	15/05/2011
9	PMDB vê enfraquecimento de Palocci e cobra mudança na articulação política	21/05/2011
10	Ruralistas acusam 'oportunismo' em debate	03/06/2011
11	Governo é refém do varejo	03/07/2011
12	Governo adia votação de lei ambiental	15/03/2011
13	Dificuldades com aliados levam Dilma a buscar apoio do PSD no Congresso	24/03/2012
14	Bancada ruralista aproveita crise para emplacar agenda	24/03/2012
15	Presidente entra no jogo, reúne ministros e quer 'nova maioria'	24/03/2012
16	Lie Geral da Copa explicita descompasso da nova articulação política da presidente	16/03/2012
17	Rebelados da base criam obstáculos para governo	16/03/2012

18	Temer dá aval a grupo de Rebeldes do PMDB	07/03/2012
19	Marina ataca política ambiental de Dilma	07/03/2012
20	Dilma decide abrir cofre para conter base, mas sofre revés no Congresso	08/03/2012
21	Dilma admite conflitos, mas jura que não existe crise'	11/03/2012
22	Dilma sofre série de derrotas na câmara e base ajuda a obstruir Lei Geral da Copa	22/03/2012
23	Só há crise com perda de legitimidade	25/03/2012
24	Vontade da maioria	27/04/2012
25	Código: um veto de minoria	29/04/2012
26	Camila pitanga pede veto a Código Florestal	05/05/2012
27	Base põe traição na conta de ruralistas	03/07/2012

ANEXO D – Lista de Matérias Analisadas do Jornal Valor Econômico

	Título da Matéria	Data de publicação
1	Órgãos Estaduais vão fiscalizar restrição de crédito para desmatador	05/06/2008
2	Acordo pode viabilizar votação de Código Florestal	21/10/2009
3	Anistia a desmatadores é adiada depois de protesto	29/10/2009
4	ONGs propõem diálogo com ruralistas	25/11/2009
5	Governo e ruralistas chegam a acordo sobre mudanças no Código Florestal	18/11/2009
6	Ruralistas têm propostas alternativas	23/11/2010
7	Ruralistas fecham acordo para votar Código Florestal	23/06/2010
8	Rebello acena com mais proteção ambiental	23/06/2010
9	Aldo Reconhece identidade com ruralistas	01/07/2010
10	Remendado, código Florestal desagrada a todos	06/07/2010
11	Reforma do Código Florestal passa em sessão tumultuada	07/07/2010
12	Aldo altera 11 pontos do relatório	30/06/2010
13	Texto do Código será menos favorável a ruralistas	03/05/2011
14	Falta de acordo dificulta Votação	04/05/2011
15	Sem acordo, votação do Código é Adiada	05/05/2011
16	Dívida rural fará parte de negociação do código	10/05/2011
17	Tática diversionista garante tempo para negociar código	11/05/2011

	Planalto impõe derrotas a ruralistas na negociação do Código Florestal	12/05/2011
18		
	Planalto terá que decidir sobre anistia a produtores	13/05/2011
19		
	Marina Rebate acusações de Aldo	13/05/2011
20		
	Ruralistas arrancam de Palocci acordo para código	19/05/2011
21		
	Placar de 266 a 72 derruba convocação	19/05/2011
22		
	Governo recua e rejeita acordo para votação do código florestal	20/05/2011
23		
	Dilma intervém e rejeita acordo do PMDB para o código	23/05/2011
24		
	Governo cede para votar código florestal	24/05/2011
25		
	Câmara aprova código Florestal e irrita Dilma	25/05/2011
26		
	Vitória da Coalizão de governo impõe derrota a Dilma	26/05/2011
27		
	Ambientalistas veem retrocesso e pedem mudança	26/05/2011
28		
	Dilma lamenta politização da denúncia	27/05/2011
29		
	Temer pede união à bancada no Senado	27/05/2011
30		
	Projeto dificulta aproximação entre Marina e PSDB	28/05/2011
31		
	Derrota faz Dilma corrigir estratégia política	28/05/2011
32		
	Sarney Contesta emenda do Código Florestal que anistia desmatadores	31/05/2011
33		
	Jorge Viana será o relator do Código Florestal em comissão do Senado	01/06/2011
34		
	PT e PMDB do Senado negociam mudanças no Código Florestal	02/06/2011
35		

	Gleisi vai acelerar votação do Código sem emenda 16	09/06/2011
36		
37	Governo adia punição a crime ambiental	10/06/2011
38	Para ministra, Código Florestal gera insegurança jurídica	01/07/2011
39	Planalto quer acordo para votar código	07/03/2012
40	Rebeldes do PMDB articulam derrota do governo no Código Florestal	09/03/2012
41	Ideli e Vaccarezza divergem de novo	13/03/2012
42	Saída de Vaccarezza adia votação do Código	15/03/2012
43	Ruralistas ameaçam boicotar votação da lei da Copa	21/03/2012
44	PMDB encampa manobra ruralista de obstrução	22/03/2012
45	Relator quer que Estados decidam recomposição das margens dos rios	26/03/2012
46	Governo sinaliza disposição para negociar Código Florestal	27/03/2012
47	Para Maia, acordo para o Código Florestal restabeleceu pauta da câmara	03/04/2012
48	Relator do Código Florestal adia parecer	18/04/2012
49	Decisão sobre áreas de preservação ficará para os Estados	20/04/2012
50	Governistas apostam em rejeição do relatório do Código Florestal	24/04/2012
51	APPs polemizam votação de Código	25/04/2012
52	Governo é derrotado em Código Florestal aprovado pela câmara	26/04/2012
53	Senadores retomam projeto para as APPs	27/04/2012
54	Ruralistas veem 'afrenta' à câmara em veto total	10/05/2012
55	Ruralistas lançam ofensiva contra vetos	11/05/2012

56	Prefeitos pedem sanção do código	16/05/2012
57	Dilma fará vetos parciais ao Código Florestal, diz Temer	25/05/2012
58	Código Florestal pode vir a ter 12 vetos	24/05/2012
59	Dilma aposta em proteção aos pequenos produtores para aprovar MP ambiental	28/05/2012
60	Vetos desagradam ambientalistas e ruralistas	29/05/2012
61	Ruralistas já tem pronta 50 emendas à MP 571	30/05/2012
62	Ruralistas recorrem a mandado de segurança contra MP	06/06/2012
63	Ruralistas defendem Mendes Ribeiro	12/06/2012
64	Ministros do STF recusa mandado de ruralistas contra MP do Código	14/06/2012
65	Aldo Rebelo é a estrela em festa de ruralistas	15/06/2012
66	Ruralistas saem a frente na MP do Código Florestal	09/08/2012
67	Governistas temem derrota e freiam votação de MP do Código	10/08/2012
68	Comissão aprova MP do Código Florestal	30/08/2012
69	Governo aposta em divisão de ruralistas para manter MP	03/09/2012
70	MP do Código Florestal entra em pauta sem acordo	05/09/2012
71	Acordo leva câmara a aprovar MP do Código Florestal	19/09/2012
72	Vetos de Dilma à MP do Código Florestal impõe derrota para ruralistas	18/10/2012